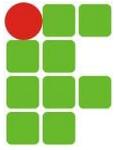


**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Março/2016



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015 e da Portaria-TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno, Portaria-CGU nº 522/2015. A Coordenação Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, subordinada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional do IF Farroupilha, foi a subunidade responsável pela composição do documento.

Santa Maria/RS, 03/2016

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AUDIN - Auditoria Interna  
BGU - Balanço Geral da União  
CAI - Coordenação de Ações Inclusivas  
CCONT - Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União  
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica  
CEPE - Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão  
CFC - Conselho Federal de Contabilidade  
CGGP - Coordenação Geral de Gestão de Pessoas  
CGTI - Coordenação Geral de Tecnologia da Informação  
CGU - Controladoria Geral da União  
CIS - Comissão Interna de Supervisão  
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica  
CODIR – Colégio de Dirigentes  
CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior  
CONSUP - Conselho Superior  
COPSIA - Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos  
CPA - Comissão Própria de Avaliação  
CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente  
CPPTAE - Comissão Permanente de Pessoal Administrativo  
DAD - Diretoria de Administração  
DE – Diretoria de Ensino  
DG – Direção Geral  
DN - Decisão Normativa  
DOU - Diário Oficial da União  
DPDI - Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional  
DPEP - Diretoria de Pesquisa, Extensão e Produção  
EaD - Educação a Distância  
EAFA - Escola Agrotécnica Federal de Alegrete  
EBTT - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico  
EGTI - Estratégia Geral de Tecnologia da Informação  
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública  
FDI - Fórum de Desenvolvimento Institucional  
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
IES - Instituições de Ensino Superior  
IF - Instituto Federal  
IGC – Índice Geral de Cursos  
IN - Instrução Normativa  
LAI - Lei de Acesso à Informação  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
MEC - Ministério da Educação  
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
NAPNE - Núcleos de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais  
NBCT – Normas Brasileiras de Contabilidade  
OCI - Órgão de Controle Interno  
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
OI – Orçamento de Investimentos  
PA – Plano de Ação  
PAD - Processo Administrativo Disciplinar

PAINT - Plano de atividades da Auditoria Interna  
PcD - Pessoas com Deficiência  
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional  
PETI - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação  
PGF - Procuradoria Geral Federal  
PI – Plano Interno  
PID - Programa Institucional de Desenvolvimento  
PIIEX - Programa Institucional de Incentivo à Extensão  
PIIQP - Programa Institucional de Incentivo a Qualificação Profissional dos Servidores  
PJ – Pessoa Jurídica  
PPA - Plano Plurianual  
PPC - Projeto Pedagógico de Curso  
PRDI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional  
PROAD – Pró-Reitoria de Administração  
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino  
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão  
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PRPPGI – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação  
RA – Relatório de Auditoria  
RAINT - Relatório Anual de Auditoria Interna  
RAR - Relatório de Ações e Resultados  
RP - Restos a Pagar  
RS - Rio Grande do Sul  
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
SFC - Secretaria Federal de Controle Interno  
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira  
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão  
SIG - Sistema Integrado de Gestão  
SIGA - Sistema Integrado de Gestão Acadêmica  
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle  
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais  
SISAC - Sistema de Controle de Ações de Comunicação  
SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação  
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica  
SPIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União  
SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento  
TAE - Técnico Administrativo em Educação  
TCU - Tribunal de Contas da União  
TI - Tecnologia da Informação  
UF - Unidade Federativa  
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria  
UG - Unidade Gestora  
UGR - Unidade Gestora Responsável  
UJ - Unidade Jurisdicionada  
UO - Unidade Orçamentária  
UPC – Unidade Prestadora de Contas

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Geral da Reitoria (sede administrativa) do IF Farroupilha .....	15
Figura 2 - Organograma geral dos campi (unidades de ensino) do IF Farroupilha.....	17
Figura 3 - Mapa estratégico.....	22
Figura 4 - Evolução do orçamento total consignado na LOA do Instituto Federal Farroupilha: período 2012-2015 em milhões de reais .....	25
Figura 5 - Evolução das despesas empenhadas referente orçamento consignado na LOA do Instituto Federal Farroupilha: período 2012-2015 em milhões de reais .....	26
Figura 6 - Representatividade das ações referente ao orçamento total empenhado do Instituto Federal Farroupilha, exercício 2015.....	38
Figura 7 - Representatividade das ações referentes à folha de pagamento frente ao orçamento total empenhado do Instituto Federal Farroupilha, exercício 2015 .....	38
Figura 8 - Representatividade das ações referente ao total de restos a pagar não processados inscritos, Instituto Federal Farroupilha, exercício 2015 .....	39
Figura 9 - Valores inscritos e reinscritos de restos a pagar de exercícios anteriores referente exercício 2015 em mil reais .....	44
Figura 10 - Comparativo entre os valores inscritos e reinscritos de restos a pagar de exercícios anteriores referente aos exercícios 2014 e 2015 em mil reais.....	45
Figura 11 - Percentual liquidado por modalidade de contratação, período 2014 e 2015, Instituto Federal Farroupilha .....	51
Figura 12 - Despesa empenhada e RP não processados por grupo de despesa, exercício 2015 em mil reais ..	52
Figura 13 - Distribuição mensal das demandas do SIC do IF Farroupilha 2015.....	67
Figura 14 - Situação dos pedidos do IF Farroupilha 2015 .....	68
Figura 15 - Distribuição mensal do registro de Ouvidoria do IF Farroupilha 2015 .....	69
Figura 16 - Evolução do quantitativo de estagiários .....	93

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	15
Quadro 2 - Macroprocessos finalísticos .....	18
Quadro 3 - Principais ações e resultados realizados em 2015.....	20
Quadro 4 - Dados de desempenho acadêmico: exercício 2015 .....	21
Quadro 5 - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 20RG.....	27
Quadro 6 - Ação/Subtítulos – OFSS - Ação 20RL.....	28
Quadro 7 - Ação/Subtítulos – OFSS - Ação 2994.....	28
Quadro 8 - Ação/Subtítulos – OFSS - Ação 20RJ .....	29
Quadro 9 - Ação/Subtítulos – OFSS - Ação 8744.....	30
Quadro 10 - Ação/Subtítulos – OFSS - Ação 4572.....	31
Quadro 11 - Ação/Subtítulos – OFSS - Ação 0509.....	31
Quadro 12 - Ação/Subtítulos – OFSS - Ação 20RW .....	32
Quadro 13 - Ação/Subtítulos – OFSS - Ação 20RL.....	33
Quadro 14 - Ação/Subtítulos – OFSS - Ação 2994.....	33
Quadro 15 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS - Ação 20RG.....	34
Quadro 16 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS - Ação 6380 .....	34
Quadro 17 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS - Ação 6358 .....	35
Quadro 18 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS - Ação 8252 .....	35
Quadro 19 - Ações do Orçamento de Investimento - 20RG.....	36
Quadro 20 - Ações do Orçamento de Investimento - 20RL.....	36
Quadro 21 - Ações do Orçamento de Investimento – 0509 .....	37
Quadro 22 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores .....	43
Quadro 23 - Quadro 23 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	46
Quadro 24 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse .....	46
Quadro 25 - Provisão da receita orçamentária do Instituto Federal Farroupilha, exercício de 2015 em mil reais .....	47
Quadro 26 - Arrecadação e execução da receita própria por fonte, referente exercício de 2015, em reais.....	48
Quadro 27 - Despesas por modalidade de contratação.....	49
Quadro 28 - Despesas por grupo e elemento de despesa.....	50
Quadro 29 - Indicadores nos termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005.....	54
Quadro 30 - Ações de Auditoria Interna Realizadas em 2015 .....	61
Quadro 31 - Quantitativos dos procedimentos administrativos realizados na COPSIA .....	64
Quadro 32 - Avaliação dos sistemas de controles internos da UPC.....	65

Quadro 33 - Temas das solicitações .....	68
Quadro 34 - Despesas pagas e a pagar-exercício de 2015 em reais, saldo em 31.12.2015 .....	71
Quadro 35 - Vida útil das contas contábeis no Instituto Federal Farroupilha .....	72
Quadro 36 - Força de Trabalho .....	75
Quadro 37 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	76
Quadro 38 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas .....	76
Quadro 39 - Despesas do pessoal .....	78
Quadro 40 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva .....	80
Quadro 41 - Contratos de prestação de serviços terceirizados (exceto limpeza e vigilância) .....	82
Quadro 42 - Quantidade de Contratos do IF Farroupilha em 2015 .....	85
Quadro 43 - Média de contratos por fiscal por <i>campus</i> .....	86
Quadro 44 - Dados sobre os envolvidos na Gestão e Fiscalização de Contratos .....	86
Quadro 45 - Média de capacitação por fiscal por <i>campus</i> .....	87
Quadro 46 - Mapa de risco abrangente referente à gestão de todos os contratos .....	87
Quadro 47 - Mapa de risco abrangente referente à fiscalização de todos os contratos .....	88
Quadro 48 - Mapa de risco abrangente referente à fiscalização de contratos de motorista.....	90
Quadro 49 - Mapa de risco específico referente à fiscalização de contratos de vigilância .....	90
Quadro 50 - Mapa de risco específico referente à fiscalização de contratos de manutenção predial.....	91
Quadro 51 - Mapa de risco específico referente à fiscalização de contratos de manutenção predial (limpeza e conservação).....	91
Quadro 52 - Metas e ações sobre Gestão e Fiscalização de Contratos para 2016.....	93
Quadro 53 - Demonstração de despesas e mobilidade da frota de veículos Automotores Próprios do Instituto Federal Farroupilha de 2015.....	95
Quadro 54 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	98
Quadro 55 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional .....	99
Quadro 56 - Cessão de espaços físicos e imóveis .....	101
Quadro 57 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros .....	105
Quadro 58 - Obras e serviços de engenharia executados ou em execução do Instituto Federal Farroupilha período de 2007 a 2015 .....	105
Quadro 59 - Obras planejadas a serem executadas no Instituto Federal Farroupilha exercício 2016 e 2017	108
Quadro 60 - Sistemas computacionais utilizados em 2015 .....	109
Quadro 61 - Gestão ambiental e sustentabilidade .....	110
Quadro 62 - Tratamento de recomendações do OCI.....	112
Quadro 63 - Medidas adotadas em caso de dano ao erário em 2015.....	116
Quadro 64 - Despesas com publicidade .....	117

## SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO .....	11
2 VISÃO GERAL DA UNIDADE .....	12
2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS.....	12
2.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE FUNCIONAL.....	13
2.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO .....	13
2.4 ORGANOGRAMA .....	14
2.4.1 Estrutura funcional da Reitoria .....	15
2.4.2 Estrutura funcional dos campi.....	17
2.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS .....	18
3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	19
3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL .....	19
3.1.1 Objetivos, ações e resultados alcançados .....	19
3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	21
3.1.3 Vinculação do planejamento com as competências institucionais.....	21
3.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	22
3.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO .....	23
3.2.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados .....	24
3.2.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade .....	27
3.2.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	42
3.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores .....	43
3.2.5 Execução descentralizada com transferência de recursos .....	45
3.2.6 Informações sobre a realização das receitas .....	47
3.2.7 Informações sobre a execução das despesas .....	48
3.3 INDICADORES DE GESTÃO NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU 2.267/2005.....	53
3.3.1 Análise dos indicadores de gestão.....	55
4 GOVERNANÇA.....	58
4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA .....	58
4.1.1 Órgãos colegiados .....	58
4.1.2 Auditoria Interna .....	59
4.1.3 Comissões.....	60
4.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA .....	61
4.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS .....	64
4.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS .....	65

5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....	67
5.1	CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO .....	67
5.1.1	Serviço de informação ao cidadão (SIC).....	67
5.1.2	Ouvidoria.....	68
5.2	CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO .....	69
5.3	AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS.....	70
5.4	MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE .....	70
5.5	MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES.....	70
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	71
6.1	DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO.....	71
6.2	TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.....	71
6.3	SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE.....	73
6.4	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS .....	74
7	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO .....	75
7.1	GESTÃO DE PESSOAS.....	75
7.1.1	Estrutura de pessoal da unidade .....	75
7.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal .....	77
7.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	79
7.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	79
7.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA .....	94
7.2.1	Gestão da frota de veículos .....	94
7.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis.....	96
7.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União .....	97
7.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas .....	100
7.2.5	Informações sobre imóveis locados de terceiros.....	105
7.2.6	Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim .....	105
7.3	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	109
7.3.1	Principais sistemas de informações.....	109
7.4	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	110
8	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	112
8.1	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO ....	112
8.2	MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO.....	116
8.3	DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993.....	116

8.4 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO .....	117
8.5 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA .....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	118
ANEXOS.....	119

## 1 APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão 2015 foi elaborado de acordo com as normas de organização e apresentação estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União e disponibilizadas no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas), via portal eletrônico do TCU.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha foi criado por meio da Lei no 11.892, de 29/12/2008, publicada no Diário Oficial da União, em 30 de dezembro de 2008, mediante a integração do CEFET São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete – EAFA. Atualmente, o IF Farroupilha possui dez campus em funcionamento: Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguari, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Augusto, Santo Ângelo, São Borja, São Vicente do Sul e o Campus Avançado de Uruguaiana, que é vinculado ao campus São Borja. Sediado no município de Santa Maria/RS, o órgão gestor central - a Reitoria - é composto pelo Gabinete e pelas Pró-reitorias de Administração, de Desenvolvimento Institucional, de Ensino, de Extensão e de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

No exercício de 2015, dentre as principais realizações da gestão, destacam-se:

- Oferta de 4.216 vagas, resultando no ingresso de 4.191 novos alunos, em conformidade com o expresso na base legal;
- Mais de 12 mil matrículas atendidas;
- Criação de novos cursos;
- Avaliação de cursos superiores, realizada pelo Ministério da Educação;
- Recredenciamento Institucional e obtenção do conceito 4 (quatro);
- Elevação do Índice Geral dos Cursos (IGC) de nível superior do IF Farroupilha: conceito 4 (quatro);
- Migração do Campus Frederico Westphalen, da UFSM, para o IF Farroupilha;
- Consolidação das políticas de assistência estudantil no IF Farroupilha;
- Implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG), possibilitando a integração dos dados e processos do IF Farroupilha, em um único sistema;
- Nomeações de servidores técnico-administrativos e docentes;
- Promoção de capacitação e formação continuada de servidores;
- Construção, reformas e ampliação da estrutura física em diversas unidades, incluindo laboratórios, salas de aula, refeitórios, ginásios poliesportivos, bibliotecas, etc.

Entretanto, durante a execução das ações traçadas para o exercício, o Instituto Federal Farroupilha também se deparou com algumas dificuldades e limitações, dentre elas, o contingenciamento orçamentário e a escassez de servidores em determinados setores/unidades.

A estrutura do presente relatório está organizada da seguinte forma:

- I – Apresentação;
- II – Visão Geral da Unidade;
- III – Planejamento organizacional e desempenho organizacional da unidade;
- IV – Governança;
- V – Relacionamento com a sociedade;
- VI – Desempenho financeiro e informações contábeis;
- VII – Áreas especiais da gestão;
- VIII – Conformidades da gestão e demandas dos órgãos de controle.

## 2 VISÃO GERAL DA UNIDADE

### 2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

O Instituto Federal Farroupilha caracteriza-se como uma instituição com natureza jurídica de autarquia, que lhe confere autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. A Instituição, seguindo o que rege a Lei nº 11.892/2008, tem como finalidades e competências:

I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha;

V - Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e

IX - Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

A partir das finalidades norteadoras apresentadas, e respeitando o que tange o artigo 7º da Lei nº 11892/2008, o IF Farroupilha tem, conforme artigo 5º do seu Estatuto, os seguintes objetivos:

I - Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - Desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - Ministrando em nível de educação superior: cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a

educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

Nesse contexto, o IF Farroupilha, através de seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, determinou a missão, a visão e os valores institucionais:

**Missão** - Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável.

**Visão** - Ser excelência na formação de técnicos de nível médio, professores para a educação básica e em inovação e extensão tecnológica.

**Valores:**

- a) Ética
- b) Solidariedade
- c) Responsabilidade social e ambiental.
- d) Comprometimento.
- e) Transparência.
- f) Respeito.
- g) Gestão democrática.

## 2.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE FUNCIONAL

- Lei nº 11.892, de 29/12/2008 – Instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)

- Lei nº 9.394, de 20/12/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:  
[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm)

- Portaria Nº 1.291, de 30/12/2013 - Estabeleceu as diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e definiu parâmetros e normas para a sua expansão:  
[http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201431684855706portaria\\_1291\\_de\\_30\\_de\\_dezembro\\_de\\_2013\\_-\\_diretrizes\\_de\\_organizacoes\\_dos\\_institutos\\_federais.pdf](http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201431684855706portaria_1291_de_30_de_dezembro_de_2013_-_diretrizes_de_organizacoes_dos_institutos_federais.pdf)

- Estatuto do IF Farroupilha:  
[http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201513113728225estatuto\\_if\\_farroupilha\\_de\\_05\\_de\\_novembro\\_de\\_2014.pdf](http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201513113728225estatuto_if_farroupilha_de_05_de_novembro_de_2014.pdf)

- Regimento Geral do Instituto Federal Farroupilha:  
[http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201532911327287resolucao\\_n%C2%BA\\_26\\_2013\\_-\\_aprova\\_alteracao\\_no\\_regimento\\_geral.pdf](http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201532911327287resolucao_n%C2%BA_26_2013_-_aprova_alteracao_no_regimento_geral.pdf)

## 2.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

Conforme a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializadas na educação profissional e tecnológica nas diferentes

modalidades de ensino. Desta forma, o IF Farroupilha pode ser caracterizado como uma instituição de ensino público, gratuito e de qualidade, atenta aos arranjos produtivos locais e atuante na oferta de cursos técnicos de nível médio e subsequente (presenciais e a distância), cursos de graduação e pós-graduação e cursos de formação profissionalizante ligados a programas governamentais como PRONATEC e Mulheres Mil.

Atualmente, o IF Farroupilha conta com dez *campi* (citados na apresentação), um Campus Avançado, no município de Uruguaiana, oito centros de referência – Candelária, Carazinho, Não-Me-Toque, Santa Cruz do Sul, Santiago, São Gabriel, Três Passos e Quaraí e trinta e quatro polos EaD – Agudo, Alegrete, Barra do Quaraí, Cacequi, Cachoeira do Sul, Candelária, Carazinho, Cruz Alta, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Giruá, Ijuí, Jacuizinho, Não-Me-Toque, Nova Palma, Panambi, Pinhal Grande, Rosário do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santiago, Santo Ângelo, Santo Cristo, São Borja, São Francisco de Assis, São Gabriel, São João do Polêsine, São Miguel das Missões, São Sepé, Silveira Martins, Sobradinho, Toropi, Três Passos e Uruguaiana.

A instituição destaca-se positivamente nas regiões de abrangência por oferecer aos alunos e às comunidades locais instalações adequadas para as atividades desenvolvidas, servidores docentes e técnicos administrativos qualificados e capacitados, assistência estudantil e encaminhamento para o mundo do trabalho dos alunos formandos através de parcerias e programas de estágios. A atuação pedagógica está voltada para a plena formação do cidadão-profissional, perpassando pela articulação entre ensino, pesquisa-inovação e extensão.

Em busca da excelência na formação de seus alunos e na tentativa de estreitar cada vez mais os seus laços com a sociedade, o Instituto Federal Farroupilha tem como prática buscar parcerias com a sociedade externa. Assim, a instituição mantém relações de parceria com universidades, prefeituras, conselhos regionais de classes profissionais, escolas, empresas públicas e privadas, sindicatos e associações.

Essa prática permite aos estudantes do IF Farroupilha o primeiro contato com o mercado de trabalho, bem como o aprimoramento da teoria através da aplicação prática dos assuntos debatidos em sala de aula. Tais parcerias fortalecem as relações com a comunidade externa e possibilitam ao instituto e aos alunos a troca de conhecimento e de experiências com outros órgãos, o aprimoramento de pesquisas e estudos, o desenvolvimento dos programas de extensão e cooperação técnica.

Quanto às principais ameaças externas, com maior poder de interferência na atuação da instituição, é possível destacar as seguintes: transporte escolar (dificuldades de acesso); queda populacional em municípios de atuação; dificuldades logísticas/geográficas.

## 2.4 ORGANOGRAMA

O IF Farroupilha possui uma estrutura multicampi, em que o organograma definido para a Reitoria (sede administrativa), possui um formato próprio que serve como base para as demais unidades. Assim cada uma das suas 11 (onze) unidades de ensino possui uma estrutura administrativa que articula-se à da sede administrativa com vistas a melhoria da comunicação e fluxo dos processos institucionais.

A instituição apresenta basicamente, conforme o seu regimento geral, a seguinte estrutura organizacional:

I. Órgãos superiores de administração:

- a) Conselho Superior – CONSUP
- b) Conselho de Dirigentes – CODIR

II. Órgão Executivo e de Administração Geral:

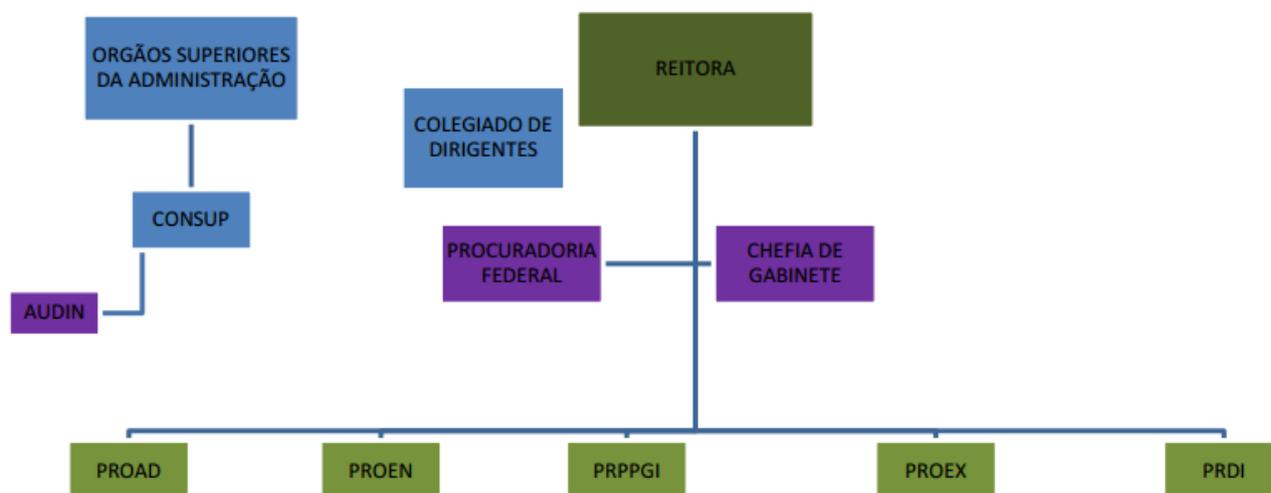
- a) Reitoria, composta pelo Reitor e cinco Pró-Reitorias:
  - 1. Pró-Reitoria de Administração;
  - 2. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;
  - 3. Pró-Reitoria de Ensino;

4. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
  5. Pró-Reitoria de Extensão.
- III. Órgão de Assessoramento:
- a) Comissão Própria de Avaliação
  - b) Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (estruturação);
  - c) Comissão Permanente de Pessoal Docente;
  - d) Comissão de Ética;
  - e) Ouvidoria Geral;
  - f) Serviço de Informação ao Cidadão – SIC;
  - g) Comitê Gestor de Tecnologia da Informação;
- IV. Órgão de Controle: Auditoria Interna;
- V. Procuradoria Geral;
- VI. Órgão de Atividades Finalísticas (unidades de ensino): Diretorias Gerais dos *campi*;
- VII. Órgãos de Assessoramento das Diretorias Gerais dos *campi*: Colegiados dos *campi*.

#### 2.4.1 Estrutura funcional da Reitoria

A sede administrativa do Instituto Federal Farroupilha é composta por 1 (um) Reitor(a) e 5 (cinco) Pró-Reitores(as).

**Figura 1 - Organograma Geral da Reitoria (sede administrativa) do IF Farroupilha**



Fonte: Portal eletrônico do IF Farroupilha –

[http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/20153241447638organograma - reitoria \(1\).pdf](http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/20153241447638organograma - reitoria (1).pdf)

O Quadro 1 apresenta as principais informações referentes às competências das áreas/subunidades estratégicas que integram a sede administrativa do Instituto Federal Farroupilha:

**Quadro 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Reitora	Representar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS, em juízo ou fora dele, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição.	Carla Comerlato Jardim	Reitora	Desde 29 de outubro de 2012, conforme Decreto Presidencial de 29 de outubro de 2012

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Pró-Reitoria de Administração	Planejar, controlar, desenvolver e avaliar a administração orçamentária e financeira do IF Farroupilha, executar o planejamento nos níveis tático e operacional, elaborar os projetos de infraestrutura, executar as licitações, executar os contratos e a realização de outras atividades delegadas pelo Reitor.	Vanderlei José Pettenon	Pró-Reitor de Administração	Desde 19 de novembro de 2012, conforme Portaria N° 1639, de 19 de novembro de 2012
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	Promover a integração entre a Reitoria e os <i>Campus</i> , promover o desenvolvimento dos servidores, coordenar os processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional; de sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; planejar e coordenar as atividades as atividades relacionadas à gestão de pessoas, à tecnologia da informação, bem como outras atividades delegadas pelo Reitor.	Nídia Heringer	Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional	Desde 19 de novembro de 2012, conforme Portaria N° 1650, de 19 de novembro de 2012
Pró-Reitoria de Ensino	Planejar, controlar, desenvolver e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do Reitor e em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Sidinei Cruz Sobrinho	Pró-Reitor de Ensino	Desde 01 de abril de 2013, conforme Portaria N° 0587, de 01 de abril de 2013
Pró-Reitoria de Extensão	Planejar, controlar, desenvolver e avaliar a execução das políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da Instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral, homologadas pelo Conselho Superior, bem como promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Raquel Lunardi	Pró-Reitora de Extensão	Desde 04 de fevereiro de 2015, conforme Portaria N° 0155, de 09 de fevereiro de 2015
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Propor, planejar, controlar, desenvolver, articular e avaliar a execução das políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do Reitor e em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, coordenar os processos de edição de publicações técnico-científicas e promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Arthur Pereira Frantz	Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Desde 30 de junho de 2014, conforme Portaria N° 0979, de 30 de junho de 2014

Fonte: Regimento Geral do IF Farroupilha

Além das áreas citadas, a estrutura organizacional da Reitoria também conta com os seguintes setores:

**Procuradoria Federal** – À Procuradoria Geral Federal (PGF), órgão vinculado à Advocacia Geral da União, compete a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

**Gabinete** – O Gabinete é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.

#### 2.4.1.1 Auditoria interna, conselho superior e colégio de dirigentes

**Auditoria Interna** – A Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do Instituto Federal Farroupilha e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

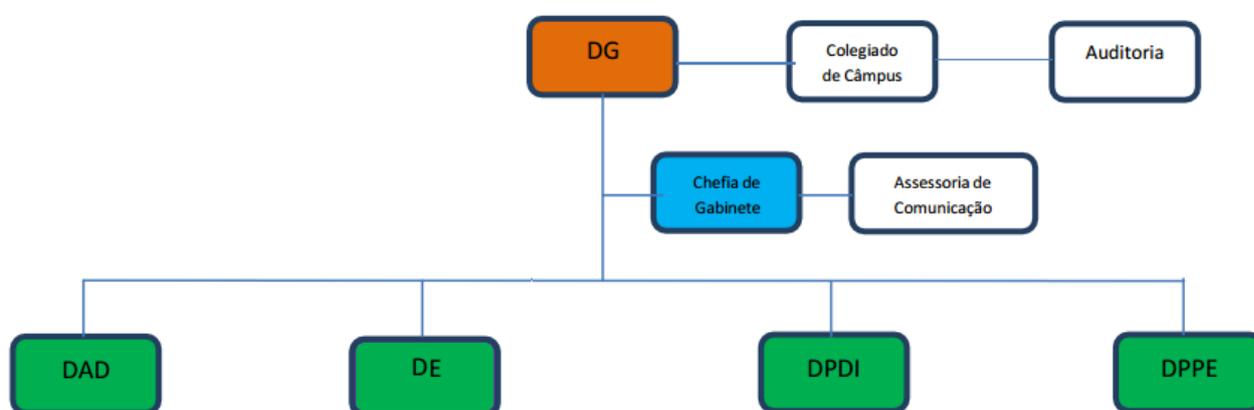
**CONSUP** - O Conselho Superior do IF Farroupilha, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal Farroupilha, tendo sua composição, suas competências e atribuições dispostas no Estatuto do IF Farroupilha, em Regulamento próprio e demais legislações pertinentes.

**CODIR** - O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor Geral de cada um dos campus que integram o Instituto Federal Farroupilha, tendo suas competências e atribuições dispostas no Estatuto do IF Farroupilha, em regulamento próprio e demais legislações pertinentes.

#### 2.4.2 Estrutura funcional dos campi

Os *campi* do IF Farroupilha são administrados por Diretores Gerais, competindo-lhes a supervisão dos programas de ensino, pesquisa e extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e delegações do Reitor.

**Figura 2 - Organograma geral dos campi (unidades de ensino) do IF Farroupilha**



Fonte: Portal eletrônico do IF Farroupilha – <http://www.iffarroupilha.edu.br/site/conteudo.php?cat=8>

**Direção Geral** – A Direção Geral do campus é órgão executivo que administra, coordena e superintende todas as atividades do campus, exercida pelo Diretor Geral assessorado por diretorias e coordenadorias, de acordo com o quadro de funções.

**Colegiado de Câmpus** – O Colegiado de Câmpus é órgão consultivo no âmbito do campus, de forma a assessorar o Diretor Geral com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e de zelar pela correta execução das políticas do IF Farroupilha.

**Diretorias subordinadas à Direção Geral de Campus:** DAD – Diretoria de Administração; DE – Diretoria de Ensino; DPEP – Diretoria de Pesquisa, Extensão e Produção; DPDI – Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

## 2.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O Instituto Federal Farroupilha possui um conjunto de processos em operação para que os seus objetivos possam ser atendidos. Este conjunto de processos envolve diretamente as áreas finalísticas da instituição (Ensino, Pesquisa e Extensão).

Os macroprocessos finalísticos do IF Farroupilha são considerados aqueles diretamente relacionados com a criação do “valor para a sociedade” através dos serviços que são prestados, envolvendo todos os elementos operacionais relacionados às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Quadro 2, apresenta o conjunto dos macroprocessos finalísticos da instituição:

**Quadro 2 - Macroprocessos finalísticos**

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino	Planeja, articula e controla a execução das políticas de ensino do Ministério da Educação, em consonância com as diretrizes educacionais brasileiras, promovendo ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Ofertar cursos técnicos e de graduação superior; cursos EAD; programas educacionais, apoio pedagógico, assistência estudantil e ações inclusivas; registros acadêmicos e gerenciamento de bibliotecas.	Alunos do IF Farroupilha	Pró-Reitoria de Ensino e as unidades de ensino do IF Farroupilha
Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Planeja, articula e controla a execução das políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, em consonância com as diretrizes do Ministério da Educação, promovendo ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Ofertar cursos de Pós-Graduação, programas e projetos de pesquisa; realizar ações de inovação tecnológica e parcerias internacionais e fomento a produção.	Alunos dos programas de iniciação científica	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e as unidades de ensino do IF Farroupilha
Extensão	Promover a difusão, a socialização e a democratização do conhecimento produzido e existente no IF Farroupilha junto à sociedade.	Ofertar programas e projetos de extensão; realizar parcerias e relações institucionais; programas de inclusão social; ações de extensão tecnológica e articulação e fomento a estágios.	Alunos dos programas de extensão e alunos em fase de estágio curricular e extracurricular	Pró-Reitoria de Extensão e as unidades de ensino do IF Farroupilha

Fonte: Coordenação Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

### **3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL**

#### **3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL**

O planejamento do IF Farroupilha é resultado do esforço conjunto entre a administração central e os demais campus que, através do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018) e dos planos de ação anuais, tem o seu planejamento estratégico orientado para a visão, missão e valores do Instituto Federal Farroupilha. Estes documentos estão disponíveis para livre acesso no site institucional:

- PDI 2014-2018:

[http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2015324151055989pdi\\_14\\_18pdf.pdf](http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2015324151055989pdi_14_18pdf.pdf)

-Plano de Ação 2015:

[http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2015727134221471plano\\_de\\_acao\\_2015\\_insti\\_tuto\\_federal\\_farroupilha.pdf](http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2015727134221471plano_de_acao_2015_insti_tuto_federal_farroupilha.pdf)

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, baseado na metodologia do *Balanced Scorecard*, contempla o planejamento estratégico de 5 (cinco) anos do Instituto Federal Farroupilha. Nele estão definidos os objetivos estratégicos, ações estratégicas e as metas que a instituição pretende alcançar e cumprir. O Plano de Ação 2015 contempla o planejamento institucional nos níveis tático e operacional, tem período anual e está alinhado com os objetivos estratégicos definidos no PDI.

#### **3.1.1 Objetivos, ações e resultados alcançados**

Dentre os principais objetivos traçados para o exercício 2015, em consonância com os objetivos estratégicos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, é possível destacar:

- Promover a formação continuada e capacitação de servidores docentes e TAEs;
- implantar do Sistema Integrado de Gestão (SIG);
- planejar, desenvolver e executar políticas, projetos e atividades de desenvolvimento institucional, ensino, extensão, pesquisa, pós-graduação e inovação;
- ampliar a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades;
- executar programas de extensão, projetos e cursos de curta e longa duração;
- promover visitas técnicas, encaminhamentos para estágios e acompanhamento de egressos;
- promover ações de permanência e êxito; implantação de políticas de acessibilidade;
- planejar, controlar e avaliar as ações da área financeira, orçamentária, material e patrimonial e gestão de contratos e licitações;
- realizar eventos culturais e esportivos, feiras e atividades de integração de alunos e servidores;
- promover a produção científica;
- desenvolver projetos sociais e ambientais;
- prover recursos financeiros para projetos de pesquisa e extensão e pagamento de bolsas e taxas de bancada e atualização dos acervos bibliográficos;
- realizar de ações de saúde e segurança alimentar.

Com base nos objetivos traçados, as ações planejadas pelo do IF Farroupilha visam promover o crescimento institucional com resultados consistentes de médio-longo prazo e atender efetivamente as demandas da sociedade e comunidade acadêmica, observando as diretrizes dos

programas governamentais. Desta forma, as principais ações referentes ao planejamento do IF Farroupilha e os resultados alcançados em 2015 são apresentados no Quadro 3:

**Quadro 3 - Principais ações e resultados realizados em 2015**

PRINCIPAIS AÇÕES 2015	RESULTADOS ALCANÇADOS
Aquisição de Acervo Bibliográfico	Ampliação e atualização do acervo bibliográfico do IF Farroupilha para atender a totalidade dos alunos e servidores do IF Farroupilha.
Aquisição e manutenção de máquinas e equipamentos.	Estruturação dos laboratórios, bibliotecas, refeitórios, salas de aula e oficinas do IF Farroupilha.
Construção, ampliação, reforma e conservação de prédios do IF Farroupilha.	Conservação, manutenção e ampliação dos espaços físicos para atender as demandas dos servidores e alunos do IF Farroupilha, garantindo ampla acessibilidade aos usuários com necessidades especiais.
Participação em eventos, capacitações de servidores e formação continuada dos docentes.	Representação do instituto em reuniões de trabalho, fóruns e eventos da administração pública. A ação também garante a capacitação e aperfeiçoamento dos servidores e a formação continuada dos professores.
Autoavaliação institucional realizada pela Comissão Própria de Avaliação	A ação possibilita a realização de diagnósticos situacionais da instituição.
Investimentos em tecnologia de informação (TI).	Aquisição de <i>softwares</i> e <i>hardwares</i> , manutenção, ampliação, melhorias e modernização da infraestrutura de TI e sistemas de internet.
Implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG)	Possibilita administrar as informações e procedimentos dos diferentes setores com eficiência e segurança.
Implantação da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Servidores – CIS	A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Servidores Técnicos Administrativos em Educação é um órgão deliberativo obrigatório em todas as Instituições Federais de Ensino Técnico Superior e destina-se a acompanhar e fiscalizar as políticas do Plano de Carreira dos TAEs.
Programa de qualificação dos servidores	A ação possibilita o afastamento integral dos servidores para qualificação e a continuidade do Programa Institucional de Qualificação Profissional - PIQP.
Desenvolvimento de atividades que visam à redução da evasão e retenção Escolar	As ações são desenvolvidas em todos os campus do IF Farroupilha, envolvendo todos os estudantes da instituição. O Objetivo é combater a evasão e a retenção escolar e aumentar o rendimento dos alunos.
Programa de Moradia Estudantil	Oferta de moradia estudantil aos discentes do IF Farroupilha.
Programas de saúde e segurança alimentar	Ações preventivas de saúde, atendimentos médico e odontológico e fornecimento de alimentação aos estudantes.
Ampliar a oferta de cursos e realizar ajustes nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) nas modalidades presencial e a distância	A ação possibilitou a abertura de novos cursos, bem como a reformulação dos PPCs existentes. As reformulações foram realizadas com o intuito de adequar os PPCs às novas diretrizes nacionais dos cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e bacharelados e aos regulamentos internos.
Desenvolver programas, projetos e atividades de ensino; extensão; pesquisa, pós-graduação e inovação	As ações permitem complementar a formação acadêmica dos alunos do IF Farroupilha, estimulando-os a desenvolverem projetos e programas ligados aos macroprocessos finalísticas da instituição.
PRONATEC, FIC e Mulheres Mil	Formação profissional em municípios onde o IF não possui sede própria e a alunos de educação básica, com cursos de curta e longa duração.
Prover recursos financeiros para pagamento de bolsas, taxa de bancada e demais atividades	Execução de projetos de desenvolvimento Institucional, ensino, extensão, pesquisa e inovação tecnológica.
Exibição de filmes de produção nacional	Cumprimento da Lei 13.006/2014 que determina que a exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica na escola de educação básica, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais.
Visitas técnicas e encaminhamento para estágios e acompanhamento de alunos egressos	As ações proporcionam aos alunos o contato com a prática dos conhecimentos desenvolvidos em sala de aula, encaminhamento dos alunos para estágio e emprego nas suas áreas de atuação e acompanhamento da sua inserção no mercado de trabalho.
Projetos de extensão e de Programa PIIEX de Curta e Longa Duração	Complementar à formação acadêmica dos alunos do IF Farroupilha e aproximar as ações do Instituto à comunidade externa.
Projetos sociais e ambientais	Integração com a comunidade externa, inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida das pessoas atendidas.

Eventos e atividades de integração	Realização de feiras, mostras técnicas, eventos esportivos e culturais, palestras e seminários.
Produção científica	Publicação de capítulos de livros, artigos e resumos em eventos.

Fonte: Relatórios de Ações e Resultados - exercício 2015

Com relação aos resultados de desempenho acadêmico do IF Farroupilha, destacam-se os seguintes dados institucionais:

#### Quadro 4 - Dados de desempenho acadêmico: exercício 2015

Instituto Federal Farroupilha	Vagas		Inscritos		Ingressantes		Matrículas		Concluídos	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Campus Alegrete	465	11,0%	2417	13,5%	474	11,3%	2010	16,5%	212	14,2%
Campus Frederico Westphalen	223	5,3%	432	2,4%	228	5,4%	228	1,9%	0	0,0%
Campus Jaguari	135	3,2%	99	0,6%	125	3,0%	386	3,2%	0	0,0%
Campus Júlio de Castilhos	470	11,1%	2227	12,4%	482	11,5%	1498	12,3%	223	14,9%
Campus Panambi	400	9,5%	1314	7,3%	367	8,8%	1042	8,6%	150	10,0%
Campus Santa Rosa	650	15,4%	3753	20,9%	562	13,4%	1287	10,6%	219	14,6%
Campus Santo Augusto	300	7,1%	987	5,5%	299	7,1%	1029	8,5%	187	12,5%
Campus Santo Ângelo	275	6,5%	1241	6,9%	243	5,8%	282	2,3%	21	1,4%
Campus São Borja	585	13,9%	2210	12,3%	735	17,5%	1883	15,5%	211	14,1%
Campus São Vicente do Sul	643	15,3%	3085	17,2%	606	14,5%	2373	19,5%	258	17,2%
Campus Avançado Uruguaiana	70	1,7%	190	1,1%	70	1,7%	131	1,1%	15	1,0%
<b>TOTAL - IF Farroupilha</b>	<b>4216</b>	<b>100,0%</b>	<b>17955</b>	<b>100,0%</b>	<b>4191</b>	<b>100,0%</b>	<b>12149</b>	<b>100,0%</b>	<b>1496</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC.

Durante a execução das ações traçadas para o exercício, o Instituto Federal Farroupilha também se deparou com algumas dificuldades:

- Atual contingenciamento orçamentário;
- atraso na execução de obras devido a atrasos no pagamento das empreiteiras contratadas;
- atrasos nos pagamentos de bolsas e taxas de bancada;
- demora na conclusão de processos licitatórios;
- ajustes no planejamento e execução orçamentária devido a fenômenos naturais (temporais e vendavais);
- dificuldades na execução de despesas devido ao orçamento da unidade não acompanhar a variação inflacionária.

### 3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

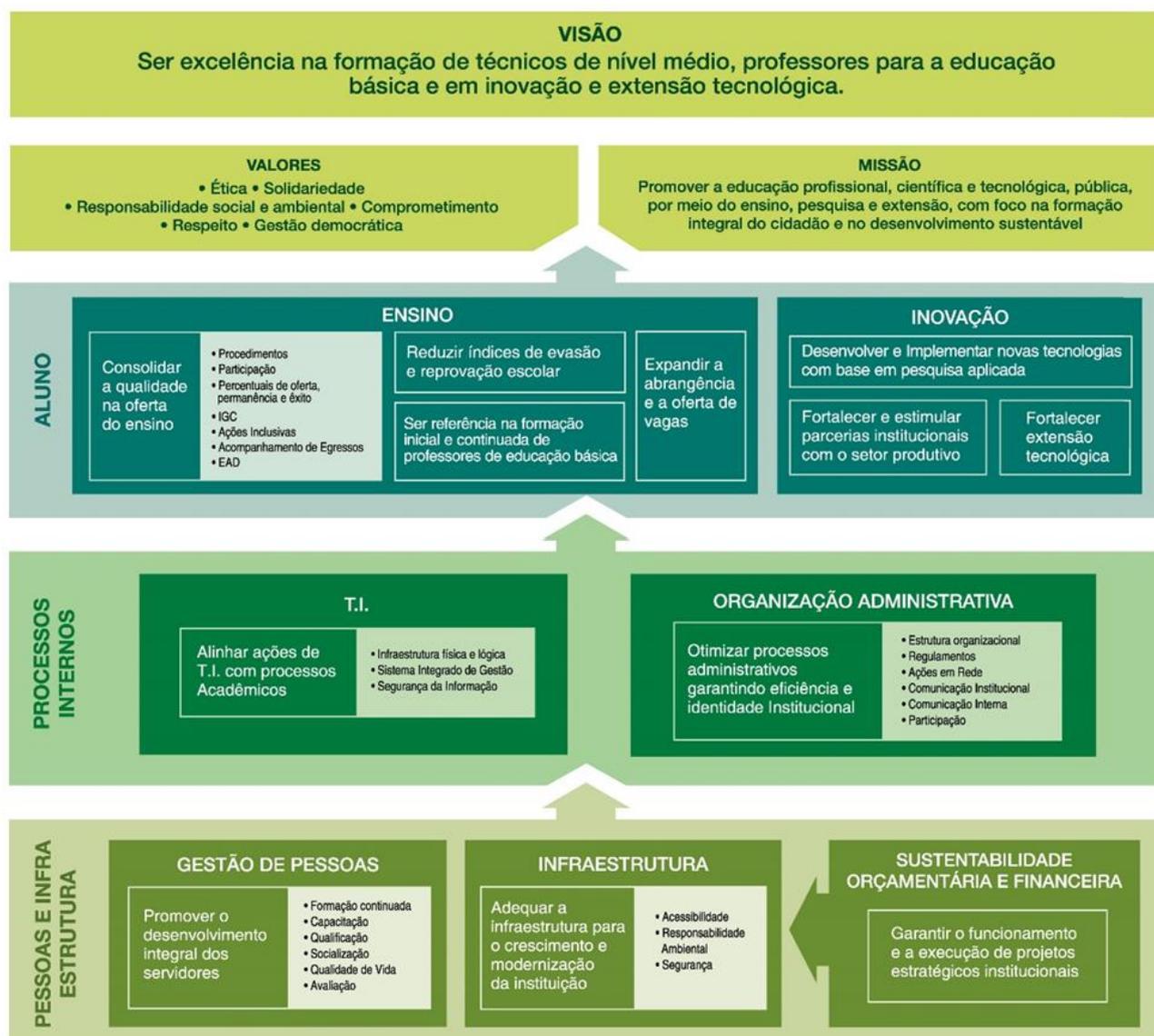
O exercício de 2015 foi o segundo ano de vigência/execução do Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. O PDI é um documento de planejamento estratégico que retrata a identidade da instituição, a filosofia de trabalho, as estratégias para atingir suas metas e objetivos, a estrutura organizacional, as diretrizes didático-pedagógicas, as estruturas administrativas e as atividades acadêmicas que se pretende desenvolver.

### 3.1.3 Vinculação do planejamento com as competências institucionais

Os objetivos de planejamento estratégico do Instituto Federal Farroupilha, bem como os seus desdobramentos táticos e operacionais, ações e resultados alcançados - apresentados neste capítulo - orientam-se para o cumprimento da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que instituiu os Institutos Federais e dispõe sobre as finalidades, no art. 6º, e sobre objetivos, no art. 7º, dos Institutos Federais apresentados no item 2.1 deste relatório.

Com o intuito de cumprir os objetivos e metas estabelecidos pela referida lei, o IF Farroupilha definiu sua estratégia utilizando-se da metodologia do *Balanced Scorecard*, a qual consiste em estabelecer objetivos estratégicos voltados a atender suas perspectivas de valor. Essas são consideradas imprescindíveis para o alcance da visão e cumprimento da missão da instituição. Cada perspectiva engloba um conjunto de objetivos estratégicos que reflete o que a instituição pretende alcançar. Quando visualizadas em conjunto elas permitem uma visão completa da estratégia institucional, conforme apresenta a Figura 3:

**Figura 3 - Mapa estratégico**



Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018

### 3.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

A fim de acompanhar e monitorar o alcance dos objetivos e a realização das ações traçadas para o exercício de referência, o Instituto Federal Farroupilha faz uso de uma ferramenta anual de acompanhamento chamada Relatório de Ações e Resultados (RAR). O referido instrumento é elaborado individualmente por todas as unidades da instituição (*campi* e Reitoria), com o propósito de relatar as ações e os resultados alcançados no atendimento dos objetivos definidos no Plano de

Ação anual, de forma a propiciar a síntese de suas realizações, favorecendo a prestação de contas à comunidade e aos órgãos de controle.

Além do referido relatório, o IF Farroupilha aguarda pela definição de uma metodologia/ferramenta padronizada - para toda a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - de acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional, ação que está sendo desenvolvida por um grupo de trabalho composto por membros do Fórum de Desenvolvimento Institucional (FDI), com acompanhamento do CONIF e que deve ser disponibilizada no primeiro semestre de 2016.

### 3.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Neste item iremos apresentar uma breve caracterização da execução bem como apresentar uma síntese em torno da totalidade dos recursos executados pela instituição, e nos subitens apresentaremos os programas e ações de forma mais específica.

O IF Farroupilha conta com uma estrutura de 10 campi e um Campus Avançado, situados em diferentes municípios do Estado do Rio Grande do Sul, tem um gestão orçamentária mista organizada com ações centralizadas e outras descentralizadas. Alguns exemplos: a Gestão dos Recursos de Pessoas, aspectos procedimentais e acompanhamento das atividades rotineiras são descentralizados para as Direções Gerais e respectivas diretorias e outras ações específicas, que pela forma de contratação ou por necessidade organizacional são centralizadas e geridas pelo órgão central, a Reitoria sediada no Município de Santa Maria.

No exercício de 2015 para atender as mais variadas necessidades ao seu funcionamento o Instituto Federal Farroupilha executou mais de R\$ 224 milhões para atender a Reitoria e os *Campi* vinculados a ela.

Desse montante, pouco mais de 71% do orçamento total, corresponde a despesas ligadas a folha de pagamento de servidores efetivos e contratados temporariamente e seus encargos, bem como a manutenção dos pagamentos de Inativos. Se excluirmos desse percentual valores como: Inativos, pensões, contratos temporários, encargos e auxílios o percentual ligado aos salários gira em torno de pouco mais de 52% recursos aplicados em servidores ativos.

Se considerarmos que o Instituto Federal é uma Instituição basicamente de prestação de serviços (serviços em educação) pode-se identificar que os percentuais ligados à gestão de pessoas estão dentro de patamares aceitáveis.

Outros gastos mencionados anteriormente como por exemplo, contratos por tempo determinado, que hoje corresponde a cerca 2,1% dos gastos são necessários ao atendimento de diversas situações encontradas no dia-a-dia das unidades do IF Farroupilha, como licenças capacitação, saúde, maternidade, entre outras. Mas que pelo seu caráter não correspondem a gasto permanente dentro da realidade Institucional.

Fator importante ligado aos gastos da folha são as contribuições previdenciárias que só elas chegam as 10% do orçamento global correspondente a mais de R\$ 22,5 milhões. Ao analisarmos esse recurso podemos afirmar que reduzem a capacidade de investimentos do IF Farroupilha, contudo, retornam aos cofres públicos para atenderem aos gastos de outro ente. Se isolarmos os gastos somente com folha de pagamento esse percentual corresponde a 14,16% mesmo assim temos registro nossos gastos na maioria com servidores ativos que ultrapassa 72% desse tipo de despesa.

Importa dizer que o orçamento aplicado diretamente à folha de pagamento é de responsabilidade do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, cabendo ao IF Farroupilha a execução, dentro dos procedimentos legais instituídos.

Voltando o olhar para os recursos ligados ao andamento das atividades inerente ao Instituto, cabe registrarmos que o valor aproxima-se a R\$ 50 milhões correspondente a 22,2% do orçamento total.

Nesse aspecto podemos ilustrar a despesa mais visada no âmbito público e que em épocas de escassez torna-se o primeiro alvo de gestores, que são as diárias. Destacamos que identificamos

claramente que, embora sempre citada, pelo seu impacto no orçamento Institucional, não possui relevância suficiente para a redução do gasto público uma vez que sua aplicação não chega a 0,5% de toda as despesas no exercício de 2015. Claro que se compararmos isoladamente ao gasto somente em funcionamento das atividades e percentual chega próximos as 3%, nos fazendo refletir que as ações dos gestores nesse aspecto, mesmo que não uma solução impactante, em todo universo financeiro, contribui para o melhoramento na gestão de recursos além de tornar-se a medida mais rápida em resposta a decisões dessa natureza.

Destacamos que, em relação a gastos de maior impacto e relevância nos orçamentos públicos, como por exemplo serviços de pessoa jurídica, que chegam a 14% do orçamento total e supera 63% do orçamento de custeio, tornam-se mais difíceis de serem adequados enquanto gestão/relação a análise de aumentos ou reduções, considerando que estes possuem a formalização de contratos que acordam com terceiros por períodos e valores determinados a execução de serviços não cobertos pela força de trabalho efetiva.

A obrigação assumida com a terceirização traz grandes limitações em decisões de curto prazo a medida que enfrentemos oscilações negativas em nossa economia, necessitando de maior estudo e tempo para soluções eficazes sem prejuízos dos envolvidos. Além disso, ao analisarmos de forma mais aprofundadas esses gastos, identificamos atividades essenciais ao andamento das atividades finalísticas da Instituição, ora em análise.

O universo de gastos com empresas compõe-se por despesas com a manutenção e conservação das infraestruturas de cada unidade (9,07%), elaboração e fornecimento de alimentação aos estudantes (7,4%), serviços de apoio administrativo e operacional como operação de caldeiras, manutenção de laboratórios entre outros (12,3%), limpeza de unidades administrativas, ensino e acomodação de estudantes (8%). Outros serviços também compõe o montante de mais de R\$ 31 milhões aplicados nesse tipo de despesa que não menos importantes que os citados anteriormente configuram-se de difícil ajuste na tomada de decisão, por impactarem diretamente em atividades ligadas aos estudantes.

Na mesma direção temos os gastos com materiais de consumo que em menor montante, mas, igualmente expressivo ultrapassando R\$ 4,6 milhões correspondem a 2% do orçamento total e a 9,3% do orçamento de custeio das atividades. Essas despesas apesar de menor em relação a apresentada anteriormente possui importância semelhante pois, complementa as necessidades atendidas pelos serviços. Como por exemplo, o fornecimento de gêneros alimentícios para confecção em torno de R\$ 1,1 milhão diretamente para atendimento ao estudante correspondente a 2,3%, assim como material de expediente (0,9%), material para manutenção de bens imóveis e instalações (0,7%), entre outras que no montante passam 9,3% dos valores aplicados em funcionamento das atividades.

As demais despesas de custeio estão ligadas às práticas pedagógicas, formação de servidores, encargos tributários e serviços em geral.

A análise dos recursos ligados a investimentos remetem a informação que os mesmos correspondem a 6,7% do orçamento 2015, sendo aplicados cerca de 3,5% (7,8 milhões) em obras e instalações para ampliação e qualificação de espaços para oferta de cursos à comunidade regional. Além disso, cerca de 13% foi utilizado para renovação do parque tecnológico melhorando as condições de tecnologia para as atividades administrativas e laboratórios pedagógicos, além da necessidade de aquisição de mobiliários para atender a demanda de novos servidores que compuseram nosso quadro em 2015, melhorando as condições de oferta do ensino em nossas unidades.

### **3.2.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados**

Nesse subitem são apresentadas as informações acerca dos programas que compõem o PPA 2012/2015 do MEC. É importante frisar, que o IF Farroupilha não é responsável e diretamente por nenhum programa do PPA em questão, mas indiretamente participou da execução e

acompanhamentos de diversos programas orçamentários. Dessa forma a instituição apresenta as informações de forma sucinta dos montantes orçamentários executados no período.

Ao longo na vigência no PPA, o IF Farroupilha participou da execução de aproximadamente 06 (seis) programas, sendo:

I) Programas temáticos de governo:

- Educação básica (2030)
- Educação Profissional e Tecnológica (2031)

II) Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado:

- Previdência de Inativos e pensionistas da União (0089)
- Programa de gestão e manutenção do MEC (2109)

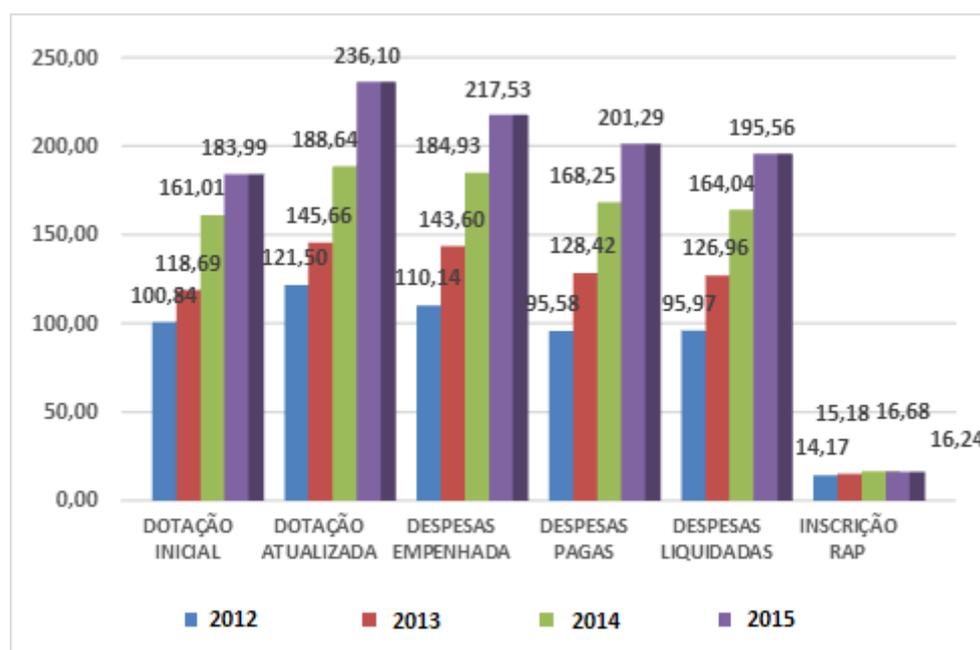
II) Programas de operações especiais

- Cumprimento de sentenças judiciais (0901).
- Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais (0910).

Ressalta-se que neste período algumas ações destes projetos, principalmente os temáticos, foram acompanhadas institucionalmente, sendo observadas ao longo do período mudanças significativas. Para o exercício de 2015, o acompanhamento deu-se nas ações 20RL (Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica), 20RG (Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Tecnológica) e 2994 (Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica), referentes ao Programa 2031 (Educação Profissional e Tecnológica). Além destas ações, houve em 2015 o acompanhamento da ação 20RJ, vinculado ao programa 2030 (Educação Básica) e a ação 4572 (Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação do programa 2109 (Programa de Gestão e Manutenção da Rede). E anos anteriores o acompanhamento deu-se em outras ações deste programa, como a ação 20TP, 2004, 2010, 2011, 2012.

Como a instituição visualiza ser importante a apresentação da evolução orçamentária de das despesas ao longo do PPA, optou-se por apresentar aqui de forma simplificada esta evolução, a fim de visualizarmos a ótica orçamentária e do dispêndio neste período. Observa-se que apresentação das informações deu-se neste momento de forma global e não por programa ou ação.

**Figura 4 - Evolução do orçamento total consignado na LOA do Instituto Federal Farroupilha: período 2012-2015 em milhões de reais**



Fonte: Pró-reitoria de Administração

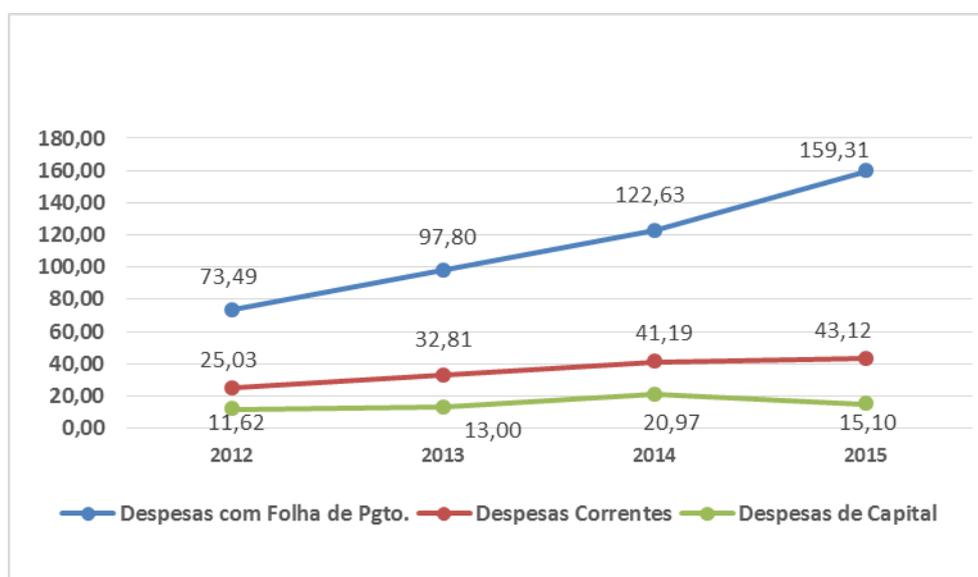
Observa-se que ao longo da vigência do PPA, ocorreu evolução significativa da dotação orçamentária, bem como do montante de sua execução. A dotação total atualizada sofreu um incremento de aproximadamente 94% no período, enquanto os empenhos cresceram aproximadamente 97% no período. Por outro lado, os Restos a pagar não processados, apesar de nominalmente terem evoluído no período em 15% a inscrição, o percentual do total de empenhos reduziu de 13% para 7,5%.

Quando analisamos o RP não processados, retirado o montante empenhado em ações que influenciam diretamente na folha de pagamento, observamos redução significativa do montante inscrito, baixando de 39% em 2012 para 28% em 2015.

Aspecto importante que precisa ser analisado é a inscrição em restos a pagar processados, os quais nos últimos dois exercícios (2014 e 2015) sofreram aumento significativo, influenciado pela redução da disponibilidade financeira. Em 2012 o montante era de aproximadamente R\$390 mil reais, enquanto em 2015 o déficit chegou a R\$ 5.73 milhões do orçamento do exercício, e se computados com restos a pagar de exercícios anteriores, este chega a aproximadamente R\$6.0 milhões.

Analisando o dispêndio orçamentário do período, observamos que as despesas que mais evoluíram estão diretamente relacionadas a folha de pagamento dos servidores, onde as despesas empenhadas passaram de R\$ 73,49 milhões para 159,31 milhões, acréscimo de 117% aproximadamente. Reflexo este, da expansão da instituição, onde em 2012 a instituição contava com 859 servidores e em 2015 passou a 1246, ampliação de 45% na força de trabalho. Neste contexto apresenta-se também a reformulação das regulamentações de cargos e salários das categorias.

**Figura 5 - Evolução das despesas empenhadas referente orçamento consignado na LOA do Instituto Federal Farroupilha: período 2012-2015 em milhões de reais**



Fonte: Pró-reitoria de Administração

As despesas correntes, vinculadas ao funcionamento institucional e assistência ao estudante, também tiveram um crescimento positivo neste período, aproximadamente 72%. Porém se analisarmos os últimos dois a evolução foi de 5%, e tendem a reduzir no próximo exercício.

Quanto as despesas de capital houve incremento significativo entre 2012 e 2014, porém reduziu significativamente para o exercício de 2015, em virtude do contingenciamento federal.

O contingenciamento trouxe reflexo significativo, principalmente nas ações de investimento em obras e equipamento de material permanente para laboratórios. Para amenizar esses reflexos a instituição postergou o início de obras institucionais que precisam ser realizadas para atender com qualidade as ações de ensino, pesquisa e extensão.

### 3.2.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Nesse subitem são apresentadas as informações acerca das ações relacionadas aos programas e ações constitui o PPA 2012/2015.

Conforme LOA 2015, volume II e V (Consolidação dos programas de governo e detalhamento dos créditos orçamentários do MEC), bem como as informações disponibilizadas pelo Siafi Operacional, Tesouro Gerencial e SIMEC, o IF Farroupilha executou 16 (dezesesseis) ações sendo elas distribuídas em:

I) Programas temáticos de governo:

- Educação Básica (2030)

- Educação Profissional e Tecnológica (2031)

II) Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado:

- Previdência de Inativos e pensionistas da União (0089)

- Programa de gestão e manutenção do MEC (2109)

II) Programas de operações especiais

- Cumprimento de sentenças judiciais (0901).

- Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais (0910).

A execução orçamentaria e de metas da instituição serão apresentadas por ação nos tópicos a seguir.

#### 3.2.2.1 Ações – OFSS

O Instituto Federal Farroupilha não possui a seu cargo a execução na integralidade dos valores consignados na ação.

#### 3.2.2.2 Ações/Subtítulos – OFSS

**Quadro 5 - Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 20RG**

Identificação da Ação			
Código	2031.20RG.26420.0043 Tipo: Atividade		
Descrição	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica		
Iniciativa	02A0 - Expansão , reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.		
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.		
Programa	Educação Profissional e Tecnológica	Código: 2031	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26420 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha		
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras		
Lei Orçamentária Anual do exercício			
Execução Orçamentária e Financeira			
Nº do subtítulo/	Dotação	Despesa	Restos a Pagar do exercício

Localizador	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20RG0043	18.000.000,00	18.000.000,00	10.940.808,48	5.549.377,43	4.147.262,73	1.402.114,70	5.391.431,05
<b>Execução Física da Ação</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
20RG0043	Projeto viabilizado			Unidade	12	12	14
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20RG0043	8.039.375,67	7.179.748,67	46.243,03	Projeto viabilizado	Unidade	8	

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2015/PPA

### Quadro 6 - Ação/Subtítulos – OFSS - Ação 20RL

Identificação da Ação							
Código	2031.20RL.26420.0043			Tipo: Atividade			
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A0 - Expansão , reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.						
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código: 2031	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26420 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
<b>Lei Orçamentária Anual do exercício</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20RL0043	44.859.100,00	45.919.035,00	38.348.824,32	28.823.316,73	24.641.529,56	4.181.787,17	9.525.507,59
<b>Execução Física da Ação</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
20RL0043	Estudante matriculado			Unidade	13000	13000	12.149
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20RL0043	7.851.953,76	7.007.155,28	386.942,23	Estudante matriculado	Unidade	12149	

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2015/PPA

### Quadro 7 - Ação/Subtítulos – OFSS - Ação 2994

Identificação da Ação	
Código	2031.2994.26420.0043 Tipo: Atividade
Descrição	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica

Iniciativa	02A5 - Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.						
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26420 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
29940043	8.021.867,00	8.021.867,00	8.013.691,24	6.741.498,16	6.607.072,07	134.426,09	1.272.193,08
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
29940043	Benefício concedido		Unidade	6000	6000	12149	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
29940043	1.978.905,89	1.862.758,82	25.445,86	Benefício concedido	Unidade	12149	

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2015/PPA

### Quadro 8 - Ação/Subtítulos – OFSS - Ação 20RJ

Identificação da Ação							
Código	2030.20RJ.26420.0043		Tipo: Atividade				
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica						
Iniciativa	02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.						
Objetivo	0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.						
Programa	Educação Básica		Código: 2030		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26420 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

20RJ0043	924.037,00	924.037,00	240.000,00	224.420,11	197.293,69	27.126,42	15.579,89
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
20RJ0043	Projeto apoiado			Unidade	2	2	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20RJ0043	33.734,54	33.520,54	214,00	Projeto apoiado	Unidade	2	

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2015/PPA

### Quadro 9 - Ação/Subtítulos – OFSS - Ação 8744

Identificação da Ação							
Código	2030.8744.26420.0001			Tipo: Atividade			
Descrição	Apoio a Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)						
Iniciativa	02C0 - Prestação de assistência financeira, técnica e material às escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação, assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático escolar, paradidático, periódicos e obras de referência, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos.						
Objetivo	0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.						
Programa	Educação Básica			Código: 2030			
	Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
87440001			378.740,52	280.385,98	127.280,14	153.105,84	98.354,54
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
87440001	Não há metas estabelecidas na Lei para o IF Farroupilha						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
87440001	194.313,32	194.303,51	9,81	Não há metas estabelecidas na LOA para o IF Farroupilha			

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2015/PPA

**Quadro 10 - Ação/Subtítulos – OFSS - Ação 4572**

Identificação da Ação							
Código	2109.4572.26420.0043		Tipo: Atividade				
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação						
Iniciativa	Não há iniciativa definida na Lei Orçamentária de 2015						
Objetivo	Não há objetivo Definido na Lei Orçamentária de 2015						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					Código: 2109	
	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado						
Unidade Orçamentária	26420 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
45720043	819.602,00	819.602,00	621.796,71	587.498,61	547.064,59	40.434,02	34.298,10
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
45720043	Servidor capacitado		Unidade	500	500	500	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
45720043	Em exercícios anteriores não houve execução orçamentária nesta ação						

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2015/PPA

**Quadro 11 - Ação/Subtítulos – OFSS - Ação 0509**

Identificação da Ação							
Código	2030.0509.26420.0001		Tipo: Atividade				
Descrição	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica						
Iniciativa	02C0 - Prestação de assistência financeira, técnica e material às escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação, assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático escolar, paradidático, periódicos e obras de referência, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos.						
Objetivo	0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.						
Programa	Educação Básica		Código: 2030		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	

Localizador	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5090001			826.769,97	231.390,50	2.169,15	229.221,35	595.379,47
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
5090001	Não há metas estabelecidas na Lei para o IF Farroupilha						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
5090001	Não havia dotação orçamentaria na ação para exercícios anteriores			Não há metas estabelecidas na LOA para o IF Farroupilha			

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2015/PPA

### Quadro 12 - Ação/Subtítulos – OFSS - Ação 20RW

Identificação da Ação							
Código	2031.20RW.26420.0001			Tipo: Atividade			
Descrição	Apoio a Formação Profissional, Científica e Tecnológica						
Iniciativa	002A5 - Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.						
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código: 2031	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20RW0001			3.220.493,6 4	2.215.077,7 5	804.806,8 2	1.423.579,8 6	1.005.415,89
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
20RW0001	Não há metas estabelecidas na Lei para o IF Farroupilha						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20RW0001	157.305,71	84.253,01	73.052,70	Não há metas estabelecidas na LOA para o IF Farroupilha			

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2015/PPA

**Quadro 13 - Ação/Subtítulos – OFSS - Ação 20RL**

Identificação da Ação							
Código	2031.20RL.26420.0043 Tipo: Atividade						
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A0 - Expansão , reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.						
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26247 - Universidade Federal de Santa Maria						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20RL0043			1.407.133,62	470.744,45	274.751,70	195.992,75	936.389,17
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta				Unidade de medida	Meta	
	Prevista	Reprogramada (*)	Realizada				
20RL0043	Não há metas estabelecidas na LOA para o IF Farroupilha						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20RL0043	Não havia dotação orçamentaria na ação para exercícios anteriores			Não há metas estabelecidas na LOA para o IF Farroupilha			

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2015/PPA

**Quadro 14 - Ação/Subtítulos – OFSS - Ação 2994**

Identificação da Ação							
Código	2031.2994.26420.0043 Tipo: Atividade						
Descrição	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A5 - Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.						
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26247 - Universidade Federal de Santa Maria						

Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
29940043			800.184,67	610.797,70	488.214,74	122.582,96	189.386,97
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta				Unidade de medida	Meta	
						Prevista	Reprogramada (*)
29940043	Não há metas estabelecidas na LOA para o IF Farroupilha						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
29940043	Não havia dotação orçamentaria na ação para exercícios anteriores			Não há metas estabelecidas na LOA para o IF Farroupilha			

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2015/PPA

### 3.2.2.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

#### Quadro 15 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS - Ação 20RG

Identificação da Ação					
Código	2031.20RG.26420.0043		Tipo: Atividade		
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	02A0 - Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.				
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26101 - Ministério da Educação				
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
127.964,07	72.815,48	0,00	Não há metas estabelecidas na LOA para o IF Farroupilha		

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2015/PPA

#### Quadro 16 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS - Ação 6380

Identificação da Ação	
Código	2031.6380.26420.0043 Tipo: Atividade
Título	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Iniciativa	02A2 - Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão				
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26101 - Ministério da Educação				
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
403.374,83	103.344,21	32.398,98	Não há metas estabelecidas na LOA para o IF Farroupilha		

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2015/PPA

### Quadro 17 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS - Ação 6358

Identificação da Ação					
Código	2031.6358.26420.0043 Tipo: Atividade				
Título	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	02A0 - Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.				
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26420 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha				
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
48.988,82	15.011,95	1.652,12	Pessoas Capacitadas	Unidade	500

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2015/PPA

### Quadro 18 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS - Ação 8252

Identificação da Ação					
Código	2031.8252.26420.0043 Tipo: Atividade				
Título	Educação Profissional e Tecnológica a Distância				
Iniciativa	029Z - Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica.				

Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação				
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
379.641,92	255.710,13	94.354,79	Não há metas estabelecidas na LOA para o IF Farroupilha		

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2015/PPA

### 3.2.2.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI

#### Quadro 19 - Ações do Orçamento de Investimento - 20RG

Identificação da Ação							
Código	2031.20RG.26420.0043		Tipo: Atividade				
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A0 - Expansão , reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.						
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031	Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	26420 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
18.000.000,00	18.000.000,00	10.940.808,48	Projeto viabilizado	Unidade	12	12	14

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2015/PPA

#### Quadro 20 - Ações do Orçamento de Investimento - 20RL

Identificação da Ação							
Código	2031.20RL.26420.0043		Tipo: Atividade				
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A0 - Expansão , reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.						

Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26420 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
6.968.584,00	7.528.519,00	4.157.954,49	Estudante matriculado	Unidade	13.000	13.000	12.149

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2015/PPA

### Quadro 21 - Ações do Orçamento de Investimento – 0509

Identificação da Ação							
Código	2030.0509.26420.0043		Tipo: Atividade				
Título	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica						
Iniciativa	02C0 - Prestação de assistência financeira, técnica e material às escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação, assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático escolar, paradidático, periódicos e obras de referência, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos.						
Objetivo	0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.						
Programa	Educação Básica		Código: 2030		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
0,00	0,00	32.156,35	Sem metas definidas na LOA para a Instituição				

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2015/PPA

#### 3.2.2.5 Análise situacional

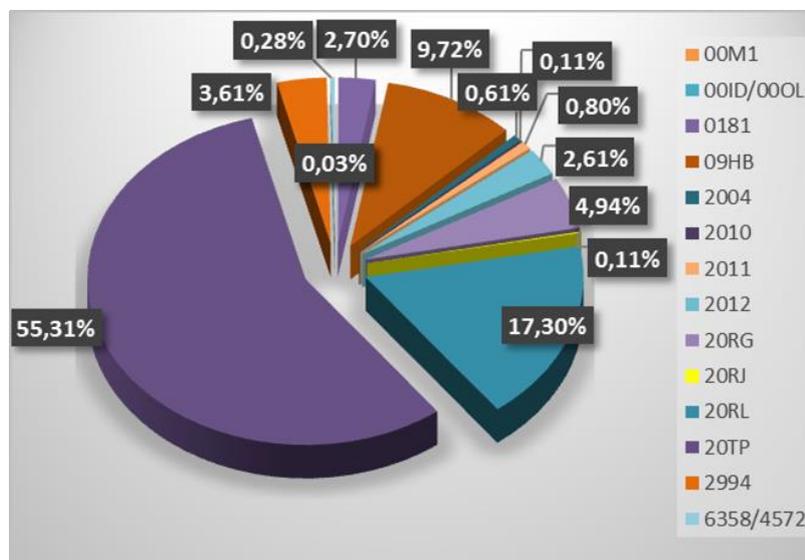
A análise abordará aspectos gerais da execução do Instituto Federal Farroupilha e posteriormente as ações e suas respectivas metas previstas no PPA (Plano Plurianual).

O orçamento previsto na Lei Orçamentária anual, conforme apresentado nos quadros do subitem 3.2.2.2, previam como dotação inicial R\$ 183,98 milhões. Esta sofreu alteração de aproximadamente 28%, basicamente em virtude do aumento expressivo nos gastos com a folha

pagamento. A dotação atualizada para o IF Farroupilha foi de R\$ 236,10 milhões, 25 % superior a dotação atualizada do exercício de 2014. Os empenhos realizados representaram 92% (R\$ 217,53 milhões) da dotação total atualizada, e destes 92,5% (R\$ 201,29 milhões) foram liquidados no exercício, restando aproximadamente em restos a pagar, para atender principalmente a demanda de investimento e contratos continuados, 7,5% do orçamento empenhado. Deve ser ressaltado que 55,85% do valor inscrito em restos a pagar, referem-se à execução de obras e bens de capital (R\$ 8,42 milhões), distribuídos nas ações 20RG e 20 RL. Em despesas correntes relacionadas a Pessoas Jurídicas, principalmente em contratos continuados foram mantidos em restos a pagar não processados aproximadamente R\$ 6,7 milhões, ou seja, 41 % dos estoques de restos a pagar não processados inscritos. Em material de consumo o montante inscrito em restos a pagar foi de R\$ 0,95 milhões, o que representa 12% do total de RP não processados inscritos.

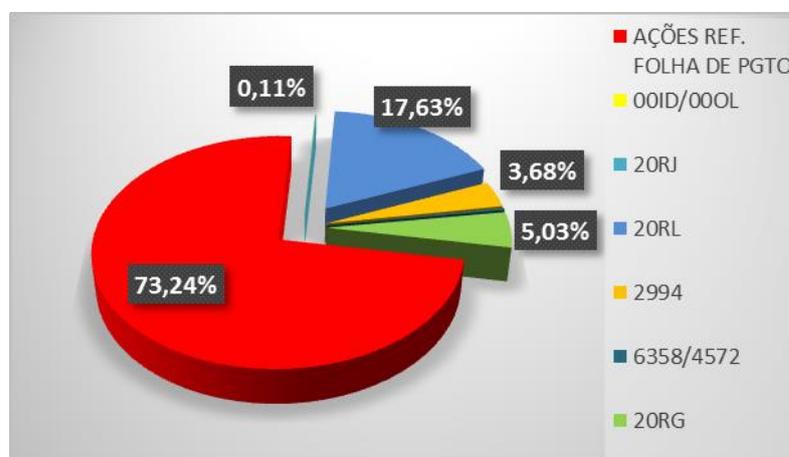
Os valores empenhados foram distribuídos nas ações conforme os gráficos a seguir:

**Figura 6 - Representatividade das ações referente ao orçamento total empenhado do Instituto Federal Farroupilha, exercício 2015**



Fonte: Pró-reitoria de Administração

**Figura 7 - Representatividade das ações referentes à folha de pagamento frente ao orçamento total empenhado do Instituto Federal Farroupilha, exercício 2015**

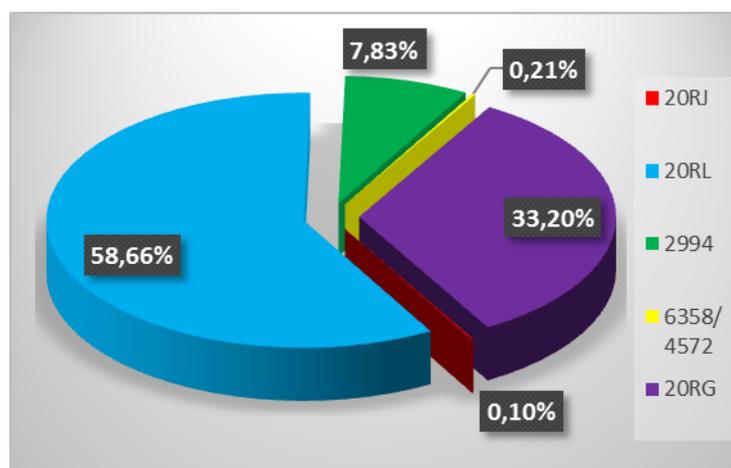


Fonte: Pró-reitoria de Administração

Quanto a representatividade das ações consignadas na LOA 2015 para o Instituto Federal Farroupilha, 73,24 %, dos empenhos estão diretamente relacionados a ações vinculadas a folha de pagamento de servidores, dentre as ações que se destacam estão as 20TP, A 0181 e a 09HB. 17,63% referem-se a despesas com o funcionamento da instituição (ação 20RL), 5,03% a ação 20RG, a qual refere-se a Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Tecnológica e 3,68% a ação 2994 que refere-se a Assistência ao Educando da Educação Profissional.

No que se refere aos restos a pagar, podemos observar que o montante maior inscrito está relacionado a ação 20RL, (58,66%). Esta constatação está diretamente relacionada principalmente a dois fatores: primeiro, o valor total do orçamento consignado na ação 20 RL corresponde a 65,8% do orçamento total destinados as ações de funcionamento, expansão e reestruturação e assistência ao educando; segundo, parcela significativa das despesas com contratos continuados está vinculada à ação. A inscrição em Restos a Pagar não processados referente a ação 20RG representam 33,20% do total, valores estes, reflexo de empenhos em obras e mobiliários e equipamentos.

**Figura 8 - Representatividade das ações referente ao total de restos a pagar não processados inscritos, Instituto Federal Farroupilha, exercício 2015**



Fonte: Pró-reitoria de Administração

Com relação às ações integrantes do PPA 2012-2015 e Lei orçamentária 2015, apresentaremos a seguir análise das ações que de a instituição consegue minimamente administrar alguma variável importante no processo de planejamento e execução e que visualiza como necessária a abordagem.

**Ação 20RG.** Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Objetivo 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Sua finalidade é ampliar reorganizar, modernizar e integrar as unidades vinculadas à rede de Educação Profissional e Tecnológica, com vistas a expandir a oferta de vagas. Nesta ação está planejada a Expansão Fase III, bem como a reestruturação dos campi das demais fazes e campus antigos. A meta estabelecida para ação e viabilizar e executar 12 projetos, entre obras, e equipamentos e mobiliários para as atividades de ensino, pesquisa e extensão. O recurso planejado representava 9,7% da dotação total, destes foram liberados limites e empenhados aproximadamente 60%, ou seja, R\$10,94 milhões. Da meta estipulada foram viabilizados 14 projetos entre novos e ou em execução. Do recurso empenhado R\$5,39 milhões foram inscritos em restos a pagar não processados, ou seja 49% do valor

empenhado. O valor é considerado elevado, porém parcela significativa refere-se a obras em andamento. Observa-se que apesar do contingenciamento de 40 % dos valores consignados, a instituição conseguiu atingir a meta planejada, porém isso ocorreu basicamente por readequação dos projetos, ou por atendê-los parcialmente, o que reflete na qualidade das atividades desenvolvidas.

Ação 20RL. Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Com o objetivo de expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Sua finalidade é garantir o funcionamento, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade de ensino. Para essa ação foi planejado ações para atender a meta de 13000 alunos matriculados para a proposta orçamentária atualizada de R\$ 45,92 milhões de reais em custeio e capital. A meta física foi atendida satisfatoriamente com 93,5% da meta projetada, ou seja, 12.149 alunos matriculados. Como forma de qualificar essa oferta, por meio de ações de pesquisa e extensão, do total orçamentário foi realizada uma projeção de investimento de R\$1.305.800,50 para investimento em projetos de pesquisa e de R\$ 827.875,60 em ações de extensão. Esses recursos viabilizaram o início de 167 projetos de pesquisa e 194 projetos de extensão.

Quanto à execução orçamentária e financeira a mesma ficou comprometida pelo contingenciamento orçamentário e pela falta de liberação de financeiro para pagamento das despesas liquidadas. Do orçamento total consignado, foram empenhados 83,5%, ou seja, houve contingenciamento de aproximadamente R\$ 7,6 milhões, que gerou a impossibilidade de execução de diversas atividades previstas no planejamento institucional. O Planejamento, as atividades e ações dentro dessa ação macro foram discutidos em cada unidade executora para a confecção da matriz, a qual foi aprovada pelo Conselho Superior, conforme informação PPA Simec.

Dos recursos empenhados desta ação foram inscritos em restos a pagar não processados aproximadamente 24%, ou seja, R\$ 9,52 milhões. Reflexo da liberação tardia dos limites para empenho e insegurança quanto a disponibilidade orçamentária, fatores estes retardaram a tomada de decisão institucional. Esses recursos basicamente ficaram inscritos em serviços de pessoa jurídica (3.3.90.39) ou em ações de Investimento. Quantos aos restos a pagar executados em 2015 referente a exercícios anteriores, foram reescritos aproximadamente R\$ 603 mil reais, ou seja, aproximadamente 7,6% dos valores inscritos. Resta observar que aproximadamente 17% do orçamento refletem a ação 20RL. Se descontada as despesas com a folha de pagamento esse valor representa 65% do montante do orçamento disponível para empenho ao Instituto. Quanto aos restos a pagar processados deve-se destacar que foram inscritos e reinscritos o montante de R\$ 4.7 milhões.

Ação 2994. Assistência ao educando da Educação Profissional. A Meta estimada foi de 8300 alunos atendidos para o ano de 2015. Com orçamento inicial de R\$ 8,21 milhões, foram atendidos 12149 estudantes, ou seja, 100% da meta inicial. Da dotação inicial foram empenhados aproximadamente 100%, dos quais foram inscritos em restos a pagar não processado 15,87% do valor empenhado. Observa-se que foi ampliada a assistência em número de alunos assistidos em 2015, em função da otimização do recurso efetuado pelos campi, e também pela utilização de recursos da 20RL para esse fim. O montante não liquidado refere-se as atividades do mês de Dezembro de 2015 e demais ações relacionadas a moradia estudantil, que não puderam ser finalizadas no exercício.

Ação 4572. Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, não possui objetivo consignado na LOA 2015. A meta estabelecida pelo Instituto e seus *campi* é de 500 pessoas capacitadas. Estima-se que a totalidade da meta foi realizada. Com relação ao orçamento, 75,8% foi empenhado, destes 94,5% foi liquidado em 2015 e 5,5% do valor foram inscritos em restos a pagar não processados.

Ação 20RJ. Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para Educação Básica. Com o objetivo de Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho, através da oferta de capacitação inicial e continuada. A meta estabelecida foi de 2 projetos apoiados ano de 2015. Como houve contingenciamento significativo do orçamento consignado, a instituição executou um projeto, que refere-se a abertura de uma turma com 60 alunos, do curso de licenciatura do campo. A partir do replanejamento da meta, a mesma foi atendida na totalidade. Quanto a execução orçamentária, apenas 25% da dotação Orçamentária foi disponibilizada para empenho, dos quais 93,5% foram executados.

Devemos ressaltar aqui, apesar de não serem ações vinculadas aos programas temáticos, as ações que são consignadas ao Pagamento de Pessoal Ativo e Inativo da União, bem como as contribuições, auxílios e assistências aos servidores. Estas ações correspondem a um dispêndio de aproximadamente 73,24 % de todo o orçamento da instituição. O montante empenhado nestas ações chegou a R\$ 159,31 milhões, 43% superior a dotação inicial consignada na LOA 2015. O aumento significativo destas despesas refletem, principalmente, a nomeação de novos servidores que ocorreram em 2015, reposição salarial e incorporação do Reconhecimento de Saberes e Competências aos docentes da instituição. Foram 67 (sessenta e sete) nomeações de docentes e 60 (sessenta) de Técnicos-administrativo em Educação em 2015. Atualmente a instituição possui 1.246 servidores, no cômputo, técnicos administrativos e docentes.

Além dessas ações provenientes do PPA, e sob responsabilidade do Instituto Federal Farroupilha, foram executadas ações provenientes de descentralização do FNDE, para Alimentação escolar, o Bolsa Formação e ETEC, através das ações 8744, 20RW e 0509, respectivamente. O montante executado nestas ações R\$4.42 milhões, dos quais foram liquidados 55% do total empenhado. A inscrição em Restos a Pagar não processados nestas ações deve-se ao atraso na liberação de orçamento, impossibilitando a liquidação orçamentária dentro do exercício de 2015.

Devemos destacar que no exercício de 2015, recebemos através de termo de descentralização o montante de R\$ 2,20 milhões, provenientes da Universidade Federal de Santa Maria, referente às despesas do Campus Frederico Westphalen, que foi incorporado pelo Instituto Federal Farroupilha. O orçamento destinou-se basicamente para ações de Assistência ao Estudante e Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

Ao longo do exercício de 2015, os fatores intervenientes que influenciaram nas ações, basicamente foram de contexto orçamentário e financeiro. O contingenciamento de aproximadamente 17% dos limites orçamentários geraram frustração em algumas ações institucionais, principalmente no que tange a aquisição de bens de capital e obras. No caso de despesas de custeio, os campi ajustaram suas necessidades a nova realidade orçamentária, o que não gerou grande impacto nas atividades fins. No que tange ao financeiro disponível para pagamentos, o prejuízo institucional foi maior, e o impacto foi significativo. Como consequência evidenciou-se o atraso no pagamento dos fornecedores, gerando diversas paralizações de serviços terceirizados e negativas de entrega de mercadorias e serviços, por incerteza quanto ao recebimento sobre os produtos. É notório também atraso e paralização nas obras em andamento na instituição e virtude do atraso no repasse de financeiro para cobrir as demandas.

O contingenciamento imputou sobre a gestão a necessidade de readequação do seu planejamento, dessa forma, as unidades trabalharam no sentido de ajustar seus gastos de custeio com a projeção orçamentária definida no exercício. Esta estratégia obrigou a redimensionar principalmente a força de trabalho terceirizada, despesas com diárias e passagens e aquisição de material de consumo e bens de capital. Deve ser realçado aqui também o esforço da instituição em buscar alternativas para redução dos eventuais entraves na execução das atividades previstas no planejamento institucional. Neste sentido, a instituição vem trabalhando na implantação de sistema

integrado de gestão, bem como revisando as normativas internas quanto a licitações, contratos, execução orçamentária entre outros.

### **3.2.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário**

Relacionado as questões de execução orçamentária e financeira é sabido que desde o final do exercício de 2013, com pequeno agravamento em 2014 e impacto drástico em 2015, a gestão orçamentária tornou-se mais instável, pois uma vez aprovado o orçamento, temos que estar preparados para os “conhecidos” contingenciamentos. Contudo, por prudência anualmente a instituição sempre que se precaveu, e organizava o planejamento das despesas com margem de 10% de segurança, a fim de garantir o andamento responsável dos gastos, e dependendo da capacidade de execução ao longo do exercício, ocorria a articulação com a SETEC, afim da liberação dos valores contingenciados, possibilitando assim a efetivação do planejamento inicial.

Nos exercícios elencados anteriormente, o cenário econômico e orçamentário do governo começou a sinalizar as dificuldades para garantir a provisão orçamentária consignada na LOA, de modo que o arrocho se intensifica, ao ponto em meados do mês de abril de 2015, trabalhou-se efetivamente com a possibilidade de cortes gerais no nosso orçamento em até 30%. Esse ajuste drástico, se instituído, traria significativos prejuízos as ações previstas e necessárias ao funcionamento da instituição. Essas possíveis medidas acometeram a comunidade institucional de preocupações em honrar até mesmo compromissos fixos que poderiam ficar ao descoberto.

Amenizando esse cenário, posteriormente saíram definições mais concretas que nos trouxeram a uma realidade não tão boa em um contingenciamento geral de 20%, porém com a preocupação de não prejudicar as atividades institucionais ajustaram os cortes intensificando nos recursos de investimentos chegando a 50%, e priorizando o desenvolvimento das ações de custeio que ficou reduzido em cerca de 10%. Claro, que não são ações a se comemorar, pois tamanha retenção em valores de investimentos retarda processos de expansão e melhorias de infraestruturas administrativas e pedagógicas.

Contudo, a manutenção da maioria dos recursos de custeio deu maior tranquilidade aos gestores e também a comunidade escolar, que deveriam readequar seus gastos, porém sem prejudicar ações fundamentais dentro de cada unidade de nosso instituto. Mesmo com esse cenário mais favorável no âmbito orçamentário, acaba retraindo ações planejadas no decorrer do exercício, seja pelo receio da implementação de novos gastos, ou mesmo pelo retardo de procedimentos licitatórios.

Ações de longo prazo acabam por serem estagnadas no anseio de maior segurança dos valores aprovados no legislativo e permitindo a gestão integral dos recursos destinados a cada órgão.

Porém, mesmo com dificuldades, o Instituto Federal Farroupilha honra mais uma vez o histórico de execução responsável e eficaz de seus recursos, como podemos observar nos demonstrativos apresentados neste relatório. Resultando, na efetivação das ações de ensino, pesquisa, extensão, inclusão, assistência estudantil e tantas outras que dependem da disponibilidade de recursos para sua continuidade.

Ao voltarmos nosso olhar para assuntos de ordem financeira cabe registramos os inúmeros infortúnios decorrentes do sistemático e longo período de atrasos para honrar com os compromissos de contas a pagar junto aos nossos fornecedores.

O cenário financeiro vivenciado em 2015, proporcionou muitos dissabores aos servidores diretamente ligado a área de recebimento, ateste e pagamento das obrigações institucionais, os quais não tinham mais condições de emitir posicionamento concreto de como se daria o pagamento a empresas dos mais variados portes econômico e financeiro. Atrevemo-nos afirmar que se não levamos empresas a falência a conduzimos a um limite muito próximo.

Chegamos ao ponto de rever posicionamentos quanto aos procedimentos de prazos, flexibilizando e/ou paralisando demandas que estavam em andamento ou novas que deveriam ser

executadas. Tal instabilidade poderá ser observada em licitações que tiveram diversos itens frustrados, seja pela desconfiança das empresas que não receberam pelo material ou serviço prestado, ou ainda pela incompatibilidade de preços apresentados nos termos de referência dos processos licitatórios, em decorrência da desestabilização econômica ocorrida.

A atual organização das áreas de licitações e contratos, e de execução orçamentária e financeira, pode ser o fator que nos possibilitou vencer os desafios encontrados em 2015, por cada unidade ter suas representações e tratarem de forma individualizada cada problema que surgia. O aprimoramento contínuo do compartilhamento de compras busca desonerar cada unidade em busca de maior confiabilidade nos processos proporcionando processos cada vez mais rápidos e objetivos evitando a ocorrência de erros e problemas na sua operacionalização.

Dessa forma, ficamos acompanhando cada movimentação nos cenários econômicos e políticos a fim de estarmos preparados para o que está por vir no exercício de 2016, torcendo para que se reestabeleça a segurança econômica e financeira de nosso País, refletindo diretamente na qualidade do gasto público.

### 3.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Para análise mais qualificada sobre a execução orçamentária de restos a pagar, apresenta-se no Quadro 22, informações quantitativas e qualitativas sobre os Restos a Pagar (RP) inscritos em exercícios anteriores, vigentes no exercício de referência do Relatório de Gestão, de modo a permitir a análise da gestão e os impactos dessas despesas no exercício.

**Quadro 22 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores**

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2009	170.442,83	0,00	0,00	170.442,89
2010	152.810,76	0,00	0,01	152.810,75
2011	18.097,34	0,00	2.640,92	15.456,42
2012	262.057,52	127.025,53	1.769,09	133.262,90
2013	279.649,27	269.253,70	71,55	10.324,02
2014	4.623.886,28	4.553.611,85	17.689,20	52.585,23
<b><u>TOTAL</u></b>	<b><u>5.506.944,00</u></b>	<b><u>4.949.891,08</u></b>	<b><u>22.170,77</u></b>	<b><u>534.882,21</u></b>
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2009	10.516,58	0,00	10.516,58	0,00
2011	37.024,26	0,00	37.024,26	0,00
2012	471.264,92	383.104,38	21.950,00	66.210,54
2013	1.642.575,47	803.476,89	330.394,13	508.704,45
2014	17.131.718,14	15.125.069,09	307.969,39	1.698.679,66
<b><u>TOTAL</u></b>	<b><u>19.293.099,37</u></b>	<b><u>16.311.650,36</u></b>	<b><u>707.854,36</u></b>	<b><u>2.273.594,65</u></b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

### 3.2.4.1 Análise crítica

A execução dos Restos a Pagar teve a observância do que dispõe a legislação vigente. De maneira geral, os Restos a Pagar foram executados com base, além do diploma legal já citado, na Lei nº 4.320/64, no Decreto nº 93.872/86, no Decreto nº 7.654/2011 e no Acórdão TCU nº 3.108/2011.

Da legislação citada, bem como da jurisprudência da Egrégia Corte de Contas, foi tirado o entendimento da conformidade das inscrições dos Restos a Pagar, conforme a seguir:

a) As inscrições em Restos a Pagar estiveram autorizadas até o dia 30 de junho de 2015, observando-se o que dispõe o artigo 68 do Decreto nº 93.872/86;

b) Atendem o artigo 35 do Decreto nº 93.872/86, Incisos I, II e III, considerando a natureza das despesas que são destinadas a continuidade do desenvolvimento da educação profissional, por analogia do que está disposto no parágrafo 3º, I, letra “c” do mesmo diploma legal;

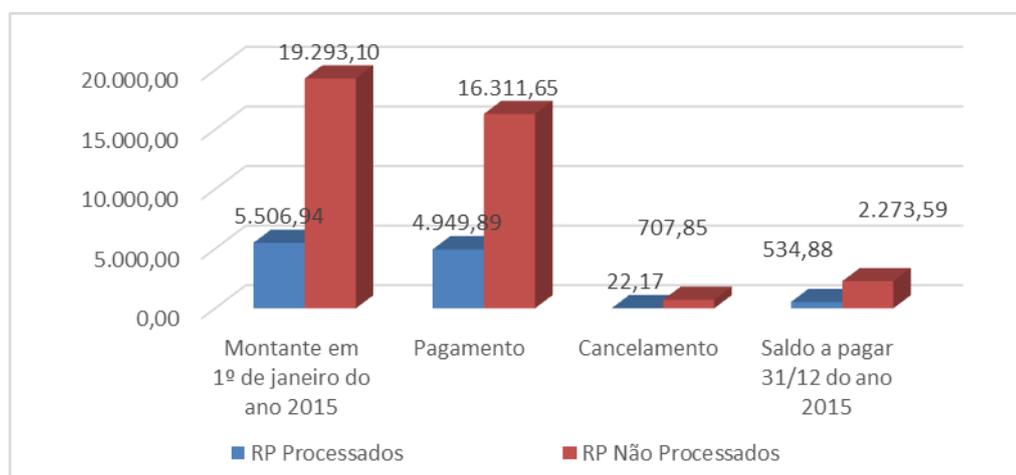
c) Pela garantia do fluxo dos recursos considerando os ajustes firmados com o órgão concedente, nos termos dos recursos definidos nos cronogramas de desembolso dos planos de aplicação.

As nossas unidades executaram os recursos de Restos a Pagar em conformidade com o que dispõe a legislação. Para a inclusão de restos a pagar no ano de 2015, referente exercício de 2014, foram adotados procedimentos de acompanhamento e execução dos restos a pagar no Instituto Federal Farroupilha, que consequentemente melhorar.

Deve-se ressaltar que os montantes de restos a pagar de anos anteriores a 2015 a sua maioria se refere a contratos de obras ou aquisições que não se finalizaram por problemas técnicos de execução e ou jurídicos. Apesar de ser valor expressivo, se comparado com os anos anteriores houve a redução no saldo reinscrito para 2016 (saldo em 31/12/2015) de aproximadamente 8%. Se compararmos a inclusão de restos a pagar nos exercícios de referência (2014 e 2015) das prestações de contas, podemos verificar uma queda de aproximadamente 17% nas inscrições em restos a pagar não processados se comparados os dois exercícios, percentual que vem se mantendo desde 2013.

Os valores inscritos e reinscritos em restos a pagar de exercícios anteriores no âmbito institucional perfizeram o montante de R\$ 24,80 milhões de reais, dos quais aproximadamente 11% foram reinscritos no exercício de 2016.

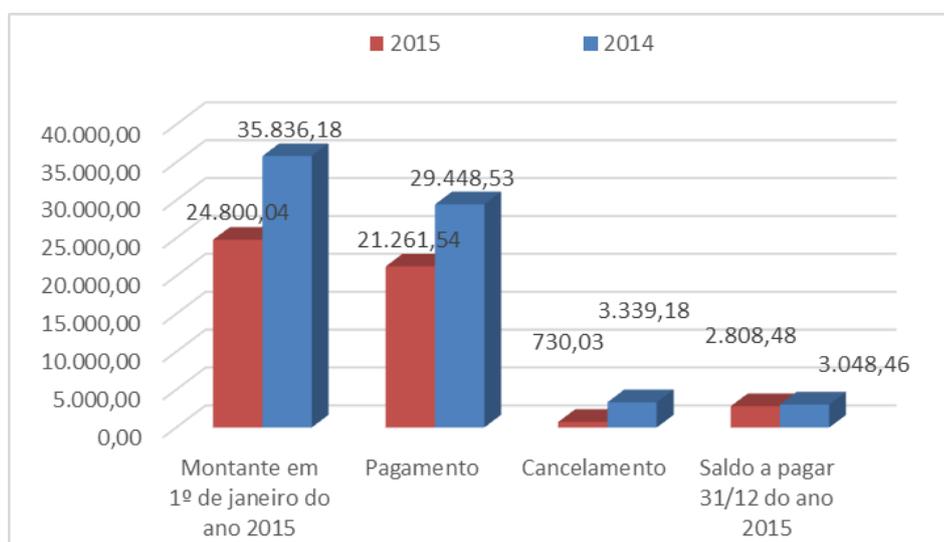
**Figura 9 - Valores inscritos e reinscritos de restos a pagar de exercícios anteriores referente exercício 2015 em mil reais**



Fonte: Pró-reitoria de Administração

Dos valores, em restos a pagar de exercícios anteriores, 22% referem-se a processados, enquanto os não processados representam 66% do total. Observa-se também, aproximadamente 85,73% dos RP foram pagos no exercício de 2015, enquanto 2,94% dos mesmos foram cancelados.

**Figura 10 - Comparativo entre os valores inscritos e reinscritos de restos a pagar de exercícios anteriores referente aos exercícios 2014 e 2015 em mil reais**



Fonte: Pró-reitoria de Administração

Podemos observar ao longo dos dois últimos exercícios uma redução significativa nos estoques de restos a pagar de exercícios anteriores. Em 2014 eles somavam em torno de R\$ 35,8 milhões, enquanto em 2015 os valores se aproximavam de R\$ 24,8 milhões. Redução nominal de R\$ 11,0 milhões, ou seja, 30,7%. Aspecto importante também, reflete sobre os cancelamentos de restos a pagar, em 2015, que reduziram significativamente. A melhora aparente na gestão dos restos a pagar, está diretamente ligada a dois fatores: 1) ações institucionais no sentido de atender o que preconiza a legislação, sobre manutenção de restos a pagar. Nesse sentido a instituição normatizou a inscrição e acompanhamento dos restos a pagar não processados. Com a implantação do Sistema Integrado de Gestão, melhorará significativamente a gestão da execução orçamentária e consequentemente destes estoques; 2) Contingenciamento orçamentário destinado a obras, que teriam parte significativa inscritas em restos a pagar.

### 3.2.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Esse subitem presta informações sobre as possíveis transferências realizadas pelo Instituto Federal Farroupilha, no exercício de 2015, mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições.

#### 3.2.5.1 Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos

Este subitem contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos últimos três exercícios, onde os valores referem à totalidade dos instrumentos celebrados em cada exercício. Neste contexto, a instituição celebrou apenas um instrumento de transferência.

**Quadro 23 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios**

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha					
UG/GESTÃO:	UG/GESTÃO: 158127/26420					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Termo de Descentralização	1	0	0	33.750,00	0,00	0,00
Totais	1	0	0	0,00	0,00	0,00

Fonte: PROAD/SIAFI/Tesouro Gerencial

3.2.5.2 Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores

Este tópico visa a demonstrar a situação gerencial da prestação de contas pelos recebedores dos recursos transferidos pela instituição, situação apresentada em 31 de dezembro de 2015. Assim, o quadro evidencia a quantidade e o montante repassado dos instrumentos até o final do exercício de acordo com a situação da prestação de contas: prestadas ou não prestadas.

**Quadro 24 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse**

Unidade Concedente					
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha					
UG/GESTÃO: 158127/26420					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados	Instrumentos			
		(Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Contratos de repasse	Termo de Descentralização	
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	1
		Montante Repassado	0,00	0,00	33.750,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	1
		Montante Repassado	0,00	0,00	33.750,00
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00

Fonte: PROAD/SIAFI/Tesouro Gerencial

3.2.5.3 Visão gerencial da análise das contas prestadas

Este subitem refere-se as informações sobre a análise de contas pela unidade concedente ou contratante (UPC ou de subunidade da UPC) que foram apresentadas no exercício de referência do relatório de gestão. Ao mesmo tempo traz informações sobre o perfil dos atrasos na análise das prestações de contas de recursos repassados pela UPC ou por unidades que integram a conta anual.

Neste item especificamente a instituição não possui informação para relatar, uma vez que o Termo de Descentralização elaborado no exercício de 2015 estava em vigência, fora do prazo de prestação de contas que ocorrerá no exercício de 2016.

### 3.2.5.4 Análise crítica

Ao longo do exercício de 2015 foi efetivado apenas um Termo de Execução Descentralizada, com valor de R\$ 33.750,00, onde dos quais apenas R\$ 1.296,00 foram liquidados. Dessa forma, ainda está em fase de execução, e ao longo do exercício de 2016 será elaborada a prestação de contas do termo. Quanto aos demais instrumentos de transferência de recursos, não foram efetuados nenhum.

Dessa forma, as informações referentes a análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão, bem como atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos, ficaram sem informações no presente relatório.

Observa-se também que a instituição não possui transferências na situação de prestação de contas inadimplente.

### 3.2.5.5 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Quanto a estrutura para acompanhamento das prestações de conta, a instituição possui setor específico para prover gerenciar os processos de prestação de contas, tanto para as que o IF Farroupilha é concedente, quanto proponente e executor. Observa-se que o setor faz a gestão das prestações de contas e cabe a unidade a efetivação das mesmas.

Atualmente contamos com duas pessoas fazendo a gestão dos processos, e cada campus pelo menos uma participa diretamente na prestação de contas.

Quando a instituição e executora orçamentária de algum convênio ou outro instrumento de transferência de recurso a prestação de contas dá-se de forma concomitante com a execução orçamentária, em processo específico e planilhas de acompanhamento específicas.

Os sistemas para acompanhamento orçamentário que são utilizados são o Tesouro Gerencial e o SIAFI. Atualmente estamos em fase de implantação do Sistema Integrado de Gestão, o qual possibilitará acompanhamento mais adequado das prestações de conta.

Quanto a execução do objeto, o acompanhamento fica a cargo dos atores envolvidos diretamente na ação.

### 3.2.6 Informações sobre a realização das receitas

Este tópico tem por objetivo demonstrar uma visão gerencial sobre a composição das receitas da unidade no exercício, bem como sua execução.

#### **Quadro 25 - Provisão da receita orçamentária do Instituto Federal Farroupilha, exercício de 2015 em mil reais**

NATUREZA DA RECEITA	PREVISAO INICIAL DA RECEITA	RECEITA ORCAMENTÁRIA
ALUGUEIS	108.010,00	137.455,18
ARRENDAMENTOS		43.309,51
MULTAS E JUROS DE MORA DE ALUGUEIS		17,86
MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS DE OCUPACAO		26,00
MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS		5.818,36
OUTRAS RECEITAS	4.382,00	600,00
OUTRAS RESTITUICOES	6.197,00	10.696,52
REC.SEGUROS DECOR. INDENIZACAO POR SINISTRO		22.606,91
RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	83.807,00	47.184,87
RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	226.378,00	81.546,70
RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	173.591,00	86.513,71

RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES		712,00
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	102.620,00	195.433,61
SERVICOS ADMINISTRATIVOS	1.806,00	3.541,00
SERVICOS AGROPECUARIOS		15.782,00
SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO	35.772,00	58.151,58
SERVICOS EDUCACIONAIS		17.087,30
TAR.INSER.CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	1.690.734,00	212.401,64
TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS IMOVEIS	13.514,00	18.779,18
<b>TOTAL</b>	<b>2.446.811,00</b>	<b>957.663,93</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

A arrecadação da instituição não possui um comportamento uniforme ao longo tempo, pois está basicamente lastrada na sazonalidade da arrecadação. Observa-se que a receita foi significativamente inferior a provisão orçamentária. Os fatores que influenciaram para esse comportamento são: 1) a frustração da arrecadação da receita proveniente da produção animal e vegetal e seus derivados inclusive os industrializados. Reflexo da decisão da redução de gastos com o sistema de produção animal e vegetal, bem como os entraves ambientais para liberação de alguns alvarás ligados à área. Importante mencionar também o fato de que parcela significativa da produção dos campi de São Vicente do Sul e Alegrete foi direcionada aos refeitórios; 2) a decisão administrativa de não cobrar mais pelos processos de seleção de alunos para a instituição e de não realizar concurso público no exercício de 2015.

#### **Quadro 26 - Arrecadação e execução da receita própria por fonte, referente exercício de 2015, em reais**

FONTE	ARRECADACÃO	VALORES EMPENHADOS		
		Despesas Correntes	Investimento	Executado
2500026420	762.230,32	480.112,54	40.481,22	520.593,76
2800026420	195.433,61	-	102.300,00	102.300,00
<b>TOTAL</b>	<b>957.663,93</b>	<b>480.112,54</b>	<b>142.781,22</b>	<b>622.893,76</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Observou-se no exercício que o montante executado foi significativamente inferior ao total arrecadado, fator este relacionado a não liberação de limites de empenho durante o exercício. Ou seja, 35% do arrecadado não foi liberado. Quanto as fontes, a arrecadação dá-se basicamente na 0250, com 79,59% da arrecadação.

No que refere-se a execução, do total executado 67% foram em despesas correntes, dos quais aproximadamente 64% foram executados com outros serviços pessoa jurídica. Do montante executado em investimento a totalidade (23%) foram destinados a aquisição de equipamentos e material permanente.

### **3.2.7 Informações sobre a execução das despesas**

Este item tem por objetivo demonstrar, de forma sucinta e gerencial, a execução das despesas da instituição. As informações sobre a realização da despesa são apresentadas nos subitens a seguir:

- a) Despesas totais por modalidade de contratação;
- b) Despesas por grupo e elemento de despesa.

Dessa forma, os quadros a seguir demonstram execução do orçamento consignado ao IF Farroupilha indiferente a unidade executora do mesmo.

### 3.2.7.1 Despesas totais por modalidade de contratação

Este item, representado pelo Quadro 27, demonstra as despesas totais por modalidade de contratação, ou seja, quais os montantes despendidos para cada modalidade de licitação efetuada pelo Instituto Federal Farroupilha, referente ao exercício de 2015. A análise de sua composição evolução esta detalhada no item 3.2.7.3.

**Quadro 27 - Despesas por modalidade de contratação**

Unidade orçamentária: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha			Código UO: 26420	UGO: 158127
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>27.918.398,68</b>	<b>31.623.412,75</b>	<b>22.848.541,47</b>	<b>29.345.240,69</b>
a) Convite	90.137,03	-	90.137,03	-
b) Tomada de Preços	67.414,12	139.983,58	50.669,96	139.983,58
c) Concorrência	3.072.377,44	6.122.386,95	2.216.445,28	5.929.748,74
d) Pregão	24.688.470,09	25.361.042,22	20.491.289,20	23.275.508,37
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>4.484.278,78</b>	<b>2.994.367,07</b>	<b>4.228.261,39</b>	<b>2.885.841,95</b>
h) Dispensa	1.592.796,28	1.542.380,31	1.551.240,02	1.513.338,06
i) Inexigibilidade	2.891.482,50	1.451.986,76	2.677.021,37	1.372.503,89
<b>3. Regime de Execução Especial</b>		-		-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>151.696.912,21</b>	<b>127.508.817,64</b>	<b>151.693.639,82</b>	<b>126.226.426,54</b>
k) Pagamento em Folha	150.624.782,13	125.789.656,64	150.624.782,13	124.515.433,39
l) Diárias	1.072.130,08	1.719.161,00	1.068.857,69	1.710.993,15
<b>5. Outros</b>	<b>17.689.027,70</b>	<b>6.125.937,78</b>	<b>17.228.672,61</b>	<b>5.585.769,10</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>201.788.617,37</b>	<b>168.252.535,24</b>	<b>195.999.115,29</b>	<b>164.043.278,28</b>

Fonte: SIAF/SIAFI Gerencial/Tesouro Gerencial/Relatório de Gestão 2014

### 3.2.7.2 Despesas por grupo e elemento de despesa

O Quadro 28 a seguir demonstra a execução da despesa da totalidade dos recursos consignados a UO, de acordo com a classificação nos grupos e elementos de despesa. Ou seja, demonstram quais os elementos de despesas que tiveram maior valor empenhado em 2015, bem como sua evolução com base no exercício anterior, nos grupos de despesas 1, 2, 3, 4, 5, 6. A análise de sua composição evolução esta detalhada no item 3.2.7.3.

**Quadro 28 - Despesas por grupo e elemento de despesa**

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha			Código UO: 26420				UGO: 158127	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercício	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>150.624.782,13</b>	<b>114.805.440,61</b>	<b>150.624.782,13</b>	<b>114.713.584,15</b>	-	<b>91.856,46</b>	<b>150.624.782,13</b>	<b>113.808.473,92</b>
<i>11- Vencimentos e Vantagens Fixas</i>	116.113.919,32	84.906.056,77	116.113.919,32	84.906.056,77	-	-	116.113.919,32	84.674.174,48
<i>13 - Obrigações Patronais</i>	22.555.265,17	17.346.478,44	22.555.265,17	17.346.478,44	-	-	22.555.265,17	17.346.478,44
<i>04 - Contratação por tempo Determinado</i>	4.737.734,00	5.625.974,26	4.737.734,00	5.625.974,26	-	-	4.737.734,00	5.303.560,86
<i>Demais elementos do grupo</i>	7.217.863,64	6.926.931,14	7.217.863,64	6.835.074,68	-	91.856,46	7.217.863,64	6.484.260,14
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>52.336.085,61</b>	<b>49.153.640,79</b>	<b>44.493.690,27</b>	<b>42.863.350,98</b>	<b>7.842.395,34</b>	<b>6.290.289,81</b>	<b>40.660.519,12</b>	<b>40.112.436,28</b>
<i>39 -Outros Serviços de Terceiros - PJ</i>	29.433.225,79	24.291.499,95	22.733.672,90	19.505.459,41	6.699.552,89	4.786.040,54	20.170.694,92	18.171.465,96
<i>46 - Auxílio Alimentação</i>	5.345.419,78	4.616.366,73	5.345.419,78	4.616.366,73	-	-	5.345.419,78	4.616.366,73
<i>18 - Auxílio Financeiro a Estudantes</i>	4.794.753,11	4.256.300,32	4.786.213,11	4.256.300,32	8.540,00	-	4.609.904,61	3.784.667,00
<i>Demais elementos do grupo</i>	12.762.686,93	15.989.473,79	11.628.384,48	14.485.224,52	1.134.302,45	1.504.249,27	10.534.499,81	13.539.936,59
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
Exercício	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>4. Investimentos</b>	<b>15.098.762,97</b>	<b>20.971.870,86</b>	<b>6.670.144,97</b>	<b>10.675.600,11</b>	<b>8.428.618,00</b>	<b>10.296.270,75</b>	<b>4.713.814,04</b>	<b>10.122.368,08</b>
<i>51 -Obras e Instalações</i>	8.018.709,32	14.499.244,22	3.335.868,41	6.659.041,42	4.682.840,91	7.840.202,80	2.445.668,46	6.466.403,21
<i>52 - Equipamentos e Material Permanente</i>	6.980.038,13	6.200.491,64	3.320.561,56	3.853.723,69	3.659.476,57	2.346.767,95	2.257.790,58	3.494.709,87
<i>39 - Outros Serviços de Terceiros-PJ</i>	100.015,52	272.135,00	13.715,00	162.835,00	86.300,52	109.300,00	10.355,00	161.255,00
<b>5. Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6. Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total 1+2+3+4+5+6)</b>	<b>218.059.630,71</b>	<b>184.930.952,26</b>	<b>201.788.617,37</b>	<b>168.252.535,24</b>	<b>16.271.013,34</b>	<b>16.678.417,02</b>	<b>195.999.115,29</b>	<b>164.043.278,28</b>

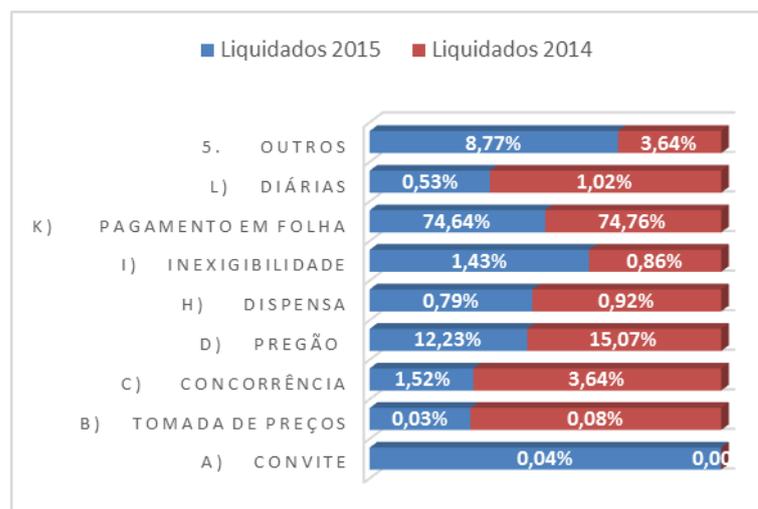
Fonte: SIAF/SIAFI Gerencial/Tesouro Gerencial/Relatório de Gestão 2014

### 3.2.7.3 Análise crítica da realização da despesa

Esta análise tem por objetivo apresentar de forma sucinta informações referente a execução da despesas do exercício de 2015.

A demonstração, por conta dos créditos da LOA do órgão, consolida a regra e a obediência ao princípio constitucional de licitar suas necessidades, proporcionando a ampla participação de possíveis fornecedores interessados. Observa-se que a modalidade de contratação Pregão é a mais utilizada, considerando o condicionamento legal, bem como a celeridade operacional do processo. De qualquer forma, temos que existe espaço para otimização e economia em escala, com licitações compartilhadas para aquisição de bens e produtos, bem como serviços comuns. Este trabalho está sendo realizado, e será aperfeiçoado a medida que dotemos a área de licitações com pessoal em quantitativo condizente com a demanda, e com capacitação adequada. A reformulação dos manuais referente a licitações e contratos, bem como a implantação do sistema de gestão possibilitará melhoras significativas no processo de compras e licitações.

**Figura 11 - Percentual liquidado por modalidade de contratação, período 2014 e 2015, Instituto Federal Farroupilha**



Fonte: Pró-reitoria de Administração

Quanto a representatividade por modalidade de licitação, observa-se que 74,64% das liquidações referem-se a pagamento em folha e 12 % em pregão. Porém, se separássemos o orçamento da folha dos demais, a representatividade do pregão subiria para 49% do total das contratações.

As despesas com diárias tiveram redução de 37% no exercício de 2015 se comparado ao exercício de 2014.

O valor elevado da modalidade “outros” no Quadro 27, refere-se principalmente aos valores de auxílios e assistência aos servidores que somam R\$9,17 milhões de reais, ou seja, 52 % do total. Além desta despesa, podemos citar ainda auxílios financeiros a estudantes e auxílio pesquisador que juntos somam, R\$ 6,12 milhões.

Os montantes contratados através de compras diretas somam aproximadamente R\$4,49 milhões, (2,22% do total empenhado e 8,9% descontado as despesas com pagamento de pessoal), basicamente resultado de contratos de energia elétrica, água e esgoto, publicidade legal e outros insumos básicos passíveis de contratação por essas modalidades. Quanto a inexigibilidade 37,5% referem-se as despesas citadas anteriormente.

Quanto à demonstração da execução da despesa, evidencia que 69% do orçamento executado referem-se a pagamento de pessoal e encargos, 24% em despesas correntes, custeio, e aproximadamente 7 % em investimento. Se compararmos com o exercício de 2014, o montante empenhado teve uma evolução de 17,9%, porém basicamente em virtude do aumento das despesas com pessoal. O grupo de despesas investimento teve redução de 28% em seus empenhos, enquanto despesas de pessoal teve um incremento de aproximadamente 31% e as despesas correntes referente a custeio, teve 6% de aumento no volume empenhado.

**Figura 12 - Despesa empenhada e RP não processados por grupo de despesa, exercício 2015 em mil reais**



Fonte: Pró-reitoria de Administração

Da análise dos elementos de despesa de cada grupo, destacamos que no grupo despesas de pessoal, 77% do valor empenhado referem-se a vencimentos e vantagens fixas e 15% em obrigações patronais. Quanto a outras despesas correntes aproximadamente 56% foram empenhadas em Serviços de Pessoas Jurídicas, basicamente visando atender as despesas fixas com contratos continuados para manutenção das atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência aos estudantes. Quanto aos investimentos, 53% do valor foram empenhados em obras.

Quanto aos restos a pagar, podemos destacar que houve redução nas inscrições de restos a pagar não processados. Em 2015 e 2014 os percentuais inscritos em restos a pagar não processados são bem próximos aos 24% em ambos os anos. No que diz respeito às despesas com Capital, a maior representatividade foi para obras (449051), com 53 % das despesas empenhadas, dos quais 55,6% foram inscritos em restos a pagar. Destaca-se que a redução das inscrições em RP não processados em investimento foi de 28%. Tal fato é perfeitamente compreensível, considerando o contingenciamento em despesa com investimento.

Deve ser evidenciado também que no Grupo de despesa Outras Despesas Correntes os valores que foram em restos a pagar do exercício 2015 foram superiores ao ano de 2014 em 24,6%, resultando na inscrição em RP não processados de R\$ 7,84 milhões de reais. Observa-se que 22% dos empenhos em outros serviços de terceiros – PJ foram inscritos em restos a pagar não processados.

Ao longo do exercício de 2015, os fatores intervenientes que influenciaram nas ações, basicamente foram de contexto orçamentário e financeiro. O contingenciamento de aproximadamente 17% dos limites orçamentários, geraram frustração em algumas ações institucionais, principalmente no que refere-se a aquisição de bens de capital e obras. No caso de despesas de custeio, os campi ajustaram suas necessidades a nova realidade orçamentária, o que não gerou grande impacto nas atividades fins. No que tange ao financeiro disponível para pagamentos, o

prejuízo institucional foi maior, e o impacto foi significativo. Como consequência evidenciou-se o atraso no pagamento dos fornecedores, gerando diversas paralizações de serviços terceirizados e negativas de entrega de mercadorias e serviços, por incerteza quanto ao recebimento sobre os produtos. É notório também atraso e paralização nas obras em andamento na instituição e virtude do atraso no repasse de financeiro para cobrir as demandas.

O contingenciamento imputou sobre a gestão a necessidade de readequação do seu planejamento, dessa forma, as unidades trabalharam no sentido de ajustar seus gastos de custeio com a projeção orçamentária definida no exercício. Esta estratégia obrigou a redimensionar principalmente a força de trabalho terceirizada, despesas com diárias e passagens e aquisição de material de consumo e bens de capital. Deve ser realçado aqui também o esforço da instituição em buscar alternativas para redução dos eventuais entraves na execução das atividades previstas no planejamento institucional. Neste sentido, a instituição vem trabalhando na implantação de sistema integrado de gestão, bem como revisando as normativas internas quanto a licitações, contratos, execução orçamentária entre outros. Outra ação relevante da instituição é o permanente processo de capacitação dos servidores envolvidos em atividades meio, como execução orçamentária, licitações e contratos.

### 3.3 INDICADORES DE GESTÃO NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU 2.267/2005

Desde 2012, com o intuito de construir uma metodologia padronizada de produção e análise de indicadores nos termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005, os referidos indicadores passaram a ser calculados/emitidos e analisados, de forma conjunta, pela SETEC e Rede Federal.

Desta forma, apresenta-se no quadro abaixo a evolução dos indicadores no período de 2011 a 2015:

**Quadro 29 - Indicadores nos termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005**

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2015	2014	2013	2012	2011
Acadêmicos	Relação de Candidatos por Vaga (RCV)	Inscritos / Vagas para ingresso	4,26	3,82	3,19	3,14	2,7
	Relação de Ingressos por Matrícula Atendida (RIM)	Ingressantes / Matrículas atendidas	34,50%	35,12%	31,71%	41,5%	15,09%
	Relação de Concluintes por Matrícula Atendida (RCM)	Concluintes / Matrículas atendidas	12,31%	15,75%	15,02%	13,3%	18,54%
	Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC)	Concluintes / Finalizados	33,33%	61,45%	47,35%	49,5%	52,19%
	Retenção do Fluxo Escolar (RFE)	Retidos / Matrículas atendidas	32,74%	29,25%	28,81%	23,9%	6,41%
	Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral (RAD)	Matrículas atendidas / Docentes	19,95	16,2	29,80	28,00	19,5
Administrativos	Gasto Corrente por Aluno (GCA)	Gastos Correntes / Matrículas atendidas	R\$ 16.175,40	R\$ 17.443,63	R\$ 10.096,81	R\$ 8.154,60	R\$ 8.361,97
	Gastos com Pessoal (GCP)	Gastos com Pessoal / Gastos Totais	68,58%	59,38%	56,77%	51,91%	44,87%
	Gastos com Outros Custeios (GOC)	Gastos com outros custeios / Gastos Totais	19,71%	22,77%	21,26%	22,04%	23,35%
	Gastos com Investimentos (CGI)	Gastos com Investimentos / Gastos Totais	7,50%	13,70%	17,51%	21,58%	27,10%
Socioeconômico	Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar per Capita (MRF)	0 < RFP <= 0,5 SM	273	1.390	1.323	1.772	1.512
		0,5 < RFP <= 1 SM	708	2.194	2.283	2.557	1.967
		1 < RFP <= 1,5 SM	1575	1.682	1.481	1.974	1.707
		1,5 < RFP <= 2,5 SM	985	878	763	1.080	724
		2,5 < RFP <= 3 SM	437	585	457	396	351
		RFP > 3 SM	460	585	368	417	640
		Amostra Total	4.438	7.314	6.675	8.196	6.901
Gestão de Pessoas	Titulação do Corpo Docente (TCD)	$G*1+A*2+E*3+M*4+D*5 / G+A+E+M+D$	4,05	3,90	4,02	3,99	3,93

Nota: G = Graduação; A = Aperfeiçoados; E = Especialistas; M = Mestres e D = Doutores.

Fonte: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC.

### 3.3.1 Análise dos indicadores de gestão

#### a) Indicadores Acadêmicos

Os indicadores acadêmicos permitem observar que a taxa de alunos concluintes é satisfatória e encontra-se em evolução crescente e positiva. Precisamos destacar que, no ano de 2011, esse índice foi maior, em virtude da conclusão das primeiras turmas de cursos técnicos na forma subsequente, que duram entre um e dois anos. A partir de 2012, começam a ser concluídas as turmas de cursos integrados com duração de três anos, tecnólogos superiores e outros cursos de graduação que tiveram seu início em 2009. Assim, observa-se que, no decurso, houve um aumento significativo de concluintes.

O Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes, em síntese, refere-se aos alunos que tiveram ingresso, permanência e êxito, ou seja, ingressaram e concluíram o curso, com aprovação dentro do prazo de duração do curso. Nesse sentido, destaca-se um significativo avanço na instituição, visto que, no exercício de um ano, conseguiu-se elevar em mais de 14% o Índice de Eficiência Acadêmica; isso significa que, em âmbito geral, a instituição começa a consolidar a qualidade de ensino após um período de revisão da proposta pedagógica, projetos de curso e (re)organização acadêmica.

Também é preciso observar que o SISTEC está em fase de reestruturação, e, com isso, os dados ainda apresentam inconsistências. Embora se perceba um leve aumento no índice de retenção, isso se deve, em grande parte, ainda, aos calendários acadêmicos diferenciados de alguns *campi*, ocasionados por greve, que impossibilitaram a conclusão no calendário acadêmico no prazo previsto para integralização do curso. Outro motivo desse aparente aumento de retenção é o fato de não haver tempo hábil para baixa no SISTEC, pelos SRAs, de 100% dos alunos que concluíram o curso até dezembro, já que a informatização dos Registros Acadêmicos ainda está em processo de implantação, cuja conclusão agilizará o trabalho, gerando um dado mais concreto sobre esse indicador.

O índice de Retenção do Fluxo Escolar é o resultado do número total de alunos retidos, dividido pelo número total de matriculados. Os números são computados considerando-se como componentes todos os alunos “retidos em curso” e todos os alunos “retidos finalizados”. Por alunos “retidos em curso” o SISTEC entende todos os alunos com finalização de curso prevista para até o dia 31/12/2015. Essa fórmula apresenta os alunos que ainda estão “EM CURSO” em ciclos que já deveriam ter terminado. Por alunos “retidos finalizados” o SISTEC entende todos os alunos que estão com status diferente de “EM CURSO” e que tiveram sua última alteração realizada até o dia 25/01/2016. Essa fórmula permite selecionar todos os alunos que mudaram para um status de finalizado (com ou sem sucesso) após a data prevista para o fim do ciclo, dentro do período de interesse do indicador. Além disso, em 2015 foram corrigidos muitos registros de status no SISTEC. Mais de 1.200 alunos estavam com status errado; feita a correção, aparentemente houve aumento o índice de retenção e evasão, mas se trata apenas de correção de sistema, não refletindo dados reais.

De modo geral, a análise desses indicadores mostram bons resultados institucionais obtidos nos últimos anos, provocados pelo planejamento iniciado em 2013, com formação específica por meio de consultoria, que resultou, por exemplo, na elevação do IGC (Índice Geral de Cursos) superior a 200% em menos de dois anos (a instituição passou de IGC 2 – Qualidade Insuficiente – para IGC 3 – considerado qualidade suficiente pela avaliação externa). O IF Farroupilha passou a integrar o Ranking Universitário da Folha (RUF), figurando entre as 110 instituições com os melhores cursos do Brasil, em um universo de mais de 31.500 cursos de todo o país. Em um ano, aumentou em 14,10% o Índice de Eficiência Acadêmica, o que significa que diminuiu consideravelmente o índice de Reprovação e Evasão.

Entre 2013 e 2015, a instituição teve o processo de reconhecimento de mais de 32 cursos superiores, com 99% de aprovação com conceito 4 (excelente) e 5 (ótimo), em uma escala de 1 a 5. A gestão integrada, voltada para a qualificação da atividade fim do IF Farroupilha, com planejamento e esforço de todos os servidores e alunos, reflete-se em resultados/indicadores que alteram significativamente a posição institucional na rede federal.

Em 2015, também foi aprovado no CONSUP o Programa Permanência e Êxito, que evidencia o comprometimento institucional com a tríade Acesso, Permanência e Êxito, pilares das ações expressas na Lei de Criação dos Institutos Federais, com vista à consolidação dos conceitos já obtidos.

## **b) Indicadores Administrativos**

Observa-se que os gastos correntes por alunos aumentaram significativamente desde 2010. Esse aumento reflete a expansão da instituição, bem como a expansão da rede federal de educação e tecnológica, como se pode observar na Lei Orçamentária Anual desses últimos anos.

Destaca-se também que a evolução dos gastos deu-se principalmente nas despesas relacionadas a pessoal, que, em 2015, atingiram o patamar de R\$ 150 milhões, e correspondem a aproximadamente 68,58% dos gastos totais. Se analisarmos a série histórica desde 2011, a representatividade dos gastos com pessoal aumentou aproximadamente 24 pontos percentuais, passando de 44,87%, em 2011, para os 68,58% no exercício analisado.

Os gastos com as outras despesas de custeio, que se referem à manutenção das atividades bem como ações de assistência e capacitação, corresponde a aproximadamente 19% dos gastos totais, ou seja R\$ 43,15 milhões. Valores estes, em termos de representatividade sobre os gastos totais, reduziram aproximadamente em 3 pontos percentuais.

Quanto aos gastos com investimento, os mesmos mostram uma trajetória decrescente desde 2011, tanto em representatividade sobre os gastos totais, quanto em valores nominais. Em 2015 representaram 7,5 % dos gastos totais, enquanto em 2011 representavam 27,10 % dos mesmos. Os gastos com investimento em 2015 chegaram a aproximadamente R\$ 16,4 milhões de reais, enquanto em 2014 eram de R\$ 21 milhões. Essa trajetória é reflexo do aumento nominal dos gastos de custeio da rede federal, como também na redução do número de campus em fase de expansão e o contingenciamento orçamentário no exercício.

## **c) Indicador Socioeconômico**

Percebe-se que, como nos anos anteriores, a maioria dos alunos da Instituição encontram-se nas três primeiras faixas de renda ( $0 < \text{renda per capita} < 1,5$ ). A continuidade desses números se deve pela permanência das políticas de ingresso de alunos do IF Farroupilha, o qual prioriza o atendimento de alunos que se enquadram nessa faixa de renda, dessa forma, o fica identificado o atendimento da função social e dos objetivos e finalidades expressos na Lei nº 11892/2008.

## **d) Indicador de Gestão de Pessoas**

Este indicador apresenta a titulação do quadro docente do IF Farroupilha – quantitativos de graduados, especialistas, mestres e doutores. Percebe-se que o índice manteve-se praticamente inalterado no período. Em relação aos professores de EBTT constata-se que 176 possuem Doutorado, 372 Mestrado e 58 Especialização, 1 com curso de Aperfeiçoamento e 17 com Graduação; isso totaliza 624 professores.

Em relação aos servidores Técnico-Administrativos em Educação, são 5 servidores com Doutorado, 88 com Mestrado, 166 com Especialização, 3 com Aperfeiçoamento, 275 com Graduação e 118 com Ensino Médio completo; o que totaliza 655 servidores Técnico-Administrativos em Educação.

Considerando-se a fase de expansão da rede federal, que incrementa anualmente o número de docentes entre 2011 e 2015 (de aproximadamente duzentos para mais de seiscentos), sendo que 67 (sessenta e sete) docentes em 2015 podemos afirmar que o IF Farroupilha está com seus índices satisfatórios, Destacamos o conceito 5 (cinco), numa escala de 1 a 5, nas avaliações dos cursos superiores e credenciamento institucional ocorrido em 2015.

## **4 GOVERNANÇA**

### **4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA**

O Instituto Federal Farroupilha conta em sua estrutura de governança com órgãos colegiados superiores, auditoria interna e comissões. A seguir, são descritas as atribuições e a forma de atuação das principais instâncias de governança do IF Farroupilha.

#### **4.1.1 Órgãos colegiados**

Representam os órgãos de caráter deliberativo, consultivo e propositivo do IF Farroupilha. São órgãos colegiados do IF Farroupilha:

##### **a) Conselho Superior (CONSUP)**

O Conselho Superior é o órgão máximo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, de caráter consultivo e deliberativo, tendo sua composição e competências definidas no Regimento Geral do IF Farroupilha e seu funcionamento definidos no Regimento Geral e no Regulamento do Conselho Superior do IF Farroupilha.

O Conselho Superior é composto pelos seguintes membros:

- i. Reitor, como Presidente;
- ii. 01 (um) representante docente por campus (titular e suplente), eleito por seus pares, na forma regimental;
- iii. 01 (um) representante discente por campus (titular e suplente), eleito por seus pares, na forma regimental;
- iv. 01 (um) representante técnico-administrativo por campus e da reitoria (titular e suplente), eleito por seus pares, na forma regimental;
- v. 02 (dois) representantes dos egressos e igual número de suplentes;
- vi. 01 (um) representante da sociedade civil organizada de cada município onde o IF Farroupilha possui campus/Reitoria, indicados por meio de Chamada Pública, assegurada, sempre que possível, a representação paritária de entidades patronais, dos trabalhadores e do setor público e/ou empresas estatais;
- vii. 01 (um) representante e 01 (um) suplente do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
- viii. Todos os Diretores Gerais de campus.

Compete ao Conselho Superior:

- I. Aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS, e zelar pela execução de sua política educacional;
- II. Deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS, e dos Diretores-Gerais dos campi, em consonância com o estabelecido nos Artigos 12 e 13 da Lei nº 11.892/2008;
- III. Aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação, assim como a proposta orçamentária anual;
- IV. Aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
- V. Aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VI. Autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- VII. Apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros;

VIII. Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral, a serem cobrados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS;

IX. Autorizar a criação, alterações curriculares e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS, bem como o registro de diplomas;

X. Aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; e

XI. Deliberar sobre questões submetidas à sua apreciação.

## **b) Colégio de Dirigentes (CODIR)**

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, composto pelos seguintes membros:

i. Reitor, como Presidente;

ii. Pró-Reitores; e

iii. Diretores-Gerais dos campus.

Compete ao Colégio de Dirigentes:

I. apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;

II. apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;

III. apresentar a criação e/ou alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS;

IV. apreciar e recomendar o calendário de referência anual;

V. apreciar e recomendar normas e ações para o aperfeiçoamento da gestão; e

VI. apreciar os assuntos de interesse da Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS, a ele submetidos.

### **4.1.2 Auditoria Interna**

A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho Superior e vinculada administrativamente ao dirigente máximo é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do Instituto Federal Farroupilha e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente. Sujeita à Resolução CONSUP Nº 27/2014 que estabelece o regimento interno da Unidade de Auditoria Interna do IF Farroupilha e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal tem as seguintes competências:

I. Acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual no âmbito da entidade, verificando a conformidade de sua execução;

II. Assessorar os gestores da entidade no acompanhamento da execução dos programas de governo, visando a constatar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;

III. Verificar a execução do orçamento da entidade, atestando a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;

IV. Verificar o desempenho da gestão da entidade, atestando a legalidade e a legitimidade dos atos e examinando os resultados quanto à economicidade, à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais;

V. Orientar subsidiariamente os dirigentes da entidade quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive em relação à forma de prestar contas;

VI. Examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da entidade e tomada de contas especiais;

VII. Propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações de sua entidade, quando couber, e a adequação dos mecanismos de controle social em funcionamento no âmbito de sua organização;

VIII. Comunicar, tempestivamente, sob pena de responsabilidade solidária, os fatos irregulares que causarem prejuízo ao erário, à Secretaria Federal de Controle Interno, após dar ciência à direção da entidade e terem sido esgotadas todas as medidas corretivas, do ponto de vista administrativo, para ressarcir à entidade;

IX. Acompanhar, assessorar e orientar a elaboração de respostas às solicitações de auditoria dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;

X. Acompanhar a implementação das recomendações do órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;

XI. Elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e submetê-lo à análise da Controladoria Geral da União no Rio Grande do Sul e, posteriormente, à aprovação do Conselho Superior do Instituto Federal Farroupilha;

XII. Elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINTE e encaminhá-lo à Controladoria Geral da União no Rio Grande do Sul;

XIII. Revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados à sua área de competência;

XIV. Realizar outras atividades afins e correlatas.

#### **4.1.3 Comissões**

As comissões destinam-se a prestar estudos, análises, avaliações, assessoramento e acompanhamento de ações do IF Farroupilha. São comissões do IF Farroupilha:

##### **a) Comissão Própria de Avaliação (CPA)**

A Comissão Própria de Avaliação tem por finalidade a implementação do processo de auto avaliação do IF Farroupilha, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

##### **b) Comissão de Ética**

A Comissão de Ética do IF Farroupilha é o órgão responsável pela disseminação da ética pública, por consultas quanto à conduta ética dos servidores e pela apuração de responsabilidades por infração ao Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

##### **c) Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)**

A Comissão Permanente de Pessoal Docente do IF Farroupilha é o órgão de assessoramento ao Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas em questões relativas ao acompanhamento da execução da política de pessoal docente, nos termos da legislação vigente.

##### **d) Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos (COPSIA)**

A Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo (COPSIA) compete apreciar os processos de sindicâncias da Reitoria e dos campi, e processos de inquérito administrativo da Instituição.

## 4.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

O Instituto Federal Farroupilha, através de sua unidade de auditoria interna, realizou atividades de forma a diligenciar ações para um trabalho de caráter preventivo e consultivo de assessoramento aos gestores desta entidade, com o objetivo de assegurar a regularidade das contas, a eficiência e a eficácia na aplicação de seus recursos.

As atividades foram desenvolvidas com base no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT para o exercício 2015, plano este que atende a Instrução Normativa CGU nº 07, de 29 de Dezembro de 2006, alterada pela Instrução Normativa CGU nº 09, de 14 de Novembro de 2007. Cabe ressaltar que o mesmo é enviado à Controladoria Geral da União - Regional/RS, sendo também objeto de apreciação pelo Conselho Superior da Entidade.

A criação da Unidade de Auditoria Interna (AUDIN) do Instituto Federal Farroupilha (IF Farroupilha) se deu ao atendimento ao Decreto nº 3.591, de 06 de Setembro de 2000 e seu objetivo é fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle. Sujeita a orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, está subordinada administrativamente ao Reitor e vinculada ao Conselho Superior (CONSUP) da entidade.

O fortalecimento da gestão consiste em agregar valor ao gerenciamento, contribuindo para o cumprimento das metas, a execução dos programas de governo e orçamento da União no âmbito do Instituto Federal Farroupilha, a comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão. A racionalização das ações de controles internos tem por objetivo aperfeiçoar a utilização dos recursos humanos e materiais disponíveis. O apoio ao Sistema de Controle Interno consiste no fornecimento periódico de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados, bem como no atendimento das solicitações específicas.

A Unidade de Auditoria Interna do IF Farroupilha conta com uma equipe técnica de Auditores de cargo específico em número suficiente, distribuídos, de forma regionalizada, nos Camps e Reitoria.

Em cumprimento com o Art. 4º e 5º da IN nº 01/ SFC 01/2007, demonstram-se no quadro a seguir as ações de auditoria interna realizadas pela entidade no decorrer do ano de 2015:

**Quadro 30 - Ações de Auditoria Interna Realizadas em 2015**

Gestão	UG/Nº Relatório	Áreas/setor auditado	Escopo examinado	Recursos humanos e materiais empregados	Cronograma de execução
26420	158503/001 /2015-3	Coordenação de Assistência Estudantil	30% de cada uma das modalidades de auxílios estudantis habitualmente concedidos.	1 (um) Auditor, Planejamento, matriz, <i>checklist</i> , análise documental, exames dos registros, consultas à legislação institucional e normas legais, Portal da Transparência, Conlegis, etc.	março a maio/2015
26420	158503/002 /2015-5	Coordenação de Licitações e Contratos	30% das licitações ocorridas no período de fevereiro a junho/2015, nas modalidades dispensa, inexigibilidade e pregão.	1 (um) Auditor, Planejamento, matriz, <i>checklist</i> , análise documental, exames dos registros, consultas SIAFI, SIASG, Lei nº 8.666/1993, Lei 4.320/1964 e demais normas correlatas, Portal da Transparência, Conlegis.	agosto a dezembro/ 2015
26420	158503/003 /2015-7	Direção-Geral; Direção de Administração; Setor de Patrimônio	100% dos bens imóveis registrados no SIAFI.	1 (um) Auditor, Planejamento, matriz, <i>checklist</i> , análise documental, entrevistas, inspeções, emissão de relatórios e filtragem de dados, acesso ao SPIUnet, SIAFI e Conlegis.	novembro a dezembro/ 2015

Gestão	UG/Nº Relatório	Áreas/setor auditado	Escopo examinado	Recursos humanos e materiais empregados	Cronograma de execução
26420	158269/01-2015	Direção de Ensino; Gestão Orçamentária e Financeira - Coordenação de Execução.	30% dos processos de concessão de auxílios do ano anterior.	Planejamento, matriz, checklist, Análise documental, exames dos registros, Decreto 7.234/2010, Resoluções CONSUP 12/2012, 06/2013, 11/2013 e 12/2013.	março a junho/2015.
26420	158269/02-2015	Direção de Administração/Coordenação de Licitações e Contratos.	30% das licitações ocorridas no período de fevereiro a abril/2015, nas modalidades de dispensa, inexigibilidade e pregão.	Planejamento, matriz, checklist, Análise documental, exames dos registros, consultas SIAFI, SIASG, Lei nº 8.666/93, Lei 4.320/64 e demais normas correlatas, acórdãos TCU, Portal da Transparência.	julho a dezembro/2015.
26420	158504/23243.000236/2015-83	Educação Profissional e Tecnológica Assistência ao Educando da Educação Profissional e tecnológica.	30% dos processos de concessão de auxílios financeiros a estudantes no exercício de 2014.	1 (um) Auditor, Planejamento, matriz, <i>checklist</i> , análise documental, exames dos registros, consultas à legislação institucional e normas legais, Portal da Transparência, Conlegis, etc.	março a junho de 2015.
26420	158266/01	Setor Assistência Estudantil Processo de Concessão de Auxílio Financeiro a Estudantes	30% dos Processos de Concessão de Auxílios.	Planejamento, matriz, check list, exame documental e dos registros, consultas SIAFI, Decreto 7.234/2010, Resoluções do CONSUP/IF Farroupilha e a Legislação Aplicada.	abril/maio /junho-2015
26420	158505/02	Setor Assistência Estudantil Processo de Concessão de Auxílio Financeiro a Estudantes.	30% dos Processos de Concessão de Auxílio Transporte e Auxílio Permanência; 100% do Auxílio Atividades Extracurriculares Remuneradas.	Planejamento, matriz, check list, exame documental e dos registros, consultas SIAFI, Decreto 7.234/2010, Resoluções do CONSUP/IF Farroupilha e a Legislação Aplicada.	junho/julho/agosto-2015
26420	158266/03	Área Gestão Operacional Financeira e Orçamentária.	3% dos Empenhos Emitidos no decorrer do exercício do ano de 2014, comparado a Matriz Orçamentária.	Planejamento, matriz, check list, exame documental e dos registros, consultas SIAFI, SIAFI Gerencial, Base Legal: Lei 4320/64; Lei 8.666/93; Lei 101/00 e a Legislação Aplicada.	maio a dezembro-2015/janeiro-2016
26420	158267/04	Área de Gestão Patrimonial AUDIN/Almoxarifado.	100% dos Bens do Almoxarifado.	Planejamento, matriz Check List, exame documental e registros no sistema SAM, entrevista, consultas SIAFI, SIASG Base Legal: Lei 8.666/93 Decreto-lei 200/1967; IN SEDAP 205/1988; Lei Estadual 14.376/2013, Decreto Estadual 51.803/2014, Lei 4320/1964 e Decreto 99658/1990 e demais legislações correlatas.	novembro/dezembro-2015
26420	158266/05	Área de Gestão PRONATEC	Amostra dos Cursos Ofertados pelo <i>Campus</i> .	Planejamento, Matriz, exame documental e registros, consultas SIAFI, Portal da Transparência -	agosto/2014 a dezembro-2015

Gestão	UG/Nº Relatório	Áreas/setor auditado	Escopo examinado	Recursos humanos e materiais empregados	Cronograma de execução
				Base Legal: Lei 12.513/11, Lei 12.816/13 Decreto 7.721/12, Resolução CONSUP 70/2013, Portaria 168/2013; Resolução CONSUP 009/2014 e demais legislações correlatas.	
26420	158505/01	Área de Gestão Orçamentária e Financeira – Assistência Estudantil	30% dos processos de concessão de auxílio transporte e auxílio permanência, e 100% dos auxílios atividades extracurriculares remuneradas.	2 auditores Planejamento, matriz, checklist, exame documental e dos registros através do SIAFI, verificação dos editais e processos seletivos, e demais documentos	junho a agosto de 2015
26420	155081/01	Área de Gestão Orçamentária e Financeira – Assistência Estudantil	100% Processo de Concessão de Auxílio Financeiro a Estudantes	1 auditor Planejamento, matriz, checklist, exame documental e dos registros através do SIAFI, verificação dos editais e processos seletivos, e demais documentos.	junho a outubro de 2015
26420	158266/02	Área de Gestão Orçamentária e Financeira – Coordenação do PRONATEC	Amostra dos cursos ofertados pelo <i>Campus</i>	2 auditores Planejamento, matriz, checklist, indagação escrita e oral, análise documental, conferência de cálculos, correlação das informações obtidas, pesquisa e análise da legislação pertinente.	agosto de 2014 a dezembro de 2015.
26420	155081/02	Área de Gestão Orçamentária e Financeira – Coordenação do PRONATEC	Cursos ofertados pelo <i>Campus</i>	1 auditor Planejamento, matriz, checklist, indagação escrita e oral, análise documental, conferência de cálculos, correlação das informações obtidas, pesquisa e análise da legislação e resoluções.	agosto de 2014 a dezembro de 2015.
26420	158267/03	Área de Gestão Patrimonial – Setor de Almoxarifado	56,06% dos bens/materiais do almoxarifado	2 auditores Planejamento, matriz, checklist, Indagação escrita, análise documental, exame dos registros e Legislação vigente.	novembro de 2015 a janeiro de 2016
26420	155081/04	Área de Gestão Suprimento de Bens e Serviços – Coordenação de Licitações e Contratos	31,73% dos processos licitatórios	1 auditor Planejamento, matriz, checklist, Indagação oral, análise documental, exame da Legislação vigente	julho de 2015 a janeiro de 2016
26420	154628/232 43000826/2 015-14 - 01/2015	Área de Gestão Suprimento de Bens e Serviços – Coordenação de Licitações e Contratos	30% dos processos licitatórios	2 auditores, Planejamento, matriz, checklist, Indagação oral, análise documental, exame da Legislação vigente	julho a outubro/2015
26420	158268/01- 2015	Auxílio financeiro a estudantes Programa examinado foi o 2031.2994	30% dos processos de concessão de auxílios financeiros a estudantes no exercício de 2014	Planejamento, matriz, checklist, Análise documental, exames dos registros, Decreto 7.234/10; Resolução CONSUP 06/2013; Resolução CONSUP 12/2013 ; Resolução CONSUP 11/2013 e demais normas correlatas.	março a julho/2015
26420	158268/01	Área de Gestão Suprimento de Bens e Serviços – Coordenação	30% dos processos licitatórios	1 auditor, Planejamento, matriz, checklist, Indagação oral, análise documental, exame da Legislação vigente	outubro a dezembro/ 2015

Gestão	UG/Nº Relatório	Áreas/setor auditado	Escopo examinado	Recursos humanos e materiais empregados	Cronograma de execução
		de Licitações e Contratos			
26420	158127/01	Área de Gestão de Recursos Humanos	Verificar 100% dos processos de concessão de pagamento do auxílio-moradia, no período entre janeiro a agosto de 2015.	Planejamento, matriz, checklist, análise documental, exames dos registros, consultas sistemas SIAFI e SIAPE, Lei no Lei 8112/1990, Orientação Normativa no 10, de 24 de abril 2013, Orientação Normativa no 2, de 16 de maio de 2014, Orientação Normativa nº 1, de 25 de março de 2015, e Portaria no 110, de 26 de maio de 2014.	setembro a novembro /2015

Fonte: Auditoria Interna do IF Farroupilha.

Um dos objetivos da auditoria interna é se configurar como assessoramento e auxílio ao gestor através de informações contidas nos seus relatórios, para que possam orientar e apoiar o mesmo na tomada das decisões. Desta maneira, o assessoramento à alta administração realizado no exercício, dá-se com o compartilhamento de boas práticas, acórdãos, atos normativos, informativos e esclarecimentos de possíveis dúvidas da gestão que possam surgir no decorrer de seu processo.

#### 4.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

##### Quadro 31 - Quantitativos dos procedimentos administrativos realizados na COPSIA

Tipo de Procedimento	Recebidas	Em fase de Instrução ou Concluídos	Aguardando Instauração
I - Investigação Preliminar	04	03	01
II - Sindicâncias Investigativas	13	07	06
III - Sindicâncias acusatórias	00	00	00
IV - PAD – Processo Administrativo Disciplinar	05	02	03
<b>Total Geral =&gt;</b>	<b>22</b>	<b>12</b>	<b>10</b>

Fonte: Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos

Detalhamento:

##### **I - Investigação Preliminar:**

As investigações apuradas dizem respeito a situações envolvendo servidores, discentes e relatos de fatos que sugerem irregularidades funcionais leves. As investigações buscaram a confirmação da autoria e da suposta irregularidade. Adotaram-se tais procedimentos para agilizar as apurações das denúncias e garantir economicidade no uso dos recursos públicos.

##### **II – Sindicâncias Investigativas:**

A maior parte das denúncias recebidas e enquadradas como situações de supostas irregularidades funcionais médias foram apuradas através de sindicância investigativa. Tais sindicâncias investigativas buscaram confirmar a suposta irregularidade e buscar a autoria para os supostos fatos denunciados. O procedimento de apurar através de sindicância investigativa se reportaram a frequência de servidor, uso de e-mail institucional, conduta de servidor e não cumprimento de normas legais e regulamentares.

##### **III – Sindicâncias Acusatórias:**

Até o presente momento nenhum procedimento anterior resultou em sindicância acusatória.

##### **IV – Processo Administrativo Disciplinar (PAD):**

A instituição apurou situações com materialidade e suposta autoria através de processos administrativos disciplinares. Os PADs apurados trataram de falta de urbanidade, assiduidade de servidor e um suposto caso de assédio sexual. Em todos os PADs foram oportunizados, de forma concreta, a ampla defesa e o contraditório.

Houve uma ocorrência de demissão de servidor docente advinda de processo apurado pela CGU/MEC, no ano de 2015.

#### 4.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

**Quadro 32 - Avaliação dos sistemas de controles internos da UPC**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UPC são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UPC é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UPC na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UPC.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UPC.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade prestadora de contas estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UPC ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UPC, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UPC são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>				
<b>Ambiente de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
21. As atividades de controle adotadas pela UPC possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UPC são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UPC é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UPC são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UPC é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UPC, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UPC, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UPC é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UPC tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UPC tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UPC.					
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UPC, porém, <b>em sua minoria</b> .					
<b>(3) Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UPC.					
<b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UPC, porém, <b>em sua maioria</b> .					
<b>(5) Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UPC.					

## 5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### 5.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Cumprindo com o disposto na Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011, o Instituto Federal Farroupilha disponibiliza em seu sítio institucional ([www.iffarroupilha.edu.br](http://www.iffarroupilha.edu.br)), na seção “Acesso à Informação”, informações institucionais, ações e programas, relatórios da auditoria, convênios, despesas, licitações e contratos, servidores, perguntas frequentes e Serviço de Informação ao Cidadão, para melhor contribuir para a transparência ativa e facilitar o acesso aos cidadãos. Neste mesmo sítio, encontra-se ainda a aba da ouvidoria. Esse *link* traz um pequeno relato das atividades desenvolvidas (carta de serviços da Ouvidoria) e a forma como o cidadão pode acessar a ouvidoria.

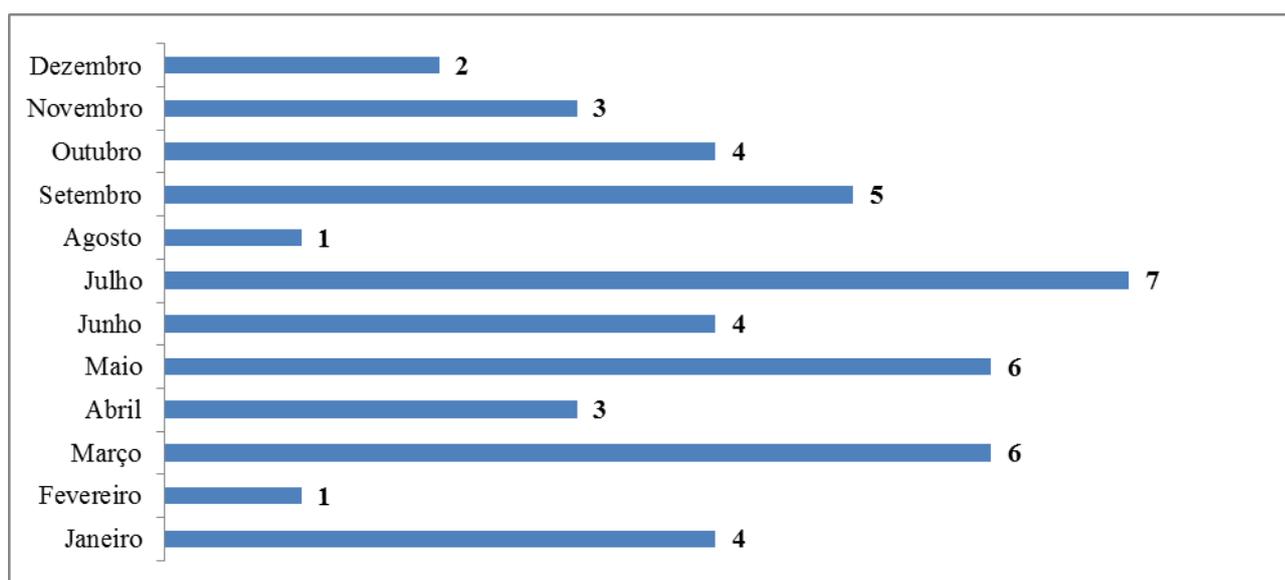
O IF Farroupilha promove o relacionamento com a sociedade por meio de canais que estão sob a responsabilidade de dois setores: a) Ouvidoria; e b) Serviço de Informação ao Cidadão, ambos vinculados diretamente ao Gabinete do Reitor. Esses canais foram criados para a comunidade interna e externa realizar manifestações acerca da Instituição, permitindo ao cidadão apresentar sugestões, reclamações, denúncias ou sanar dúvidas acerca da Instituição e seus serviços.

#### 5.1.1 Serviço de informação ao cidadão (SIC)

O Serviço de Informação ao Cidadão dispõe de sistema próprio para a prestação de seus serviços, o e-SIC. O sistema consiste basicamente, do acesso por parte dos cidadãos ao Portal do Acesso a Informação (<http://www.acessoainformacao.gov.br>) e do registro de pedidos de informação à Instituição. A utilização do sistema permite o amplo acompanhamento das demandas, permitindo a emissão de relatórios a qualquer momento, bem como, a verificação da satisfação do cidadão ao que se refere ao atendimento do serviço prestado.

No ano de 2015 foram registradas 46 manifestações através do e-SIC. Em comparação a 2014, houve um acréscimo de 20 solicitações, representando um aumento de 77% nos registros de pedidos de informação.

**Figura 13 - Distribuição mensal das demandas do SIC do IF Farroupilha 2015**

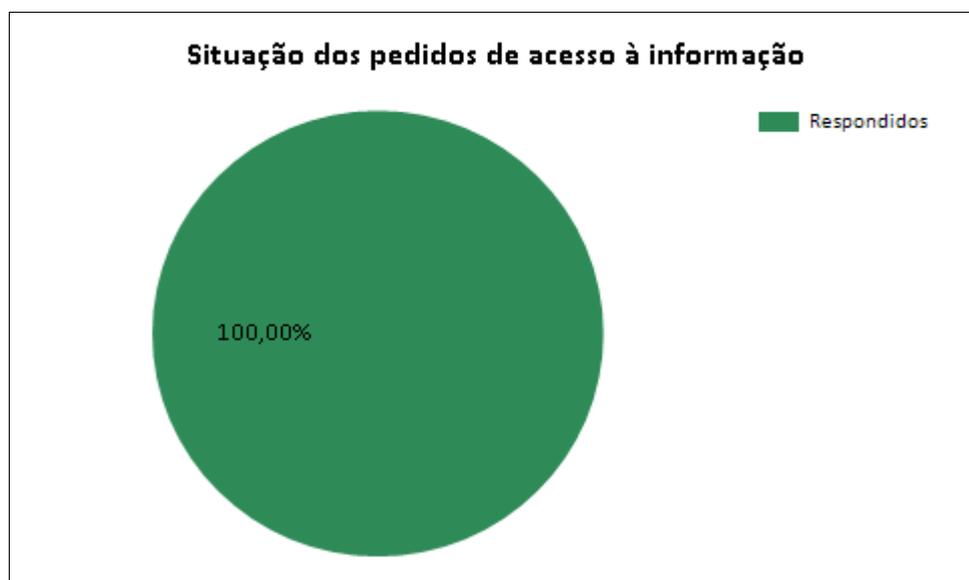


Fonte: e-SIC

A Figura 13 apresenta o gráfico do quantitativo de demandas encaminhadas à Instituição através do e-SIC, bem como a forma de distribuição mensal do quantitativo de demandas encaminhadas à Instituição.

Salienta-se, ainda, que no exercício de 2015, todas as demandas foram respondidas de forma satisfatória, conforme a Figura 14 a seguir:

**Figura 14 - Situação dos pedidos do IF Farroupilha 2015**



Fonte: e-SIC

No Quadro 33, a seguir, apresentamos os principais temas abordados no exercício de 2015, através dos pedidos registrados no e-SIC.

**Quadro 33 - Temas das solicitações**

Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso.	33	71,74%
Educação - Educação Profissional e Tecnológica	3	6,52%
Economia e Finanças - Administração Financeira	2	4,36%
Ciência, Informação e Comunicação – Comunicação.	2	4,36%
Governo e Política - Administração Pública	1	2,17%
Educação - Profissionais da Educação.	1	2,17%
Educação - Gestão Escolar	1	2,17%
Educação - Educação Superior	1	2,17%
Educação - Assistência ao estudante	1	2,17%
Economia e Finanças – Finanças	1	2,17%

Fonte: e-SIC

### 5.1.2 Ouvidoria

A Ouvidoria do IF Farroupilha não dispõe de sistema próprio para a prestação de seus serviços, o que dificulta a execução da atividade. Tal situação deverá ser sanada quando da implantação do módulo Ouvidoria, do Sistema Integrado de Gestão, adquirido pela instituição, prevista para o ano de 2016. Dessa forma, os usuários que desejam utilizar os serviços de Ouvidoria do IF Farroupilha devem:

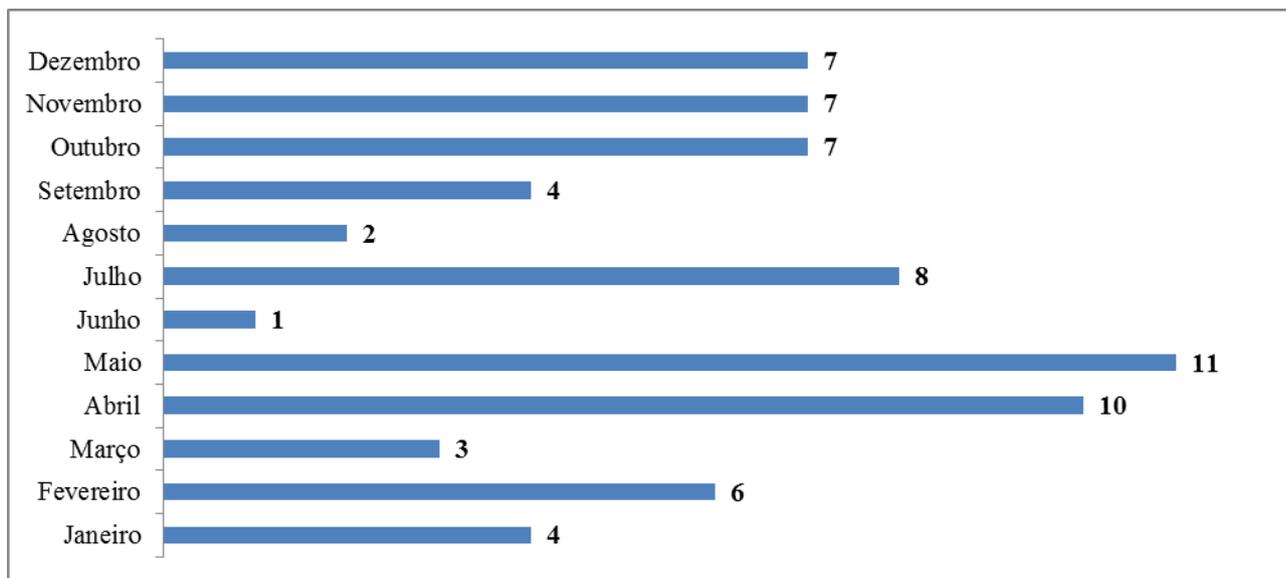
- Encaminhar a demanda pelo e-mail [ouvidoria@iffarroupilha.edu.br](mailto:ouvidoria@iffarroupilha.edu.br);
- Utilizar o telefone, através do número 55 3218 9800; ou

c) Utilizar o serviço de Atendimento Presencial.

A forma de contato mais utilizada pelos usuários de ouvidoria é e-mail. O fato de a instituição ser multicampi influencia na utilização do e-mail para acessar a Ouvidoria. No ano de 2015, todas as demandas foram realizadas por e-mail.

No ano de 2015 foram registradas 70 manifestações através da ouvidoria. Apresentamos, através da Figura 15, a seguir, o registro mensal dessas solicitações.

**Figura 15 - Distribuição mensal do registro de Ouvidoria do IF Farroupilha 2015**



Fonte: Ouvidoria

Percebe-se que a maior procura pela Ouvidoria se deu nos meses de abril (10 demandas) e maio (11 demandas), e a menor procura no mês de junho (01). Não é possível identificar uma situação específica que tenha gerado a procura pela Ouvidoria nos meses de maio e abril, as demandas do período são fatos isolados; entende-se, então, que a procura foi maior nesses meses meramente pelo acaso.

A Ouvidoria registra ainda que os setores que possuem maior número de demandas são: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (PRDI-CGGP) e Pró-Reitoria de Ensino (PROEN). A PRDI-CGGP registrou 19 demandas em 2015 e a PROEN registrou 15 demandas. Tais números são esperados pela instituição uma vez que, a PRDI-CGGP atende todas as demandas relativas ao quadro de pessoal e a PROEN atende todas as demandas relativas a alunos.

## 5.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços ao Cidadão foi instituída pelo Decreto Federal nº 6.932, de 11 de agosto de 2009. No Instituto Federal Farroupilha, a referida carta foi produzida em novembro/dezembro de 2015 e pode ser acessada no site institucional, por meio do link: [http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2016214151615290carta\\_de\\_servicos.pdf](http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2016214151615290carta_de_servicos.pdf).

O documento é baseado no modelo da Carta do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA e apresenta os serviços prestados à comunidade, garantindo a transparência de suas atividades e a orientação quanto às formas de acesso aos serviços prestados.

### 5.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

A Ouvidoria do IF Farroupilha não possui sistema próprio para o controle das demandas; dessa forma, a Ouvidoria não realiza controle de satisfação dos serviços prestados a comunidade. A única forma de registro de satisfação é através de e-mail enviado do usuário para a Ouvidoria. No exercício de 2015, não houve registros nesse sentido.

Já o e-Sic possui Sistema Eletrônico próprio que disponibiliza a ferramenta de relatório extraído do Sistema, no decorrer do exercício 2015, não foram registradas reclamações e/ou recursos.

### 5.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

- Portal do IF Farroupilha (site institucional; processos seletivos; portal EaD; e PDI 2014-18):

<http://www.iffarroupilha.edu.br/>

- *Link*/aba “Acesso à Informação” (em cumprimento à Lei de Acesso à Informação – LAI; Lei nº 12.527/2011): <http://www.iffarroupilha.edu.br/site/conteudo.php?cat=159>

- Principais documentos institucionais: <http://www.iffarroupilha.edu.br/site/conteudo.php?cat=8>

- Resoluções do CONSUP: <http://www.iffarroupilha.edu.br/site/conteudo.php?cat=168>

- Relatórios de gestão anteriores: <http://www.iffarroupilha.edu.br/site/conteudo.php?cat=222>

- Planos e relatórios anuais da AUDIN: <http://www.iffarroupilha.edu.br/site/conteudo.php?cat=239>

- Editais publicados: <http://www.iffarroupilha.edu.br/site/conteudo.php?cat=55>

- Boletins de serviço: <http://www.iffarroupilha.edu.br/site/conteudo.php?cat=62>

### 5.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

A efetivação do fomento de garantia de serviços e instalações de acessibilidade acontece através da Coordenação de Ações Inclusivas (CAI) da Reitoria, articulada com as demais CAIs dos campi e seus núcleos Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE).

Regulamentada em 28 de maio de 2014, a CAI procura proporcionar a comunidade escolar a fomentação e a implementação de uma política de aceitação da diversidade e da diferença, através de uma educação pluricultural e pluriétnica, no intuito de garantir, o ingresso a permanência e a formação qualificada dos estudantes com deficiência do IF Farroupilha, através das seguintes ações: levantamento, orientação e acompanhamento nas instalações das necessidades da acessibilidade de cada campi, trabalho coletivo com a comissão de infraestrutura; abertura de termos de referências de licitação para compra destes materiais; garantia de recursos financeiros para serem distribuídos aos núcleos para fomentar ações como palestras, oficinas aos servidores e estudantes, aquisição de matérias e acessíveis e instalação.

Todos os campi já possuem ou encontra-se em andamento: Instalações de piso tátil, sinalização visual, vagas nos estacionamentos, servidores intérpretes de libras, docente de libras, docente educador especial, sala multifuncional de recurso, mapas tátil, banheiro adaptado para PcD e sala multifuncional.

## 6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 6.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

Ao longo do exercício de 2015, vários fatores influenciaram as ações institucionais, mas a que trouxeram maior impacto foram os de contexto orçamentário e financeiro. Dessa forma fica difícil apresentar de forma clara uma compatibilidade mínima entre as obrigações assumidas no contexto do dispêndio, com os repasses financeiros para quitar dos compromissos assumidos, pois todos os meses do exercício em questão, o montante de recursos financeiros disponibilizado foi inferior aos valores a serem pagos. Alguns meses os valores liberados foram inferiores a 50% do liquidado, principalmente na fonte 112000000. Os recursos oriundos do FNDE, foram os que tiveram maior atraso no repasse. Os repasses da fonte 10000000, sempre tiveram as liberações na sua totalidade. Destaco aqui, que a abordagem exclui o financeiro referente as ações da folha de pagamento.

#### Quadro 34 - Despesas pagas e a pagar-exercício de 2015 em reais, saldo em 31.12.2015

EXERCÍCIO			RESTOS A PAGAR		DESPEASAS A PAGAR
DESPEASAS PAGAS	DESPEASAS PAGAS - EXCETO FOLHA	DESPEASAS A PAGAR	DESPEASAS PAGAS	DESPEASAS A PAGAR	
197.255.533,46	37.944.050,39	7.897.062,23	21.261.541,44	1.057.961,12	8.955.023,35

Fonte: Tesouro Gerencial

O Quadro 34 apresentado demonstra o déficit acumulado ao longo de 2015. Aproximadamente 15% de todas as despesas pagas no exercício. Como consequência, evidenciou-se o atraso no pagamento dos fornecedores, gerando diversas paralizações de serviços terceirizados e negativas de entrega de mercadorias e serviços, por incerteza quanto ao recebimento sobre os produtos. É notório também atraso e paralização nas obras em andamento na instituição em virtude do repasse de financeiro insuficiente para cobrir as demandas.

Um dado importante que precisa ser observado é a média de liquidação das despesas do Instituto, extraído a folha de pagamento, ao longo dos meses de 2015. A mesma atingiu aproximadamente R\$ 5,6 milhões de reais. Desta forma, pode-se concluir que o déficit correspondeu em 31 de Dezembro de 2015, aproximadamente uma vez e meio a média das liquidações.

### 6.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

O Instituto Federal Farroupilha, vem adotando progressivamente e constantemente as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional e CFC, sendo que as NBCT 16.9 e 16.10 já estão sendo implantadas desde 2010.

O Instituto Federal Farroupilha adota desde o exercício de 2010 as recomendações e regras da NBCT 16.9, sendo que mensalmente é feito ajuste e atualização do valor acumulado da conta contábil de depreciação e as contas correntes que correspondem aos bens móveis no SIAFI. Quanto a esses procedimentos podemos garantir que não existem fatos relevantes de disparidades e ajustes que sejam necessários ser apontados, pois durante os últimos exercícios a Coordenação de Contabilidade vem realizando trabalho de ajuste nos saldos. Porém sempre existem os novos fatos,

contudo a CCONT está em monitoramento constante e sempre dando suporte para que as Unidades Gestoras subordinadas resolvam seus problemas de nível Contábil-Patrimonial.

Quanto a aplicação da NBCT 16.10, afirmamos os itens 4 a 35 são aplicados praticamente em sua totalidade sendo que alguns desses ditames não encontram aplicabilidade na conjuntura contábil do IF Farroupilha. Temos ajustes que devem ser feitos em relação a classificação contábil de softwares que foram adquiridos e registrados no sistema como ativo intangível mas que na realidade são licenças de uso desse software o que caracteriza um serviço prestado e não Ativo intangível, essas ações já estão sendo providenciadas durante o exercício corrente. Também está sendo providenciada comissão para a realização de reavaliação dos bens móveis, sendo que no exercício 2014 foram iniciadas as atividades de reavaliação dos bens imóveis e se concretizaram ao longo do exercício de 2016.

O método de cálculo da Depreciação, Amortização, Exaustão utilizado pela UJ segue o adotado pela Reitoria do IF Farroupilha, que é o Método das quotas lineares (constantes), tendo como bases para o cálculo o valor contábil do bem e sua expectativa de vida útil. Exemplificando, podemos dizer que se um bem tem 10 anos de vida útil estimada, ele terá que ser depreciado em 10% ao final de cada exercício, o que no mês significa 0,83333333% de depreciação mensal.

A estimativa da vida útil dos bens da Instituição está sendo feita com base na experiência da entidade com ativos semelhantes, pois devido às peculiaridades de cada item (maior ou menor período de utilização), buscou-se preservar as características essenciais de cada um, haja vista sua vida definida ou indefinida como elemento patrimonial, levando-se como referência o que reza a Macrofunção 020330 e o quadro que o mesmo apresenta.

Conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional, através da Macrofunção 020330, as taxas utilizadas para o cálculo da depreciação, exaustão ou amortização nos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas serão realizadas pelo sistema de controle patrimonial de cada órgão. Entretanto, com o intuito de padronizar critérios de mensuração e viabilizar a divulgação das informações contidas no Balanço Geral da União, foi editada, na referida Macrofunção, um quadro de vida útil para cada conta contábil e seu respectivo valor residual, que é o parâmetro usado pelo IF Farroupilha para o registro da Depreciação dos seus bens permanentes, conforme expresso em quadro abaixo.

#### **Quadro 35 - Vida útil das contas contábeis no Instituto Federal Farroupilha**

<b>CONTAS</b>	<b>ITEM</b>	<b>VIDA ÚTIL</b>	<b>VALOR RESIDUAL</b>
142121400	ARMAMENTOS	20 ANOS	15%
142121600	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	-	-
142121800	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10 ANOS	0%
142121900	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5 ANOS	10%
142122000	EMBARCAÇÕES	-	-
142122200	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20 ANOS	10%
142122400	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO E SOCORRO	10 ANOS	10%
142122600	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	20 ANOS	10%
142122800	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL	20 ANOS	10%
142123000	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10 ANOS	10%
142120400	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15 ANOS	10%
142120600	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10 ANOS	20%
142120800	APARELHOS E EQUIPAMENTOS E UTENS. MED., ODONT., LABORAT. E HOSP.	15 ANOS	20%
142121000	APARELHOS E EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSÕES	10 ANOS	10%
142121200	APARELHOS E UTENS. DOMEST.	10 ANOS	10%
142121300	ARMAZÉNS ESTRUTURAISC-COBERTURAS DE LONA	10 ANOS	10%
142123200	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15 ANOS	10%
142123300	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10 ANOS	10%

142123400	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10 ANOS	10%
142123500	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	5 ANOS	10%
142123600	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES EUTENS. DE ESCRITÓRIO	10 ANOS	10%
142123800	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10 ANOS	10%
142123900	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10 ANOS	10%
142124000	MÁQUINAS UTENSÍLIOS AGRIC./AGROP. E RODOVIÁRIOS	10 ANOS	10%
142124200	MOBILIÁRIO EM GERAL	10 ANOS	10%
142124600	SEMOVENTES E EQUIP. MONTARIA	10 ANOS	10%
142124800	VEÍCULOS DIVERSOS	15 ANOS	10%
142124900	EQUIPAMENTOS E MATERIAL SIGILOSO E RESERVADO	10 ANOS	10%
142125000	VEÍCULOS FERROVIÁRIOS	30 ANOS	10%
142125100	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10 ANOS	10%
142125200	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	15 ANOS	10%
142125300	CARROS DE COMBATE	30 ANOS	10%
142125400	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS	30 ANOS	10%
142125600	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACES. DE PROTEÇÃO AO VOO	30 ANOS	10%
142125700	ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5 ANOS	10%
142125800	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15 ANOS	10%
142126000	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	15 ANOS	10%
142128300	EQUIPAMENTOS E SISTEMA VIG. AMBIENTAL	10 ANOS	10%

Fonte: Coordenação de Contabilidade do IF Farroupilha

A avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, estoques, investimentos, do intangível e do diferido são feitas com base nos relatórios do SIAFI OPERACIONAL, SIAFI GERENCIAL e TESOURO GERENCIAL e tudo é controlado com o auxílio de sistemas auxiliares e paralelos de controle patrimonial e de almoxarifado que mantém registros atualizados de entrada e saída de materiais e que também fornecem relatórios para os ajustes no SIAFI OPERACIONAL.

### 6.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Quanto a apuração dos custos, a Coordenação de Contabilidade junta à Pró-Reitoria de Administração já iniciou ações no sentido de mensurar por departamento e por atividade os reais custos que incidem nas dependências e nas diversas atividades do IF Farroupilha tanto nos setores de suporte, atividade meio, Administrativa, quanto nos setores da atividade fim, ensino, extensão, pesquisa etc..., adotando uma sistemática de setorização dos Plano Internos de trabalho o que permite com mais facilidade visualizar quanto foi gasto por cada setor e em que atividade os recursos foram aplicados. Outra ação é a criação de UGR que também setoriza e segmenta as Unidades Gestoras e também permite ver como e onde os recursos estão sendo usados e quanto cada setor e suas atividades estão custando para a Instituição. Foram solicitados cadastros no Sistema de Custos do Governo Federal (SIC) para o Pró-reitor de Administração e para o Contador, porém tivemos a resposta de que isso ainda é privativo das Setoriais Contábeis de Órgão Superior.

O IF Farroupilha está trabalhando com a possibilidade de adquirir programa (*software*) paralelo para gerenciamento e apuração dos seus custos, para assim chegar mais perto da realidade, por exemplo, de quanto custa um servidor, ou um aluno para nossa Instituição. Enviamos o COMUNICA 20160434206 para a Setorial Contábil do MEC solicitando orientações sobre o acesso ao SIC e estamos aguardando retorno. Dependendo do teor da resposta a mensagem mencionada acima, oficializaremos intenção de adquirir sistema de apuração de custos alternativo no mercado para que já no exercício de 2016 possamos apurar e gerenciar nossos custos diretos, indiretos, unitários, setorizados e totais. Porém algumas ações de organização da execução, já nos permitem a mensurarmos alguns custos setoriais. Foram efetivadas ao longo de 2014 e 2015, a utilização de UGR para determinar possíveis setores de custos, além da compatibilização de PI com a realidade

da execução setorial e por objetivo. Dessa forma, podemos emitir relatórios sobre as despesas de forma mais específica é próxima da realidade.

#### 6.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Objetiva-se neste item, tratar as informações relacionadas às demonstrações contábeis conforme a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. As demonstrações serão inseridas na seção “ANEXOS”, porém indicamos a seguir a relação de balanços apresentados.

- a) BGU-BF- BALANÇO FINANCEIRO ANUAL;
- b) BGU-BO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO;
- c) BGU-BP - BALANÇO PATRIMONIAL;
- d) BGU-DFC - FLUXO DE CAIXA;
- e) BGU-DVP - DEMONST. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.

## 7 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 7.1 GESTÃO DE PESSOAS

#### 7.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

O Instituto Federal Farroupilha possui atualmente 12 unidades, sendo elas: dois *Campi* da fase pré-expansão, sete *Campi* das fases I, II e III da expansão da Rede Federal, um Campus Avançado, um Campus em processo de migração da UFSM para o IF Farroupilha, conforme portaria ministerial de 31 de dezembro de 2014 e a unidade administrativa, Reitoria. A Força de Trabalho da Instituição distribui-se em todas essas unidades, sendo 11 delas Unidades de Ensino e uma Unidade Administrativa. A Unidade Reitoria possui um quadro de servidores Técnico-Administrativos em Educação que contabiliza 86 servidores lotados na unidade; possui ainda aproximadamente 35 servidores da carreira de Professor de EBTT, com designação de chefias, em exercício na unidade administrativa. Essa unidade tem como planejamento atingir 100 servidores TAEs, conforme modelo MEC/SETEC. Os *campi* São Vicente do Sul e Alegrete (fase pré-expansão) estão com seu quadro de servidores conforme orientação do planejamento para a expansão. Os *campi* Santo Augusto, Júlio de Castilhos, São Borja, Santa Rosa e Panambi praticamente alcançaram os quantitativos previstos para atingir sua força de trabalho, em atenção aos limites estabelecidos pelo MEC/SETEC/fase expansão. Em relação aos *campi* Jaguarí e Santo Ângelo, ambos estão em fase de implantação e o primeiro praticamente atingiu o contingente planejado para as atividades previstas na unidade enquanto que o segundo está com aproximadamente 50% da força de trabalho prevista para a fase da expansão, considerado 2015 o terceiro ano de atividades. Por fim, o campus Frederico Westphalen, advindo do processo de Migração da Universidade Federal de Santa Maria para o IF Farroupilha, no ano de 2015, teve nomeações para composição do quadro e contou também com atuação dos servidores vinculados à UFSM. Modelo previsto para a migração é de 90 docentes e 70 TAEs. Importa destacar que em 2015 e ainda em 2016 teremos alunos e servidores de ambas as instituições atuando na unidade, em conformidade com o Termo de Migração específico para a fase de transição.

O número total de servidores ativos, no IF Farroupilha, atingiu 1.219 servidores ativos no exercício de 2015.

O Quadro 36, em especial o item: Servidores com Contratos Temporários, apresentou uma relação entre servidores efetivos e temporários na Instituição de cerca de 10% do quadro efetivo, estando abaixo da lotação autorizada para o órgão. Houve um aumento percentual, quando comparado com o ano de 2014 para que fosse atendida a demanda surgida do aumento dos servidores em afastamento para licença qualificação – importante política de qualificação da força de trabalho dos servidores da Instituição.

**Quadro 36 - Força de Trabalho**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	1349	1219	121	35
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)			121	35
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1349	1216	121	35
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		2		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	131	121	96	81

<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		1	1	
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>		1341	218	116

Fonte: SIAPE e Sistema Integrado de Gestão do IF Farroupilha

Com relação ao Quadro 37, observamos um quantitativo de 611 servidores (área fim), que representa o número total de professores de EBTT do quadro efetivo e professores substitutos, em atuação direta nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, na Instituição.

A distribuição do pessoal no âmbito das unidades, em especial na execução da atividade-fim, tem-se mantido adequada para o desenvolvimento das atividades e considerando sempre as premissas legais.

### Quadro 37 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	729	490
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	726	490
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	2	
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>		121
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	1	
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	730	611

Fonte: SIAPE e Sistema Integrado de Gestão do IF Farroupilha

O Quadro 38 apresenta alguns dados da distribuição das funções. No exercício de 2015, a Instituição tinha à disposição 361 funções, distribuídas em CDs, FGs e FCCs, em todas as unidades.

### Quadro 38 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	77	75		
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	77	75		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão			12	12
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		1		
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados		1	0	1
<b>2. Funções Gratificadas</b>				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	284	278	96	20
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0		
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	361	355	108	33

Fonte: SIAPE e Sistema Integrado de Gestão do IF Farroupilha

Em relação aos professores de EBTT constata-se que 176 possuem Doutorado, 372 Mestrado e 58 Especialização, 1 com curso de Aperfeiçoamento e 17 com Graduação; isso totaliza 624 professores.

Em relação aos servidores Técnico-Administrativos em Educação, são 5 servidores com Doutorado, 88 com Mestrado, 166 com Especialização, 3 com Aperfeiçoamento, 275 com Graduação e 118 com Ensino Médio completo; o que totaliza 655 servidores Técnico-Administrativos em Educação.

Para consolidar a política de qualificação o IF Farroupilha disponibiliza aos servidores, Professores de EBTT e Técnico-Administrativos em Educação, o Programa Institucional de Incentivo a Qualificação Profissional dos Servidores/PIIQP (Resolução CONSUP N° 007/2016). No ano de 2015 foi destinado, a partir do que prevê Programa – 1% do valor do orçamento anual, o valor de R\$ 358.667,06. No total, foram atendidos 118 servidores com auxílios, sendo 57 servidores no primeiro semestre, e 61 no segundo.

A partir da Lei n° 8.112/1990, os afastamentos de capacitação e qualificação dos servidores do IF Farroupilha no ano de 2015 foram disponibilizados através de edital, regulamentado pela Resolução do Conselho Superior – CONSUP N° 019/2011. No total foram 70 vagas para os servidores, 22 vagas para os professores e 48 vagas para os servidores Técnico-Administrativos em Educação.

Atualmente, no IF Farroupilha, 75 servidores está em afastamento integralmente para qualificação. Destes, são 61 concessões para professores e 14 para servidores Técnico-Administrativos em Educação.

Outra ação de 2015, o Programa de Desenvolvimento Institucional/PID, regulamentado pela Resolução do Conselho Superior – CONSUP N° 086/2014, proporciona a todos os servidores a possibilidade de desenvolver ações a partir da submissão de projetos em edital específico nas seguintes áreas: a) Projetos de Capacitação e Formação Continuada (20h a 180h), aos quais podem vincular-se a: Iniciação ao serviço público; Formação geral; Educação formal; Gestão; Inter-relação entre ambientes; Específica (ambiente organizacional); Formação Continuada de Professores; b) Projetos de Práticas e Aperfeiçoamento à Gestão, c) Projetos de Promoção da Saúde/Segurança e Qualidade de Vida; e d) Projetos Culturais. No total, foram 85 projetos cadastrados e aprovados. Destes: 53 projetos de Capacitação e Formação Continuada; 9 projetos de Práticas e Aperfeiçoamento à Gestão; 14 projetos Promoção da Saúde/Segurança e Qualidade de Vida de Servidores; e 9 projetos Culturais. Dos 85 projetos aprovados foram concluídos 43 projetos. Destes concluídos, 25 projetos são Capacitação e Formação Continuada.

Em relação à distribuição da faixa etária dos servidores do IF Farroupilha, mais de 60% dos servidores estão distribuídos entre 26 a 40 anos de idade. Conforme o Portal da Transparência (Ref. Ago/2015) a maioria dos servidores (45,47% - Docentes; 30,68% - Tec.Adm.) possuíam até 3 anos de tempo de serviço na instituição, e a minoria (4,96% - Docentes; 10,43% - Tec.Adm.) possui mais de 20 anos de tempo de serviço na instituição. Com isso, pode-se inferir que o quadro de servidores com previsão de aposentadoria próxima, ainda é relativamente baixa, no entanto, exige planejamento institucional, para reposição de servidores, em especial nas 3 unidades com mais de 50 anos de atuação.

### **7.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal**

No Quadro 39 apresentado a seguir, foram adicionados os valores relativos ao exercício 2014, referente aos servidores cedidos com ônus. Importante destacar que os valores relativos a 2014, não contabilizam os meses de Janeiro, Fevereiro e Julho no somatório em função de indisponibilidade da fita espelho no Sistema de Gerenciamento da Instituição. Foi corrigido o valor do ano de 2014 referentes a Benefícios Assistenciais e Previdenciários. O incremento nas despesas de pessoal é proporcional ao aumento dos ingressos de novos servidores, mantendo-se no esperado.

**Quadro 39 - Despesas do pessoal**

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2015										
	2014										
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2015	57.210.297,72		31.304.862,89	5.104.196,59	7.512.047,61	6.068.924,60	444.449,18	153.727,98	152.535,89	107.951.039,46
	2014	44.924.953,11	28.871.605,15	9.025.188,92	3.648.875,80	2.530.244,69	4.239.600,75	481.522,51	87.160,81	356.080,77	89.881.408,49
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
Exercícios	2015										
	2014										
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2015										
	2014										
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2015	142.541,27		57.677,10	4.374,98	13.428,00	3.494,21				221.515,26
	2014	101.585,66		80.443,96	3.787,98	9.325,00	2.349,37				197.491,97
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2015	3.883.824,83		438.685,76	42.392,21				951,28		4.365.854,08
	2014	4.846.985,07		400.734,56	378.254,63	789.629,70					6.415.603,96

Fonte: SIAPE e Sistema Integrado de Gestão do IF Farroupilha

### **7.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal**

Durante o exercício de 2015, não foram identificados riscos relativos a gestão de pessoas das unidades do IF Farroupilha. Em relação as ações adotadas na identificação de irregularidades relacionadas ao pessoal, foram aperfeiçoadas durante o exercício de 2015, muito em função das melhorias proporcionadas pelos sistemas de auditoria do SIAPE e também pelo Sistema de Trilhas de Auditoria da CGU, que tem facilitado o trabalho da Gestão de Pessoas e possibilitado um acompanhamento adequado das irregularidades eventualmente identificadas. A Gestão de Pessoas do IF Farroupilha, implantou no exercício de 2015, a partir do Sistema Integrado de Gestão - Gestão de Pessoas, vários módulos de gerenciamento de recursos humanos, permitindo um avanço no acompanhamento dos dados de cadastro, ações de desenvolvimento, financeiro, entre outras dos servidores da Instituição. Alguns indicadores e relatórios estatísticos estão disponível no Portal Público do Sistema ([sig.iffarroupilha.edu.br](http://sig.iffarroupilha.edu.br)), de fácil e simples acesso à sociedade. Dentre os indicadores é possível acompanhar: os quantitativos de servidores por categorias e classes, unidade de lotação e sua evolução mensal; Faixa etária, sexo, qualificação, entre outros. Esses indicadores já estão sendo utilizados pela atual gestão, principalmente no que diz respeito a distribuição de códigos de vagas para as unidades da Instituição.

### **7.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários**

Este item tem por finalidade informar sobre a contratação de pessoal de apoio administrativo da unidade e de estagiários. Pretende-se demonstrar neste item a proporção da terceirização de mão de obra que diz respeito principalmente às contratações de pessoas para realizar trabalhos fora da relação das atividades-fim da unidade, tais como contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva.

#### **7.1.4.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância**

O Quadro 40 compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2015, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2015, mesmo que não efetivados no exercício.

**Quadro 40 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva**

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha														
Informações sobre os Contratos														
Unidade/ Gestão/ UG/ CNPJ	Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Si t.
						Início	Fim	F		M		S		
								P	C	P	C	P	C	
<b>Campus Alegrete</b> (Gestão 26420; UASG:158267; CNPJ: 10.662.072/0004-09)	2012	L	O	09/2012	MARINÔNIO LTDA(06.339.572/0001-86)	04/12/2012	13/04/2016	7	7	0	0	0	0	P
	2015	L	O	10/2015	Vip Sul Construções e Serviços LTDA - ME(13.682.207/0001-24)	19/10/2015	19/10/2016	6	6	0	0	0	0	A
	2011	L	O	07/2011	BOLHA AZUL PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA (05.579.604/0001-58)	09/01/2011	09/01/2015	6	6	0	0	0	0	E
	2013	L	O	04/2013	Uniserv ( 02.294.475/0001-63)	04/01/2013	04/01/2016	0	0	1	1	0	0	P
Observações: Não há.														
<b>Campus Jaguari (Gestão 26420; UASG: 154628; CNPJ: 10.662.072/0009-05)</b>	2011	L	O	16/2011	DIONEIA ACORCI MINUZZI ( 00.699.158/0001-00)	05/09/2011	05/08/2016	3	3	0	0	0	0	P
	2014	V	O	15/2014	PORTAL SUL EMPRESA DE VIGILANCIA ( 03.994.920/0001-60)	16/06/2014	16/02/2016	0	0	2	1	0	0	A
Observações: Não há.														
<b>Campus Júlio de Castilhos</b> (Gestão: 26420; UASG 158269; CNPJ: 10.662.072/0002-39)	2011	L	O	17/2011	Servan Prestação de Serviços de Limpeza Ltda. (87.343.257/0001-24)	15/09/2011	14/09/2016	10	10	0	0	0	0	P
	2014	V	O	05/2014	Portal Sul Serviços de Vigilância Ltda. (03.994.920/0001-60)	02/09/2014	06/09/2017	0	0	6	6	0	0	P
	2015	L	O	01/2015	Sulclean Serviços Ltda. (06.205.427/0001-02)	20/01/2015	20/09/2016	6	6	0	0	0	0	P
Observações: Não há.														
<b>Campus Panambi</b> (Gestão 26420; UASG: 158505 CNPJ: 10.662.072/0007-43)	2013	L	O	05/2013	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA (13.682.207/0001-35)	26/02/2013	17/01/2017	2, 5	2, 5	0	0	0	0	A
	2012	L	O	23/2012	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA (13.682.207/0001-35)	17/09/2012	17/01/2017	7	7	0	0	0	0	A
	2012	v	O	28/2012	PORTAL SUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA (39.94.920/0001-60)	21/12/2012	21/04/2016	8	8	0	0	0	0	A
Observações: o CONTRATO 23/2012 refere-se a limpeza dos prédios A, B, edificações e quadra poliesportiva, o contrato 05/2013 refere-se a limpeza do prédio C.														
<b>Reitoria</b> (Gestão 26420; UASG: 158127; CNPJ: 10.662.072/0001-58)	2013	V	O	26/2013	Portal Sul Serviços de Vigilância Ltda (03.994.920/0001-60)	10/02/2013	02/02/2017	4	4	0	0	0	0	P
	2013	V	O	27/2013	Portal Sul Serviços de Vigilância Ltda (03.994.920/0001-60)	10/02/2013	02/02/2017	4	4	0	0	0	0	P
	2014	L	O	34/2014	Vip Sul Construções e Serviços Ltda-Me (94.517.794/0001-09)	11/12/2014	11/11/2016	5	5	0	0	0	0	P
	2014	L	O	36/2014	Vip Sul Construções e Serviços Ltda-Me (94.517.794/0001-09)	11/10/2014	11/09/2016	1	1	0	0	0	0	P
Observações: O Contrato 26/2013 se refere a prestação de serviço de vigilância no prédio da Reitoria, sendo o que 27/2013 visa a prestação do serviço														

	de vigilância no prédio do EAD. Os contratos 28/2013, 11/2014 e 37/2014 foram sub-rogados para o Campus Santo Ângelo, não constando mais na relação da Reitoria. Da mesma forma, o contrato 34/2014 se refere a prestação do serviço de limpeza nos prédios da Reitoria, sendo que o 36/2014 está relacionado a prestação do serviço de limpeza no Centro de Referência de São Gabriel do Instituto Federal Farroupilha.													
<b>Campus Santa Rosa</b> (Gestão: 26420; UASG:158504; CNPJ: 10.662.072/0001-03)	2013	L	O	2/2013	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA (13.682.207/0001-35)	07/03/2013	23/05/2015	3	3	0	0	0	0	P
	2013	L	O	7/2013	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA (13.682.207/0001-35)	23/09/2013	22/05/2015	10	13	0	0	0	0	P
	2015	L	O	2/2015	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA (13.682.207/0001-35)	23/06/2015	23/06/2016	16	14	0	0	0	0	A
	Observações: contrato 07/2013 foi aditivado. contrato 02/2015 com menos profissionais contratados em decorrência de supressão da área referente a biblioteca.													
<b>Campus Santo Ângelo</b> (Gestão: 26420; UASG: 155081; CNPJ: 10.662.072/0010-49)	2014	L	O	11/2014	Rota do Sol Consultoria e Gestão Ltda. (11.057.118/0001-72)	30/03/2014	30/03/2016	1	1	0	0	0	0	E
	2014	L	O	37/2014	Rota do Sol Consultoria e Gestão Ltda. (11.057.118/0001-72)	15/12/2014	14/12/2016	8	8	0	0	0	0	P
	2013	V	O	28/2013	Portalsul Empresa de Vigilância S/S Ltda. (03.994.920/0001-60)	01/02/2013	02/02/2017	4	4	0	0	0	0	P
	2015	V	O	16/2015	Portalsul Empresa de Vigilância S/S Ltda. (03.994.920/0001-60)	12/01/2015	12/01/2016	2	2	0	0	0	0	C
	Observações: Não há.													
<b>Campus Santo Augusto</b> (Gestão 26420; UASG 158266; CNPJ: 10.662.072/0005-81)	2013	L	O	12/2013	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA (13.682.207/0001-35)	16/05/2013	15/05/2016	15	11	0	0	0	0	P
	2014	V	O	02/2014	PORTAL SUL EMPRESA DE VIGILANCIA (03.994.920/0001-60)	03/09/2014	11/08/2015	6	6	0	0	0	0	E
	2015	V	O	18/2015	PORTAL SUL EMPRESA DE VIGILANCIA (03.994.920/0001-60)	11/09/2015	11/08/2016	6	6	0	0	0	0	A
	Observações: Não há.													
<b>Campus São Borja</b> (Gestão: 26420; UASG 158503; CNPJ 10.662.072/0006-62)	2014	L	O	02/2014	VIP SUL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA (13.682.207/0001-35)	02/03/2014	02/03/2017	0	9	1	3	0	0	A
	2014	V	O	19/2014	M.S.V. SIST. DE SEGURANÇA Ltda 06.352.011/0001-17	06/02/2014	06/02/2016	0	2	4	2	0	0	A
	Observações: Não há.													
<b>Campus São Vicente do Sul</b> (Gestão: 26420; UASG 158268; CNPJ: 10.662.072/0003-10)	2013	V	O	42/2013	PORTALSUL EMPRESA DE VIGILANCIA S/S LTDA (03.994.920/0001-60)	24/12/2013	24/4/2017	8	8	0	0	0	0	P
	2013	L	O	43/2013	SULCLEAN SERVIÇOS LTDA (06.205.427/0001-02)	01/01/2014	05/01/2017	23	23	0	0	0	0	P
	Observações: Não há.													
<b>Observações: LEGENDA</b>														
Área:(L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza:(O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade:(F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato:(A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Quantidade de trabalhadores:(P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.														

Fonte: Pró-reitoria de Administração

7.1.4.2 Contratos de prestação de serviços terceirizados (exceto limpeza e vigilância)

O Quadro 41 compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra em vigência no exercício de 2015, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2015, mesmo que não efetivados no exercício.

**Quadro 41 - Contratos de prestação de serviços terceirizados (exceto limpeza e vigilância)**

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha														
Informações sobre os Contratos														
Unidade/ Gestão/ UG/ CNPJ	Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Si t.
						Início	Fim	F		M		S		
								P	C	P	C	P	C	
<b>Campus Alegrete (Gestão 26420; UASG:158267; CNPJ: 10.662.072/000 4-09)</b>	2014	5 e 11	E	28/2014	Dioneia Acorsi Minuzzi(00.699.158/0001-00)	13/11/2014	06/05/2015	0	0	44	44	0	0	E
	2015	5 e 11	O	06/2015	Elo Terceirização Ltda(08.436.334/0001-14)	06/06/2015	11/09/2015	0	0	44	44	0	0	E
	2015	5 e 11	E	16/2015	Dioneia Acorsi Minuzzi(00.699.158/0001-00)	17/11/2015	17/05/2016	0	0	44	44	0	0	A
	2014	11, 13 e 14	O	29/2014	Rota do Sol Consultoria e Gestão (11.057.118/0001-72)	12/04/2014	12/04/2016	0	0	8	8	0	0	P
	2015	11	O	09/2015	Rota do Sol Consultoria e Gestão (11.057.118/0001-72)	13/07/2015	13/07/2016	0	0	1	1	0	0	A
	2013	12	O	10/2013	Rota do Sol Consultoria e Gestão (11.057.118/0001-72)	30/07/2013	30/11/2016	0	0	1	1	0	0	P
	2011	4	O	02/2011	Liderança Ltda (00.482.840/0001-38)	21/03/2011	21/03/2016	4	4	0	0	0	0	P
	2012	4	O	14/2012	MARINÔNIO LTDA(06.339.572/0001-86)	11/07/2012	11/07/2016	8	8	0	0	0	0	P
	2013	15	O	20/2013	Dioneia Acorsi Minuzzi(00.699.158/0001-00)	12/03/2013	12/04/2016	0	0	15	15	0	0	P
2014	4	O	15/2014	Dioneia Acorsi Minuzzi(00.699.158/0001-00)	07/04/2014	07/04/2016	0	0	7	7	0	0	P	
Observações: Não há.														
<b>Campus Jaguari (Gestão 26420; UASG: 154628; CNPJ: 10.662.072/000 9-05)</b>	2015	13	O	08/2015	Dionéia Acorsi Minuzzi (00.699.158/0001-00)	16/08/2015	16/08/2016	0	0	4	3	0	0	A
	2015	9	O	10/2015	Dionéia Acorsi Minuzzi (00.699.158/0001-00)	12/07/2015	12/06/2016	0	0	5	4	0	0	A
	2014	5	O	21/2014	Rota do Sol Consultoria e Gestão (11.057.118/0001-72)	01/04/2015	01/05/2017	0	0	4	4	0	0	P
	2013	12	O	15/2013	Rota do Sol Consultoria e Gestão (11.057.118/0001-72)	09/10/2013	01/03/2017	0	0	1	1	0	0	P
	2015	1	O	02/2015	Rota do Sol Consultoria e Gestão (11.057.118/0001-72)	23/02/15	22/10/2016	0	0	2	1	0	0	A
	2014	1	O	14/2015	PORTAL SUL EMPRESA DE VIGILANCIA (03.994.920/0001-60)	16/06/2014	16/10/2017	0	0	2	1	0	0	P
	2011	9	O	16/2011	Dionéia Acorsi Minuzzi (00.699.158/0001-00)	05/09/2011	05/08/2016	3	3	0	0	0	0	P
Observações: Não há.														
<b>Campus Júlio</b>	2014	7 e 14	O	06/2014	Sulclean Serviços Ltda. (06.205.427/0001-02)	17/02/2014	17/02/2017	3	3	0	0	0	0	P

<b>de Castilhos</b> (Gestão: 26420; UASG: 158269; CNPJ: 10.662.072/000 2-39)	2014	9	O	23/2014	Carape Serviços de Design Ltda.(03.362.450/0001-12)	06/08/2014	10/07/2016	0	0	7	7	0	0	P
	2015	4	O	11/2015	Inez Zanella Coan ME (05.729.145/0001-41)	05/04/2015	05/04/2016	12	12	0	0	0	0	A
	2015	13	O	15/2015	Dionéia Acorci Minuzzi ME ( 00.699.158/0001-00)	09/01/2015	09/01/2016	3	3	0	0	0	0	A
	2011	4	O	05/2011	Inez Zanella Coan ME (05.729.145/0001-41)	16/05/2011	05/01/2015	5	5	0	0	0	0	E
	2011	4	O	14/2011	Inez Zanella Coan ME (05.729.145/0001-41)	25/08/2011	05/01/2015	2	2	0	0	0	0	E
	2011	13	O	12/2011	Janusa Gauber dos Santos Krebs (10.481.408/0001-86)	22/08/2011	31/08/2015	3	3	0	0	0	0	E
O contrato 06/214 envolve a contratação de serviços de telefonista juntamente com jardineiro, por este motivo há dois números no campo da natureza do contrato. O contrato 23/2014, refere-se a serviços agropecuarios. Os contratos 05/2011 e 11/2015, referem-se a serviço de refeições. O contrato 14/2011, refere-se a serviço de fornecimento de lanches														
<b>Campus Panambi</b> (Gestão 26420; UASG: 158505 CNPJ: 10.662. 072/0007-43)	2012	11	O	36/2012	DIONÉIA ACORCI MINUZZI (00.699.158/0001-00)	12/04/2012	12/04/2016	3	3	0	0	0	0	A
	2015	13	O	10/2015	DIONÉIA ACORCI MINUZZI (00.699.158/0001-00)	05/07/2015	05/07/2016	1	1	0	0	0	0	A
	2013	11	O	18/2013	M S V SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA (06.352.011/0001-17)	21/05/2013	21/05/2016	2	2	0	0	0	0	A
Observações: O contrato 36/2012 se refere a serviço agropecuarios, o contrato 10/2015 se refere a manutenção predial.														
<b>Reitoria</b> (Gestão 26420; UASG: 158127; CNPJ: 10.662.072/000 1-58)	2013	12	O	11/2013	Rota do Sol Consultoria e Gestão (11.057.118/0001-72)	08/06/2013	03/06/2016	2	2	0	0	0	0	P
	2014	5	O	34/2014	Vip Sul Construções e Serviços Ltda-Me (94.517.794/0001-09)	11/12/2014	11/11/2016	1	1	0	0	0	0	P
	2014	4	O	34/2014	Vip Sul Construções e Serviços Ltda-Me (94.517.794/0001-09)	11/12/2014	11/11/2016	1	1	0	0	0	0	P
	2014	11	O	34/2014	Vip Sul Construções e Serviços Ltda-Me (94.517.794/0001-09)	11/12/2014	11/11/2016	2	2	0	0	0	0	P
	2014	5	O	36/2014	Vip Sul Construções e Serviços Ltda-Me (94.517.794/0001-09)	11/10/2014	11/09/2015	1	1	0	0	0	0	P
	2014	13	O	29/2013	Rota do Sol Consultoria e Gestão (11.057.118/0001-72)	08/06/2013	03/06/2015	1	1	0	0	0	0	E
Observações: O Contrato 36/2014, refere-se à prestação de serviço de recepcionista no Centro de Referência de São Gabriel do Instituto Federal Farroupilha. Os contratos 11/2014 e 37/2014 foram sub-rogados para o Campus Santo Ângelo, não constando mais na relação da Reitoria.														
<b>Campus Santa Rosa</b> (Gestão: 26420; UASG:158504; CNPJ: 10.662. 072/0001-03)	2012	5	O	17/2012	Liderança Conservação e Limpeza Ltda (00.482.840/0001-38)	07/01/2012	07/01/2016	2	2	0	0	0	0	P
	2012	7	O	17/2012	Liderança Conservação e Limpeza Ltda (00.482.840/0001-38)	07/01/2012	07/01/2016	3	3	0	0	0	0	P
	2012	13	O	17/2012	Liderança Conservação e Limpeza Ltda (00.482.840/0001-38)	07/01/2012	07/01/2016	2	2	0	0	0	0	P
	2012	14	O	17/2012	Liderança Conservação e Limpeza Ltda (00.482.840/0001-38)	07/01/2012	07/01/2016	1	1	0	0	0	0	P
Observações: Não há.														
<b>Campus Santo Ângelo</b> (Gestão: 26420; UASG: 155081; CNPJ: 10.662. 072/0010-49)	2014	14	O	37/2014	Rota do Sol Consultoria e Gestão Ltda. (11.057.118/0001-72)	15/12/2014	14/12/2016	1	1	0	0	0	0	P
	2014	13	O	37/2014	Rota do Sol Consultoria e Gestão Ltda. (11.057.118/0001-72)	15/12/2014	14/12/2016	1	1	0	0	0	0	P
	2014	7	O	37/2014	Rota do Sol Consultoria e Gestão Ltda. (11.057.118/0001-72)	15/12/2014	14/12/2016	2	0	0	0	0	0	P
	2015	16	O	10/2015	Dionéia Acorci Minuzzi - ME (00.699.158/0001-00)	17/08/2015	17/08/2016	1	1	0	0	0	0	A
Observações: Não há.														
<b>Campus Santo Augusto</b>	2013	12	O	29/2013	NILSON THOMAZ SILVA SANCHOTENE JUNIOR (08.202.514/0001-31)	10/01/2013	02/01/2017	1	1	0	0	0	0	P

<b>(Gestão 26420; UASG 158266; CNPJ: 10.662.072/000 5-81)</b>	2014	5	O	20/2014	ROTA DO SOL CONSULTORIA E GESTÃO LTDA ( 11.057.118/0001-72)	08/01/2014	31/07/2016	1	1	0	0	0	0	P
	2014	7	O	21/2014	ROTA DO SOL CONSULTORIA E GESTÃO LTDA ( 11.057.118/0001-72)	08/01/2014	31/07/2016	2	2	0	0	0	0	P
	2014	14	O	22/2014	ROTA DO SOL CONSULTORIA E GESTÃO LTDA ( 11.057.118/0001-72)	08/01/2014	31/07/2016	1	1	0	0	0	0	P
	2014	13	O	23/2014	ROTA DO SOL CONSULTORIA E GESTÃO LTDA ( 11.057.118/0001-72)	08/01/2014	31/07/2016	1	1	0	0	0	0	P
	2014	15	O	34/2014	DIONEIA ACORCI MINUZZI ( 00.699.158/0001-00)	10/01/2014	30/09/2015	1	1	0	0	0	0	E
	2015	15	O	21/2015	CARAPÉ SERVIÇOS DE DESIGN LTDA (03.362.450/0001-12)	14/12/2015	13/12/2016	1	1	0	0	0	0	A
Observações: Não há.														
<b>Campus São Borja (Gestão: 26420; UASG 158503; CNPJ 10.662. 072/0006-62)</b>	2014	14	O	17/2014	Vip Sul Construções e Serviços Ltda-Me (94.517.794/0001-09)	19/05/2014	19/05/2016	0	2	2	0	0	0	A
	2014	9	O	31/2014	Vip Sul Construções e Serviços Ltda-Me (94.517.794/0001-09)	09/08/2014	09/08/2015	0	0	2	2	0	0	E
	2014	7	O	36/2014	Vip Sul Construções e Serviços Ltda-Me (94.517.794/0001-09)	28/10/2014	28/10/2016	0	0	1	1	0	0	A
Observações: Não há.														
<b>Campus São Vicente do Sul (Gestão: 26420; UASG 158268; CNPJ:10.662.0 72 /0003-10)</b>	2012	11	O	06/2012	SULCLEAN SERVIÇOS LTDA (06.205.427/0001-02)	29/02/2012	28/02/2016	18	18	0	0	0	0	P
	2010	15	O	05/2010	SULCLEAN SERVIÇOS LTDA (06.205.427/0001-02)	02/04/2010	03/06/2015	17	18	0	0	0	0	E
	2013	11	O	10/2013	NILSON THOMAZ SILVA SANCHOTENE JUNIOR ( 08.202.514/0001-31)	04/01/2013	04/01/2016	3	3	0	0	0	0	P
	2012	13	O	21/2012	DIONÉIA ACORCI MINUZZI (00.699.158/0001-00)	08/10/2012	08/10/2016	11	11	0	0	0	0	P
	2013	7	O	35/2013	CARAPÉ SERVIÇOS DE DESIGN LTDA – ME (03.362.450/0001-12)	25/10/2013	25/10/2016	3	3	0	0	0	0	P
	2015	15	O	02/2015	DIONÉIA ACORCI MINUZZI (00.699.158/0001-00)	03/07/2015	11/07/2016	19	19	0	0	0	0	A
Observações: Não há.														
<b>Observações</b>														
LEGENDA Área:1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens e móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Motorista 13. Auxiliar em manutenção Predial 14. Jardineiro 15. Trabalhador Agropecuário 16. Manutenção predial														
<b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior														
<b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
<b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.														

Fonte: Pró-reitoria de Administração

### 7.1.4.3 Análise crítica sobre os contratos prestação de serviços

A análise crítica aqui consignada refere-se a informações sobre ao andamento dos contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra, inclusive vigilância, limpeza e higiene, bem como dificuldades encontradas pela administração na condução dos contratos de prestação de serviços, tais como interrupções na prestação de serviços e não pagamento de verbas trabalhistas por empresas contratadas e as providências adotadas.

Primeiramente a maior dificuldade encontrada na gestão dos contratos da Instituição está na fiscalização eficiente dos contratos. São diversos detalhes que precisam ser analisados e acompanhados no cotidiano contratual, que por falta de capacitação dos servidores envolvidos acabam sem formalização e dificultando as ações de sanção às empresas contratadas. O Instituto vem trabalhando na formação dos profissionais envolvidos na gestão e fiscalização de contratos, ao mesmo tempo busca a constituição de procedimentos adequados de fiscalização e gestão dos mesmos. Outro aspecto importante que o Instituto vem trabalhando refere-se a adequação de procedimentos para aplicação de sanções as empresas que não prestam de forma adequada os serviços contratados.

Os problemas que mais são evidenciados são os atrasos nos pagamentos dos salários dos trabalhadores que prestam aos serviços e pagamentos de direitos trabalhistas das férias e rescisões contratuais. A pesar dos diversos problemas a grande maioria são solucionados pela gestão de contratos, e um parcela pequena dos contratos acabam sendo instintos e aplicadas penalidades.

Atualmente o Instituto conta com Manual de Contratos, que serve como base para a gestão e fiscalização dos mesmos e está sendo aplicado em todos os campi.

No intuito de redimir possíveis riscos a instituição vem trabalhando no acompanhamento das ações, bem como capacitação de servidores e monitoramento do mapa de risco.

A seguir apresentamos algumas informações pertinentes referente a contratos.

#### a) Quantitativo de contratos vigentes em 2015

Os dados sobre o total de contratos vigentes no exercício de 2015 no Instituto Federal Farroupilha se encontra no Quadro 42.

**Quadro 42 - Quantidade de Contratos do IF Farroupilha em 2015**

Unidade	Total de Contratos Vigentes em 2015
Campus Alegrete	50
Campus Jaguari	31
Campus Júlio de Castilhos	46
Campus Panambi	49
Reitoria	33
Campus Santa Rosa	38
Campus Santo Ângelo	21
Campus Santo Augusto	42
Campus São Borja	45
Campus São Vicente do Sul	55
Total	410

Fonte: Planilha compartilhada do Relatório de Gestão (2015)

De acordo com o quadro acima, percebe-se que o Campus com maior número de contratos é São Vicente do Sul, seguido pelo Campus Alegrete. Esse quantitativo se justifica em virtude de

serem os dois maiores Campi do IF Farroupilha. Em contrapartida, os *Campi* com menores quantitativos de contratos são Santo Ângelo e Jaguari, os últimos dois incorporados e habilitados para cadastramento de contratos. Ao final do exercício de 2015, o órgão contava com 410 contratos.

No quadro a seguir está demonstrada a média de contratos, por fiscal, em cada unidade do órgão, assim como o total geral.

**Quadro 43 - Média de contratos por fiscal por *campus***

Unidade	Contratos	Fiscais	Contratos por fiscal
Campus Alegrete	50	28	1,8
Campus Jaguari	31	12	2,6
Campus Júlio de Castilhos	46	17	2,7
Campus Panambi	49	16	3,1
Reitoria	33	28	1,2
Campus Santa Rosa	38	23	1,7
Campus Santo Ângelo	21	16	1,3
Campus Santo Augusto	42	19	2,2
Campus São Borja	45	16	2,8
Campus São Vicente do Sul	55	31	1,8
Total	410	206	2,0

Fonte: Planilha compartilhada do Relatório de Gestão (2015)

Analisando o Quadro 43 acima, percebe-se que em todas as unidades do Instituto Federal Farroupilha há mais contratos do que fiscais para acompanhá-los. Isto denota que alguns servidores estão desempenhando a função de fiscal em mais de um contrato. Esta prática pode ocasionar ineficiência no acompanhamento contratual, haja vista a incapacidade humana de absorver demandas em excesso. Foi possível verificar também que no geral, o IF Farroupilha dispõe de 410 contratos e 206 fiscais. Ou seja, aproximadamente dois contratos por servidor designado. Depreende-se também que inúmeros Campi apresentam média superior a dois contratos por fiscal, demonstrando que devem ser implementadas ações para que esta média de fiscais caia para no mínimo dois contratos por Fiscal (media total), visando sempre chegar o mais perto de 1 (um) possível.

A média geral do IF Farroupilha (2,0) pode ser estabelecida como meta para aqueles campi que ficaram acima deste valor. Já para os que já estão abaixo, devem continuar trabalhando no intuito de baixar ainda mais esse numerário.

#### **b) Capacitação dos envolvidos na Gestão e Fiscalização de Contratos**

No quadro abaixo se encontra os dados obtidos sobre os envolvidos na Gestão de Compras, Licitações e Contratos.

**Quadro 44 - Dados sobre os envolvidos na Gestão e Fiscalização de Contratos**

Gestão de Contratos	Servidores	Capacitações	Média de Capacitação por servidor
	19	22	1,2

Fonte: Planilha compartilhada do Relatório de Gestão (2015)

Ao analisar os dados do quadro acima, percebe-se que no ano de 2015, a média de capacitação na área de Gestão e Fiscalização de Contratos foram 1,2 capacitações para cada um servidor. Essa análise não significa que todos os servidores foram capacitados uma vez, tendo em vista que alguns servidores realizaram mais de uma capacitação, ao passo que outros não

participaram de nenhuma. Assim, percebe-se que a quantidade de capacitação nas áreas demonstradas no quadro acima aparenta estar adequada, bastando apenas uma melhor distribuição destas.

O quadro a seguir apresenta a média de capacitações realizadas no exercício de 2015, comparada com o número de fiscais que atuaram neste período.

**Quadro 45 - Média de capacitação por fiscal por *campus***

Unidade	Fiscais	Capacitações	Capacitação por fiscal
Campus Alegrete	28	2	0,07
Campus Jaguari	12	4	0,33
Campus Júlio de Castilhos	17	6	0,35
Campus Panambi	16	5	0,31
Reitoria	28	12	0,43
Campus Santa Rosa	23	2	0,09
Campus Santo Ângelo	16	1	0,06
Campus Santo Augusto	19	2	0,11
Campus São Borja	16	3	0,19
Campus São Vicente do Sul	31	10	0,32
<b>Total</b>	206	47	0,23

Fonte: Planilha compartilhada do Relatório de Gestão (2015)

No Quadro 45, está especificado que de modo geral, foram oferecidas um quantitativo de capacitações capaz de qualificar 23% dos servidores envolvidos na Gestão e Fiscalização de Contratos no âmbito do Instituto Federal Farroupilha. Porém, alguns servidores realizaram mais de uma capacitação, o que impede que um fiscal ainda não qualificado se capacite. Desse modo, deve-se emitir orientações para que os fiscais de contratos somente recebam mais de uma capacitação anual quando a totalidade de fiscais também já tiver realizado. Esse procedimento está em conformidade com o princípio da isonomia.

### c) Mapa de risco no âmbito da Gestão de Contratos

**Quadro 46 - Mapa de risco abrangente referente à gestão de todos os contratos**

Risco	Grau de incidência	Grau de impacto	Impacto	Medida preventiva (P) e corretiva (C)
Imperícia qualitativa	Alto	Médio	Dificuldade na fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Nomear fiscais de contratos com experiência na área do objeto;</li> <li>• (P) Padronizar descrições que atendam às necessidades da Instituição;</li> <li>• (C) Registrar possíveis desvios qualitativos ocorridos na contratação, visando corrigir em contratos futuros.</li> </ul>
Imperícia quantitativa	Médio	Alto	Contratos fora da realidade institucional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Criar controle anual de itens adquiridos em cada contrato;</li> <li>• (P) Determinar quantidade com base na aquisição do material nos últimos três anos;</li> <li>• (C) Promover supressões unilaterais e amigáveis para adequação do contrato.</li> </ul>
Descontinuidade	Baixa	Alto	Inviabilidade e de contratação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Realizar licitações anuais de cada objeto;</li> <li>• (P) Indagar interesse da contratada em prorrogar o contrato com no mínimo 90 dias de antecedência;</li> <li>• (C) Elaborar licitação em virtude de desinteresse da contratada na renovação do prazo;</li> <li>• (C) Elaborar um processo de adesão tardia.</li> </ul>

(Des)uniformização	Médio	Médio	Dificuldade na compreensão dos processos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Elaborar manuais e normativos;</li> <li>• (P) Padronizar minutas de editais conforme modelos da AGU;</li> <li>• (P) Padronizar formulários referentes a gestão e fiscalização de contratos;</li> <li>• (C) Solicitar correções em análises administrativas e jurídicas;</li> <li>• (C) Refutar processos em desacordo com as normas institucionais.</li> </ul>
Prorrogações vedadas	Baixo	Alto	Ilegalidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Manter controle de vigência atualizados dos contratos;</li> <li>• (P) Verificar previsão contratual para a prorrogação;</li> <li>• (P) Começar processo renovatório com antecedência mínima de 90 dias;</li> <li>• (C) Realizar análise de conformidade administrativa posterior à prorrogação intempestiva;</li> </ul>
Repactuações vedadas	Baixo	Alto	Ilegalidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Verificar a compatibilização da CCT apresentada pela contratada;</li> <li>• (P) Verificar a ocorrência da preclusão lógica do direito à repactuação;</li> <li>• (P) Atentar para o prazo legal para concessão da repactuação (60 dias);</li> <li>• (C) Realizar auditorias internas buscando irregularidades;</li> </ul>
Informalidade	Alto	Alto	Insegurança processual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Nomear fiscal da Administração e solicitar preposto da empresa;</li> <li>• (P) Realização comunicação sempre formal e escrita entre Contratante e Contratado;</li> <li>• (P) Realizar palestras aos envolvidos na gestão e fiscalização sobre a necessidade de formalização nos processos contratuais;</li> </ul>
Intempestividade	Alto	Alto	Possível extinção do contrato	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Começar processo renovatório com antecedência mínima de 90 dias;</li> <li>• (P) Conceder repactuações de preços no prazo legal de 60 dias;</li> <li>• (P) Encaminhar processos para análise administrativa e jurídica com no mínimo 30 dias de antecedência;</li> <li>• (C) Realizar análise de conformidade administrativa posterior em processos;</li> </ul>
Incapacidade	Alto	Alto	Dificuldade e erros na gestão e fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Proporcionar participação de servidores em cursos na área em instituições de ensino;</li> <li>• (P) Implementar cursos ministrados por servidores da própria Instituição;</li> <li>• (P) Realizar Workshops com servidores responsáveis pela fiscalização de mesmos objetos;</li> <li>• (P) Socializar as normas institucionais em palestras;</li> <li>• (C) Substituir gestores de contratos considerados inaptos para a atividade.</li> </ul>
Publicação	Baixo	Alto	Ilegalidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Manter arquivo atualizado de contratos;</li> <li>• (P) Firmar contrato sempre antes do dia 20 de cada mês;</li> <li>• (C) Publicar contrato com atraso e justificativa;</li> </ul>

Fonte: Pró-reitoria de Administração

#### d) Mapa de risco abrangente no âmbito da Fiscalização de todos os contratos

**Quadro 47 - Mapa de risco abrangente referente à fiscalização de todos os contratos**

Risco	Grau de incidência	Grau de impacto	Impacto	Medida preventiva (P) e corretiva (C)
-------	--------------------	-----------------	---------	---------------------------------------

Faltas e afastamento	Alto	Médio	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Registrar no relatório mensal de acompanhamento do fiscal do contrato;</li> <li>• (P) Comunicar a empresa contratada para efetuar a substituição no dia;</li> <li>• (C) Glosar nota fiscal da contratada em virtude da falta;</li> <li>• (C) Pedir a substituição definitiva do terceirizado nos casos reincidentes.</li> </ul>
Vale transporte	Médio	Alto	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Realizar diligências junto aos terceirizados verificando a ocorrência do pagamento;</li> <li>• (P) Conferir os documentos anexos da nota fiscal analisando os pagamentos;</li> <li>• (C) Notificar a empresa em caso de irregularidade;</li> <li>• (C) Sancionar empresa caso comprovada a inexecução contratual;</li> <li>• (C) Extinguir o contrato caso configure hipótese de rescisão unilateral.</li> </ul>
Substituição	Médio	Alto	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Comunicar a empresa contratada para efetuar a substituição no dia;</li> <li>• (C) Notificar a contratada em virtude da não substituição de terceirizado;</li> <li>• (C) Sancionar empresa caso comprovada a inexecução contratual;</li> <li>• (C) Extinguir o contrato caso configure hipótese de rescisão unilateral.</li> </ul>
Férias	Baixo	Alto	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Verificar o limite do prazo para que cada terceirizado goze férias;</li> <li>• (P) Verificar o pagamento dos valores relativos ao gozo das férias;</li> <li>• (C) Notificar a contratada em decorrência da não concessão ou pagamento das férias;</li> <li>• (C) Sancionar empresa caso comprovada a inexecução contratual;</li> <li>• (C) Extinguir o contrato caso configure hipótese de rescisão unilateral.</li> </ul>
Obrigações trabalhistas da contratada	Médio	Alto	Inexecução parcial ou total	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Analisar mensalmente as documentações relativas aos direitos trabalhistas;</li> <li>• (P) (C) Notificar a contratada em decorrência cumprimento dos direitos trabalhistas;</li> <li>• (C) Sancionar empresa caso comprovada a inexecução contratual;</li> <li>• (C) Extinguir o contrato caso configure hipótese de rescisão unilateral.</li> </ul>
Uniformes EPI	Baixa	Alto	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Registrar o recebimento dos uniformes EPIs pelos terceirizados formalmente;</li> <li>• (P) Verificar a substituição dos uniformes e EPIs conforme prazo estabelecido na licitação;</li> <li>• (C) Anotar em relatório de acompanhamento mensal do contrato a eventual não utilização dos uniformes e EPIs;</li> <li>• (C) Comunicar a contratada sobre a não utilização de uniformes e EPIs pelos terceirizados.</li> </ul>
Jornada de trabalho	Médio	Alto	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Realizar reunião registrando em ata a ciência dos terceirizados sobre o horário de trabalho, de intervalo e demais informações correlatas;</li> <li>• (P) Verificar se a carga horária mensal está sendo respeitada através da conferência do ponto dos terceirizados;</li> <li>• (C) Comunicar a empresa contratada sobre eventual irregularidade na jornada de trabalho;</li> </ul>

Incomunicabilidade	Baixo	Médio	Inércia na execução contratual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Encaminhar comunicação/notificação via e-mail para as empresas contratadas;</li> <li>• (P) Encaminhar comunicação/notificação via correio no endereço da empresa contratada mediante três tentativas;</li> <li>• (C) Publicar no <i>DOU</i> a citação da empresa e seguir com o processo;</li> </ul>
Desvio de função	Baixo	Alto	Ilegalidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Realizar palestra para todos os servidores do órgão sobre desvio de função em contratos de terceirização;</li> <li>• (P) Realizar reunião com os terceirizados sobre a proibição de desvio de função;</li> <li>• (C) Advertir servidor ou terceirizado responsável por situação de desvio de função;</li> <li>• (C) Solicitar substituição do terceirizado que comprovadamente desvia suas funções.</li> </ul>

Fonte: Pró-reitoria de Administração

### e) Mapa de risco específico no âmbito da fiscalização de contratos específicos

#### Quadro 48 - Mapa de risco abrangente referente à fiscalização de contratos de motorista

Risco	Grau de incidência	Grau de impacto	Impacto	Medida preventiva (P) e corretiva (C)
Acidentes	Baixo	Alto	Danos materiais e humanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Solicitar histórico anual do motorista;</li> <li>• (P) Solicitar a participação em cursos como de direção defensiva;</li> <li>• (C) Solicitar averiguação do estado psicológico do terceirizado;</li> <li>• (C) Comunicar para a empresa solicitando substituição definitiva.</li> </ul>
Danos a veículos	Baixo	Médio	Danos materiais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Solicitar a participação em cursos como de direção defensiva;</li> <li>• (C) Registrar Boletim de Ocorrência;</li> <li>• (C) Solicitar ressarcimento para empresa por eventuais danos culposos.</li> </ul>
Multas	Médio	Médio	Ilegalidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Solicitar a participação em cursos como de direção defensiva;</li> <li>• (P) Manter registro de utilização dos veículos oficiais;</li> <li>• (C) Encaminhar notificação de multa para o motorista responsável pela condução.</li> </ul>

Fonte: Pró-reitoria de Administração

#### Quadro 49 - Mapa de risco específico referente à fiscalização de contratos de vigilância

Risco	Grau de incidência	Grau de impacto	Impacto	Medida preventiva (P) e corretiva (C)
Reduzida amplitude de controle	Alto	Alto	Lacunas na vigilância	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Instalar sistema de monitoramento por imagens;</li> <li>• (P) Instalar sistema de monitoramento por alarmes;</li> </ul>
Abandono de posto	Baixo	Alto	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Realizar reunião informando o local em que deverá permanecer o vigilante;</li> <li>• (C) Comunicar a empresa sobre eventuais abandonos de posto;</li> <li>• (C) Comunicar a empresa da necessidade de substituição do terceirizado.</li> </ul>

Fonte: Pró-reitoria de Administração

**Quadro 50 - Mapa de risco específico referente à fiscalização de contratos de manutenção predial**

Risco	Grau de incidência	Grau de impacto	Impacto	Medida preventiva (P) e corretiva (C)
Des(profissionalização)	Alto	Alto	Dificuldades e erros na execução contratual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Solicitar certificado de curso que comprove a capacitação do terceirizado;</li> <li>• (C) Comunicar a empresa contratada sobre eventual inabilidade com o serviço;</li> <li>• (C) Solicitar substituição do terceirizado se julgado incapaz para a função.</li> </ul>
Danos a bens	Baixo	Médio	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Verificar a conduta do terceirizado no dano causado;</li> <li>• (C) Solicitar ressarcimento para empresa quando o dano tiver conduta culposa;</li> <li>• (C) Solicitar substituição do terceirizado quando danos forem reiterados.</li> </ul>

Fonte: Pró-reitoria de Administração

**Quadro 51 - Mapa de risco específico referente à fiscalização de contratos de manutenção predial (limpeza e conservação)**

Risco	Grau de incidência	Grau de impacto	Impacto	Medida preventiva (P) e corretiva (C)
Estoques	Médio	Alto	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Manter estoque de materiais de limpeza para atender a determinado imprevisto;</li> <li>• (P) Encaminhar lista de materiais sempre com antecedência indicada pela contratada;</li> <li>• (C) Comunicar empresa sobre possíveis prejuízos causos pela falta destes materiais.</li> </ul>
Limpeza instalações sanitárias de grande circulação	Baixo	Alto	Desvio de função	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (P) Realizar reunião informando quais terceirizados limparão as instalações sanitárias de grande circulação (Insalubridade de grau máximo);</li> <li>• (C) Comunicar a empresa sobre eventuais abandonos de posto;</li> <li>• (C) Comunicar a empresa da necessidade de substituição do terceirizado.</li> </ul>

Fonte: Pró-reitoria de Administração

**f) Procedimentos na área de Contratos**

O Instituto Federal Farroupilha atua de maneira descentralizada, ou seja, cada unidade é responsável por firmar seus contratos. Os processos dos Campi que visam alterações contratuais (renovação de vigência, acréscimo de valor, repactuações de preços, etc.) são instruídos de maneira completa pelas unidades descentralizadas, ficando a cargo da Reitoria a análise Administrativa de todo o pleito, através da Direção de Compras, Licitações e Contratos.

Posteriormente a essa análise, o processo é encaminhado para análise da Procuradoria Jurídica vinculada ao IF Farroupilha, para em seguida ser novamente encaminhado para o Campus de origem. As competências de cada agente envolvido estão contidas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Neste mesmo manual está contido todos os procedimentos necessários para instrução dos processos de: elaboração contratual; termos aditivos; repactuação de preços; rescisão contratual; sanções administrativas; e inscrição em dívida ativa.

#### **g) Ações desenvolvidas na área de contratos em 2015**

No início do exercício de 2015, constatou alguns pontos críticos no que tange a gestão e fiscalização de contratos administrativos no Instituto Federal Farroupilha. Essas dificuldades eram relativas principalmente a normatização interna – manuais desatualizados –, ausência de padronização nos procedimentos, baixo número de servidores capacitados na área de fiscalização de contratos, limitação de conhecimento no que tange a gestão e a fiscalização de contratos, limitada transparências das informações acerca de contratos. Ainda, outro fator que demandava atenção da Gestão era a oportunização de capacitações aos servidores envolvidos nas Compras e Licitações.

Desse modo, foram implementadas algumas ações visando minimizar estas lacunas supracitadas, entre as quais se destacam:

- No início do exercício, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT), visando a atualização do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, tendo em vista que o manual em uso havia sido desenvolvido em 2012. O manual foi publicado no final do exercício de 2015, por meio da Resolução CONSUP 134/2015. Este manual foi desenvolvido com o objetivo balizar todos servidores envolvidos na gestão e fiscalização de contratos, desde os mais leigos até os mais experientes. Do mesmo modo, nele se encontra todo o procedimento que permeia a área e os fluxos relacionados ao desempenho das funções;
- Juntamente com o Manual, foram desenvolvidos e publicados 16 formulários padrões para utilização em processos de alterações contratuais, assim como na rotina administrativa do gestor e do fiscal de contrato;
- Elaboração da Cartilha de Gestão e Fiscalização de Contratos, que se constitui numa fonte de consulta rápida e simplificada sobre a área, para os gestores e servidores no IF Farroupilha, nessa cartilha consta;
- No intuito de determinar quais são os serviços continuados no âmbito do Instituto Federal Farroupilha, foi emitida a Portaria 1.701/2015, a qual estabelece um rol de objetos contratuais que devem ser tratados como continuados na Instituição;
- Visando auxiliar na elaboração de processos que envolvem sanções administrativas em contratos, foi emitida a Instrução Normativa nº 02/2015, a qual instituiu o procedimento administrativo para aplicação de penalidades no âmbito do IF Farroupilha;
- Do mesmo modo, visando aumentar o nível de conhecimento dos gestores e fiscais de contratos, foi realizada uma parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), através do programa ENAP EM REDE, na qual o Coordenador de Contratos foi capacitado para atuar como multiplicador em curso na área de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos. Essa ação originou um curso no Campus Avançado de Uruguaiana, em que foram capacitados cerca de 15 servidores, do poder público federal, estadual e municipal;
- Ainda com intuito capacitar pessoas, a Diretora de Compras, Licitações e Contratos, juntamente com o Coordenador de Contratos, através do Programa Institucional de Desenvolvimento (PID), ministraram dois cursos para servidores do IF Farroupilha: Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos de Obras e Serviços de Engenharia; e o Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos. No primeiro curso, foram capacitados 16 servidores e no segundo foram 24 servidores, incluindo participações de todos os campi do IF Farroupilha;

- Visando maximizar a transparência da Gestão de Contratos, foram disponibilizados todos os contratos da Reitoria do Instituto Federal Farroupilha na íntegra no site institucional, sendo que essa ação será implementada também nas demais unidades do órgão.

#### h) Metas para 2016 na área de Contratos

Ao analisar os dados deste início de 2016, percebe-se que a capacitação dos indivíduos envolvidos na Fiscalização de Contratos demanda bastante atenção da Gestão. Do mesmo modo, o elevado número de contratos em detrimento do baixo número de fiscal também favorece a ocorrência de ineficiência na fiscalização. Assim, no corrente ano pretende-se elevar a quantidade de servidores capacitados através das seguintes metas e ações:

#### Quadro 52 - Metas e ações sobre Gestão e Fiscalização de Contratos para 2016

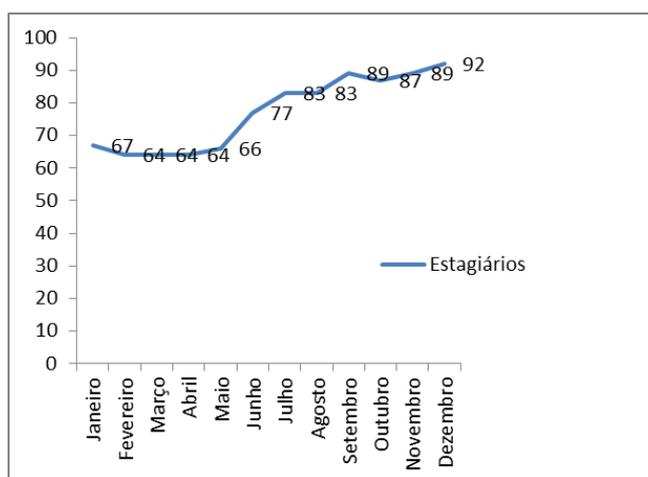
Capacitar no mínimo 50% dos fiscais de contratos de cada unidade da Instituição até o final do exercício de 2016	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento do Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos em todos os Campi da Instituição, ministrado por servidores da própria unidade ou da Reitoria, através do Programa Institucional de Desenvolvimento até o final de 2016;</li> <li>• Possibilitar a participação de servidores do IF Farroupilha em curso realizados em outras Instituições de Ensino.</li> </ul>
Reduzir para o número de contratos por fiscal para 1 (um) até o final do exercício de 2016	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar um GT com a finalidade da realização de um estudo acerca da quantidade máxima de contratos por fiscal;</li> <li>• Ajustar as nomeações de fiscais de contrato de maneira mais isonômica.</li> </ul>

Fonte: Pró-reitoria de Administração

#### 7.1.4.4 Contratação de Estagiários

Em relação aos Estagiários SIAPE da Instituição, durante o exercício 2015 a evolução nos quantitativo mês, pode ser visualizado na figura a seguir.

**Figura 16 - Evolução do quantitativo de estagiários**



Fonte: Coordenação Geral de Gestão de Pessoas

A contratação de estagiários considera os percentuais legais atinentes aos quantitativos totais de servidores de nível D e E e as necessidades institucionais, consideradas todas as unidades. A seleção ocorre por edital público, em conformidade com as premissas da transparência e legalidade dos processos de seleção de pessoal da administração pública. O valor de R\$ 577.373,85, reflete o total disponibilizado em 2015 para essa ação.

## 7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

### 7.2.1 Gestão da frota de veículos

O Instituto Federal Farroupilha é uma instituição multicampi, possui em 2015 o total de 10 unidades de ensino (10 *Campi* e 1 Campus Avançado) e uma estrutura central de administração (Reitoria). Por apresentar essa formatação a utilização de frota é constante, pois o deslocamento entre servidores pela a Instituição dá-se quase que diariamente. Nesse sentido é importante a instituição possuir frota condizente com as demandas institucionais e a mesma estar sempre em plenas condições de uso.

A utilização dos veículos oficiais do Instituto Federal Farroupilha está baseada no manual de instruções de utilização de veículos oficiais, elaborado pela comissão de padronização dos manuais deste instituto, baseados no decreto nº 6.403 de 17 de março de 2008, na INSTRUÇÃO DE SERVIÇOS DNIT nº 7 de 26 de maio de 2009, no código brasileiro de trânsito e na lei 7.474 de 08 de maio de 1986.

O Instituto Federal Farroupilha, por decisão administrativa, tem como fundamento a aquisição dos veículos em detrimento da locação de serviços terceirizados. Não há ainda levantamento comparativo levando em conta a relação custo-benefício e da viabilidade de manutenção da política de manutenção de frota própria ou contratação dos serviços terceirizados com locação de veículos. Este ponto é bastante controverso institucionalmente, porém existe necessidade de definição de política de gestão de frota.

Para assegurar a prestação eficiente e econômica do transporte com os veículos oficiais, algumas regras foram elencadas no manual, destacamos algumas a abaixo:

#### **Da Utilização/uso dos veículos**

- I. O uso dos veículos da frota oficial do IF Farroupilha será destinado as seguintes atividades:
- II. Atividades administrativas;
- III. Atividades curriculares;
- IV. Atividade de ensino, de pesquisa e de extensão;
- V. Atividades científicas, esportivas, culturais e de política estudantil;
- VI. Outras.

#### **Instruções de uso**

- I. O uso dos veículos é exclusivo dos servidores do próprio instituto;
- II. Só poderão dirigir os veículos oficiais servidores que possuem portaria onde o Diretor Geral ou o Reitor autoriza o servidor a dirigir os veículos da Instituição;
- III. É vetado o uso de veículos da frota oficial do IF Farroupilha por entidades e pessoas não pertencentes ao quadro funcional da Instituição;
- IV. Em caso de colaboradores eventuais será permitido o transporte desde que haja pertinência temática às atividades do Instituto Federal Farroupilha;
- V. Os veículos da frota oficial estarão disponíveis para deslocamento de segunda a sexta-feira, obedecendo ao horário de funcionamento do setor responsável pela frota oficial;
- VI. O uso dos veículos oficiais da frota oficial aos finais de semana e feriados ou fora de horário de funcionamento ficará condicionado à autorização do Gestor mediante justificativa;
- VII. O uso de veículo em situações emergenciais deverá ser solicitado ao setor responsável pela frota oficial e será atendido conforme a disponibilidade de veículos e motorista;
- VIII. Os veículos da frota oficial do IF Farroupilha deverão ter como local de saída e de chegada os locais previamente definidos pelo setor responsável, observando os propostos na solicitação;
- IX. O servidor que deverá, em caso de pernoite, estacionar o Veículo oficial na garagem do hotel ou em garagem devidamente regularizada, para fins de segurança;

- X. Qualquer mudança no itinerário deverá ser justificada com antecedência e por escrito;
- XI. Modificação no itinerário após iniciada a viagem só poderão ocorrer em virtude de emergência de tráfego.

**Ao gestor de frota compete**

- I. Manter a documentação dos veículos da frota oficial Instituto Federal Farroupilha em regularidade;
- II. Providenciar a renovação do licenciamento anual de veículos do Instituto em tempo hábil, obedecendo ao calendário estabelecido pelo Conselho Nacional Trânsito ou pelo Departamento de Trânsito do Rio Grande do Sul, bem como a quitação do Seguro Obrigatório de Danos pessoais Causados por Veículo Automotores de Vias Terrestres;
- III. Estabelecer as rotinas de acompanhamento e desembaraço, junto aos órgãos de trânsito, de todas as ocorrências envolvendo veículos oficiais do IF Farroupilha;
- IV. Efetuar as rotinas de manutenção, reparo, troca de pneus, abastecimento, lavagem, e lubrificação dos veículos de propriedade do IF Farroupilha e entregar ao Gestor, a cada 06 (seis) meses o Acompanhamento Físico Financeiro (manutenção, combustível, pneus e lubrificantes);
- V. Assegurar a presença dos equipamentos de segurança obrigatórios, sempre antes da realização de qualquer atividade visando à segurança aos usuários;
- VI. Estabelecer a programação de utilização da frota oficial do IF Farroupilha devendo observar criteriosamente as características técnicas e boas condições mecânicas e de conservação dos veículos;
- VII. Designar o motorista habilitado para atuar como condutor autorizado.
- VIII. Tomar providências imediatas sempre que apontada alguma irregularidade pelo condutor e/ou responsável;
- IX. Promover os procedimentos mandatórios à apuração de responsabilidade, se necessário por meio de sindicância, tão logo receber uma notificação de infração de trânsito ou informação sobre danos a veículos da frota oficial do Instituto Federal Farroupilha;
- X. Encaminhar as identificações de infratores aos órgãos de trânsito competente;
- XI. Manter em arquivos próprios, os formulários utilizados nesta Instrução para atender a auditoria interna e externa, realizada anualmente na Instituição;
- XII. Comunicar ao Gestor toda e qualquer irregularidade decorrente da utilização de veículo da frota oficial do IF Farroupilha, inclusive a devida apuração de responsabilidades.

O Instituto Federal Farroupilha conta hoje com uma frota de 103 veículos, divididos entre utilitários e institucionais, conforme quadro a seguir.

**Quadro 53 - Demonstração de despesas e mobilidade da frota de veículos Automotores Próprios do Instituto Federal Farroupilha de 2015**

<b>Gasto Total com Combustível</b>	<b>R\$ 664.594,76</b>
<b>Gasto Total com Manutenção</b>	<b>R\$ 631.469,59</b>
<b>Gasto Total com Seguros e Licenciamentos obrigatórios</b>	<b>R\$ 9.051,50</b>
<b>Gasto Total com Seguro veicular</b>	<b>R\$ 53.952,39</b>
<b>Total Gastos Diretos</b>	<b>R\$ 1.359.068,24</b>
<b>Total KM Rodados</b>	<b>1.758.822</b>
<i>Categoria Veículos Institucionais</i>	1.153.335
<i>Categoria Veículos Utilitários</i>	605.487

<b>Total de Veículos</b>	<b>103</b>
<i>Categoria Veículos Institucionais</i>	65
<i>Categoria Utilitários</i>	38
<b>Idade média da Frota</b>	<b>8,9</b>
<i>Idade média veículos institucionais</i>	5,4
<i>Idade média Veículos Utilitários</i>	12,6
<b>Média de Km Rodados Total</b>	<b>17076</b>
<i>Média Km rodados Veículos Institucionais</i>	17744
<i>Média Km rodados Veículos Utilitários</i>	15934
<b>Custo médio por veículo em Reais</b>	<b>R\$ 13.194,84</b>
<i>Custo médio com Manutenção</i>	<b>R\$ 6.130,77</b>
<i>Custo médio com Combustíveis e Lubrificantes</i>	<b>R\$ 6.452,38</b>
<b>Custo médio por Km Rodado R\$</b>	<b>0,77</b>

Fonte: Setor de Gestão de Frotas

Observa-se que o Instituto possui frota bastante antiga e vários carros já estão com vários anos de uso, que resulta um alto valor despendido em manutenção. A média de gasto com manutenção por viatura é de R\$ 6.130,33. Porém cabe ressaltar que a média anual que as viaturas rodam também é alto. Chegando a aproximadamente 17 mil km rodado por viatura. Isso indica um gasto com manutenção de R\$ 0,37 centavos por km rodado médio, que não é considerado elevado pela gestão. A alta quilometragem rodada pelas viaturas está relacionada a distância que as unidades estão entre si e também pelo número reduzido de viatura por campus para atender toda a demanda apresentada, média de 6,5 veículos institucionais por unidade representativa.

Quanto as despesas com combustíveis cada carro consome aproximadamente em média R\$ 6.452,38 gerando um gasto por km rodado viatura de R\$ 0,40 centavos por km rodado médio. Dessa forma o custo por km rodado, contando apenas manutenção e combustível é aproximadamente de R\$ 0,77 centavos o Km rodado médio. Cabe ressaltar que não estão computados nesse valor os cálculos relativos à depreciação e investimento com a aquisição dos mesmos e também as despesas com motoristas contratados, onde temos em média um motorista contratado por campus. Não estão inclusos também as despesas relacionadas com a gestão da frota. Devemos destacar que estamos em processo de desenvolvimento de metodologia para apuração dos custos relacionados.

Destacamos também que não há no Instituto plano formal aprovado de substituição de frotas, as aquisições de novas viaturas dependem de análise interna de cada campus, em virtude do planejamento das ações e do orçamento anual.

## 7.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis

Este item tem por finalidade informar sobre a política instituída para tratamento dos veículos não mais servíveis para uso nas suas atividades.

Neste sentido indicamos que a instituição possui regulamento que estipula as formas e procedimentos padrões para a destinação dos bens permanentes da instituição. As informações quanto a as formas de baixa e desfazimentos dos bens público, inclusive de veículos podem ser verificadas pelo link:

[http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2012513163817187manual\\_de\\_controle\\_patrimonial\\_resolucao\\_ad\\_referendum\\_n%C2%B0\\_25.pdf](http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2012513163817187manual_de_controle_patrimonial_resolucao_ad_referendum_n%C2%B0_25.pdf).

Quanto aos procedimentos adotados ao longo do exercício de 2015, foram executados processos de doação de 5(cinco veículos) do Campus São Vicente do Sul, à prefeitura municipal de São Vicente do Sul. O processo de análise do patrimônio, bem como sua destinação, ocorreu dentro do que a regulamentação interna indica, como também a legislação vigente. Os valores da baixa patrimonial referente a doação perfizeram o montante de R\$ 34.645,86. Destaca-se que a gestão da frota dá-se por campus.

### **7.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União**

O objetivo principal é apresentar e analisar a gestão de bens imóveis sob a responsabilidade do Instituto Federal Farroupilha, classificados como Bens de Uso Especial de propriedade da União ou Locados de Terceiros. Para isso serão apresentados quadros a seguir para demonstrar a tanto a distribuição espacial dos bens imóveis da União, quando a discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob a responsabilidade do Instituto.

No âmbito do IF Farroupilha cada Unidade Gestora tem seu Setor Responsável pela Gestão e Controle do Patrimônio tanto imobiliário quanto móvel, mas que são subordinadas a Coordenação de Infraestrutura da Reitoria do Órgão.

Os imóveis do nosso Instituto estão distribuídos em 10 municípios onde estão nossos *Campi* nas regiões Centro, Oeste e Noroeste do Rio Grande do Sul. Na cidade de Santa Maria está situada a Reitoria, que funciona em dois prédios que são alugados.

Quanto ao registro de nossos imóveis no SPIUNET estamos um pouco atrasados devido principalmente a demora que aconteceu para termos uma resposta objetiva da Secretaria de Patrimônio da União sobre a obrigatoriedade da regularidade dos imóveis nos cadastros de prefeituras e cartórios para que os mesmos sejam lançados no sistema. Enviamos vários e-mails desde 2014 solicitando orientação mas só obtivemos resposta em dezembro de 2015. Um detalhe que deve ser mencionado é que a Setorial Contábil do MEC e SPU divergem na interpretação sobre a obrigatoriedade acima citada, a primeira entende como afirmativa a obrigação e a segunda entende que não é obrigatório. Iremos seguir orientação da SPU e faremos todos os registros de nossos imóveis o mais breve possível no exercício de 2016, para que posteriormente sejam reavaliados por Comissão designada e seus valores atualizados e ajustados conforme as conclusões do processo de reavaliação. Salientamos que os processos de regularização junto as prefeituras assim que são concluídas as obras são encaminhados devidamente, porém cada município possui regras diferentes e muitos processos encontram-se parados devido a burocracia e dificuldades impostas pelas prefeituras. O registro em cartório fica prejudicado devido aos problemas citados acima.

As despesas realizadas no exercício de 2015 na natureza de despesa orçamentária 33903916 – Manutenção e conservação de imóveis, somam 1.781.050,53 conforme consulta ao Tesouro Gerencial.

Na gestão de imóveis existem riscos quanto a deterioração das instalações visto que nossos prédios são acessados por milhares de alunos todos os anos e nem todos tem o cuidado necessário e auxiliam na preservação do ambiente escolar, seja riscando, sujando, enfim, ocorrem algumas depredações. Além disso existe a ocorrência da própria degradação causada pelo tempo transcorrido que devemos minimizar com ações preventivas de conservação. Para resolver ou diminuir estes problemas nossas unidades contam todas com Contratos de Manutenção Predial.

#### **7.2.3.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União**

O Quadro 54, a seguir, denominado Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da Instituição no final dos

exercícios 2014 e 2015, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

**Quadro 54 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
<b>BRASIL</b>	<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>14</b>	<b>14</b>
	Santa Maria	1	1
	Santo Augusto	1	1
	Alegrete	2	2
	São Vicente do Sul	2	2
	Júlio de Castilhos	1	1
	São Borja	2	2
	Santa Rosa	1	1
	Panambi	1	1
	Jaguari	2	2
Santo Ângelo	1	1	
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>14</b>	<b>14</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	Cidade	0	0
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>14</b>	<b>14</b>

Fonte: Setor de Patrimônio/Campus

7.2.3.2 Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

O Quadro 55, está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão. Atualmente o Instituto conta com 14 imóveis registrados de sua propriedade, distribuídos em 10 cidades do Estado do Rio Grande do Sul.

**Quadro 55 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158127	8841 00374.500-9	23- Vago para Uso	Novo	1.800.000,00	31/03/2014	1.800.000,00	-	
155081	8853 00061.500-0	21 - Uso em Serviço Público	Bom	400.000,00	19/01/2012	400.000,00	-	254.391,35
158266	8859 00004.500-9	21 - Uso em Serviço Público	Bom	44.267,87	31/03/2014	6.633.940,87	-	271.247,39
158267	8507 00037.500-7	21 - Uso em Serviço Público	Regular	4.320.167,11	31/03/2014	13.942.387,13	-	977.504,63
158267	8507 00059.500-7	21 - Uso em Serviço Público	Bom	117.604,80	21/04/2004	784.477,95	-	
158268	8675.00005.500-3 RIP de Utilização 8675.00024.500-7	21 - Uso em Serviço Público	Bom	5.907.798,05	10/11/2015	8.768.199,70	-	634.582,45
158268	8675.00006.500-9 RIP Utilização 8675.00003.500-2	21 - Uso em Serviço Público	Bom	701.382,81	06/08/2015	768.553,29	-	
154624	8723.00003.500-6 RIP Utilização 8675.00002.500-0	21 - Uso em Serviço Público	Bom	45.600,00	11/12/2013	476.095,64	-	
154624	8841.00280.500-8 RIP Utilização 8841.00144.500-8	21 - Uso em Serviço Público	Bom	249.578,82	11/12/2013	3.612.366,95	-	186.125,83
158269	8725 00003.500-2	21 - Uso em Serviço Público	Regular	84.221,45	31/03/2014	6.306.542,83	-	584.555,84
158503	8863 00055.500-5	21 - Uso em Serviço Público	Regular	100.000,00	02/01/2008	100.000,00	-	
158503	8863.00059.500-7	21 - Uso em Serviço Público	Regular	130.000,00	20/05/2011	130.000,00	-	444.389,18
158504	8847.00087.500-8	21 -Uso em Serviço Público	Bom	160.000,00	15/10/2013	160.000,00	-	264.014,84
158505	8781.00001.500-2	21 - Uso em Serviço Público	Bom	897.000,00	15/10/2013	10.147.444,98	-	198.229,39
<b>Total</b>							-	<b>3.815.040,90</b>

Fonte: Siafi/Spiunet/Coordenação de Infra-Estrutura/Setor de Patrimônio Campus

Atualmente o Instituto Federal Farroupilha conta com 16 imóveis da União sob sua responsabilidade, entre eles os imóveis do campus de Uruguaiana e Frederico Westphalen que estão em fase de transferência e lançamentos contábeis pertinentes. Além dos imóveis que estão em fase de constituição dos alvarás para os devidos cadastramentos no sistema de gestão de imóveis federais.

Com relação especificamente ao Quadro 54, mais precisamente sobre os imóveis sob a responsabilidade da UG 158267, salienta-se que o montante de R\$ 977.504,63, informado na coluna “com manutenção” refere-se a contrato de manutenção predial, de redes de vapor, equipamentos de refrigeração (instalações), silos, esquadrias entre outros, manutenção de alojamento de estudantes e manutenção de calçamentos e outras necessidades do campus. As despesas atendem a todas as demais RIP de responsabilidade do Campus Alegrete porém, não há condições de um rateio que dimensione a fração de cada imóvel. Destaca-se que o Campus Alegrete é um campus com vários prédios antigos que estão passando por manutenção significativa, de troca de aberturas, rede elétrica e hidráulica e pintura.

Quanto aos imóveis sob responsabilidade do Campus Júlio de Castilhos, em função de recebimento de imóvel antigo, está sendo realizando a manutenção desses imóveis por meio de um contrato de prestação de serviços de manutenção predial vigente atualmente, porém este prevê pequenas manutenções e melhorias destinadas à manutenção e conservação dos imóveis. Não foram realizados nestes períodos reformas e melhorias significativas das instalações, tendo em vista o número deficitário de servidores encarregados pela manutenção predial, e o impacto destes custos no orçamento do campus.

No campus Panambi atualmente existem 4 prédios/obras que estão em fase de regularização/averbação junto aos órgãos competentes, encontra-se cadastrado no SPIUnet o terreno pertencente ao Campus Panambi e parte das obras acabadas.

No Campus São Borja, a Administração se depara com um grande desafio que é manter e deixar os bens imóveis em condições de uso para a demanda crescente que é exigida dentro do programa de expansão dos últimos anos, especialmente este órgão que foi concebido dentro dessa nova realidade. O Campus está trabalhando para averbação dos prédios. Mesmo que ocorre com o Campus Santa Rosa.

Nos exercícios de 2014 e 2015, foram entregues novas obras as quais se encontram em fase de averbação junto às prefeituras, aguardando a liberação para posterior cadastramento do imóvel no sistema.

Devemos salientar que o Instituto fez esforço contínuo para regularizar todos os imóveis. Os *Campi* que ainda não estão com valores atualizados estão aguardando as liberações das prefeituras que não foram efetuadas e posteriormente as averbações na escritura pública. O Campus de Santo Ângelo as obras estão em fase de conclusão e recebimento definitivo e serão lançados os valores consignados até o final do ano de 2016.

#### **7.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas**

Neste tópico serão apresentados, em forma de quadros, todas as cessões, a fim de caracterizar de forma clara e individualizada os principais pontos sugeridos. Como o conceito de Cessão, no senso comum, gera interpretações distintas, optamos por apresentar também as informações referente as concessões.

**Quadro 56 - Cessão de espaços físicos e imóveis**

CAMPUS		São Vicente do Sul		Panambi	Santo Augusto	Júlio de Castilhos		São Borja	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	86750095500-4	867500100500-0	8781.00002.500-8	885900004500-9	872500003500-2	872500003500-2	8863.00055.500-5	8863.00055.500-5
	Endereço	Rua Vinte de Setembro, 2616 - São Vicente do Sul -RS	Rua Vinte de Setembro, 2616 - São Vicente do Sul -RS	Rua Erechim, 860, Bairro Planalto, Panambi – RS, CEP 98280-000	Rua Fábio João Andolhe, 1100, Bairro Floresta, Santo Augusto/RS	RS 527 - Estrada de Acesso Secundário para Tupanciretã S/N - Distrito de São João do Barro Preto S/N - Interior	RS 527 - Estrada de Acesso Secundário para Tupanciretã S/N - Distrito de São João do Barro Preto S/N - Interior	Rua Otavino Castilho Mendes, nº 355	Rua Otavino Castilho Mendes, nº 355
Identificação do Cessionário	CN PJ	00360305/0001-04	12051381/0001-17	94878758/000170	07323654/0001-03	06926112/0001-54	06926112/0001-54	19798205/0001-92	05095847/0001-10
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal	Maristela Camargo Escobar	Nina Alimentos Ltda	Jocélia D. Dallabrida Me	Roselaine Hubner Da Silva	Roselaine Hubner Da Silva	Cleni Ocampos Feldberg	Naranei De Rosso Neves
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cessão de Uso de Espaço Físico, Linhas Telefônica e Lógica e Energia Elétrica, visando à instalação de Terminal Eletrônico Bancário de Autoatendimento a Clientes.	Cessão de espaço físico destinado à exploração de serviços de lancheria/restaurante/reprografia (Xerox), para fornecimento de alimentação e similares e disponibilização de serviços de cópias para os discentes.	Fabricação de Produtos Alimentícios	56.11-2-03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	Serviços de exploração de cantina / bar / restaurante	Serviços de fotocópias e xerox	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	Serviços de fotocópias e xerox

<b>CAMPUS</b>		<b>São Vicente do Sul</b>		<b>Panambi</b>	<b>Santo Augusto</b>	<b>Júlio de Castilhos</b>		<b>São Borja</b>	
<b>Caracterização da Cessão</b>	<b>Forma de Seleção do Cessionário</b>	Convite	Convite	Concorrência	Processo Licitatório, Modalidade Convite Nº 01/2013, Processo Nº 23241.000345/2013-59	Tomada de Preços	Tomada de Preços	Concessão de Uso	Concessão de Uso
	<b>Finalidade do Uso do Espaço Cedido</b>	Cessão de Uso de Espaço Físico, Linhas Telefônica e Lógica e Energia Elétrica, visando à instalação de Terminal Eletrônico Bancário de Autoatendimento a Clientes.	Cessão de espaço físico destinado à exploração de serviços de lancheria/restaurante/reprografia (Xerox), para fornecimento de alimentação e similares e disponibilização de serviços de cópias para os discentes.	Lanchonete	Objeto: Concessão de Uso para pessoa jurídica, de espaço físico destinado à exploração de Serviços de Lancheria/Restaurante, para fornecimento de alimentação e similares.	Concessão de Espaço físico para exploração comercial de empresa para fornecimento de lanches e alimentação aos alunos da instituição.	Concessão de Espaço físico para exploração comercial de empresa para fornecimento de cópias e impressos ( xerox ) aos alunos da instituição.	Instalação e funcionamento de uma Lancheria/restaurante para fornecimento de alimentos, lanches, bebidas, etc...	Serviços de reprografia e comércio de materiais escolares
	<b>Prazo da Cessão</b>	12 meses prorrogáveis até 60 meses. Atual vigência de 23/09/2015 até 23/09/2016.	12 meses prorrogáveis até 60 meses. Atual vigência de 20/03/2015 até 20/03/2016.	12 Meses, prorrogável por até 60 meses (23/08/2012 a 23/08/2016), é possível mais uma prorrogação.	Início: 19/06/2013 à 18/06/2016. Contrato está sendo renovado a cada 12 meses, podendo ser prorrogado até 60 meses.	12 meses, prorrogável até 60 meses conforme lei nº 8666/93	12 meses, prorrogável até 60 meses conforme lei nº 8666/93	12 meses	12 meses

<i>CAMPUS</i>	<i>São Vicente do Sul</i>		<i>Panambi</i>	<i>Santo Augusto</i>	<i>Júlio de Castilhos</i>		<i>São Borja</i>	
<b>Caracterização do espaço cedido</b>	<p>Espaço físico de 1,00 m<sup>2</sup>, uma linha telefônica e lógica e disponibilidade de um ponto de fornecimento de energia elétrica, localizados no Prédio Administrativo Central – Hall de acesso ao Prédio Administrativo – Fundos, pavimento térreo.</p>	<p>Centro de Convivência com área interna de 167,58 m<sup>2</sup>.</p>	Lanchonete	<p>Espaço com área interna de 60 (sessenta) metros quadrado, sem equipamentos e mobiliário.</p>	<p>peça com aproximadamente 65,38 m<sup>2</sup>, em alvenaria, climatizada, com banheiro.</p>	<p>peça com aproximadamente 18,90 m<sup>2</sup>, em alvenaria, climatizada.</p>	<p>56,10 m<sup>2</sup> situado nas dependências do prédio de salas de aula do IF Farroupilha - campus São Borja.</p>	<p>17,64 m<sup>2</sup> situado nas dependências do prédio de salas de aula do IF Farroupilha - campus São Borja.</p>
<b>Valores/Benefícios Recebidos</b>	<p>R\$ 67,76 mensal com reajuste anual pelo IGPM.</p>	<p>R\$ 877,61 mensal com reajuste anual pelo IGPM.</p>	457,59 de aluguel	<p>Total recebido em 2013 - 17.350,40 ; 2014 - 30.664,02 ; 2015 - 28.694,84.</p>	R\$ 16.688,10	R\$ 2.125,30	<p>R\$ 776,00 ao mês, em um total ano de R\$ 9.312,00</p>	<p>R\$ 1.056,15 ao mês</p>
<b>Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios</b>	<p>Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód. de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.</p>		Receita Própria	<p>Lançamento na conta 433.110.100 Valor Bruto Exploração Bens, Dir. e Serviços.</p>	<p>Lançamento na conta 433.110.100 Valor Bruto Exploração Bens, Dir. e Serviços.</p>	<p>Lançamento na conta 433.110.100 Valor Bruto Exploração Bens, Dir. e Serviços.</p>	<p>Lançamento na conta 433.110.100 Valor Bruto Exploração Bens, Dir. e Serviços.</p>	<p>Lançamento na conta 433.110.100 Valor Bruto Exploração Bens, Dir. e Serviços.</p>

<b>CAMPUS</b>		<b>São Vicente do Sul</b>	<b>Panambi</b>	<b>Santo Augusto</b>	<b>Júlio de Castilhos</b>		<b>São Borja</b>	
<b>Forma de utilização dos Recursos Recebidos</b>	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do Campus por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250		Demandas de Custeio	Os recursos são aplicados e conforme o planejamento do campus é solicitada a liberação do orçamento de recurso próprio.	Aplicação na aquisição de materiais bibliográficos para a instituição	Aplicação na aquisição de materiais bibliográficos para a instituição	Pagamento de despesas diversas - Custeio	Pagamento de despesas diversas - Custeio
	<b>Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel</b>	Não há formas de rateio	Não há formas de rateio	Estimado R\$ 10,00 de água e R\$ 25,00 de energia elétrica, já incluídos no valor do aluguel.	Pagamento da energia elétrica consumida no imóvel, com leitura mensal do contador de energia.	Eventuais reparos e benfeitorias no imóvel são de responsabilidade do IF Farroupilha Campus Júlio de Castilhos.	Eventuais reparos e benfeitorias no imóvel são de responsabilidade do IF Farroupilha Campus Júlio de Castilhos.	Pagas à proporção de 0,69% dos valores de Energia, Água, Segurança e Manutenção Predial e com a brigada de incêndio do IF Farroupilha - campus São Borja.

Fonte: Pró-reitoria de Administração

### 7.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

O Quadro 57 a seguir, denominado Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros, apresenta a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pela UJ no final dos exercícios de 2014 e 2015, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

**Quadro 57 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS DELA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	Rio Grande do Sul	4	3
	Santa Maria	3	2
	Alegrete	1	1
Subtotal Brasil		4	3
EXTERIOR	PAÍS		
	Cidade		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		4	3

Fonte: Coordenação de Infra-Estrutura/Setor Patrimônio Campus

São quatro as locações realizadas pelo Instituto Federal Farroupilha no ano de 2015. As locadas na cidade de Alegrete, refere-se a fração de terra utilizada para as atividades de ensino, pesquisa, extensão e produção no campus. Salienta-se que o Campus executa de forma expressiva atividades vinculadas a produção animal e vegetal com o objetivo das atividades práticas para os estudantes.

Os imóveis locados em Santa Maria destinam-se as atividades administrativas da Reitoria. A locação foi decisão administrativa, uma vez que se optou primeiramente em investir na estruturação dos campi do Instituto.

### 7.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Apresentaremos a relação de todas as obras realizadas na instituição bem como nos seus campi. Destaca-se que todas as obras da instituição estão diretamente relacionadas as atividades fins institucionais, mesmo a infraestrutura administrativa.

É mister apresentar que as obras de infraestrutura que estão finalizadas ou em andamento, são ainda insuficientes para atender plenamente as necessidades, principalmente nos campi em expansão, caso de Santo Ângelo, Jaguari e o Campus Avançado de Uruguaiana.

**Quadro 58 - Obras e serviços de engenharia executados ou em execução do Instituto Federal Farroupilha período de 2007 a 2015**

CAMPUS	OBRA/REFORMA	METRAGEM (m <sup>2</sup> )	VALOR (R\$)
JÚLIO DE CASTILHOS	Prédio Administrativo	1.914,83	2.285.748,85
	Prédio da Biblioteca	1.435,57	2.615.982,33
	Construção de Guarita/Pórtico	107,25	100.863,69

CAMPUS	OBRA/REFORMA	METRAGEM (m <sup>2</sup> )	VALOR (R\$)
	Obra de Segurança e Urbanização UNED	4.180,00	205.078,03
	Prédio Salas de Aula e Laboratórios	2.598,26	3.190.442,24
	Refeitório	1.622,52	3.011.160,17
	Sanitários Coletivos	193,40	209.943,56
	Reforma dos Prédios UNED I	1.998,79	301.560,00
	Reforma dos Prédios UNED II	806,88	85.844,00
	Construção de Ginásio de Esportes UNED	1.200,00	326.500,00
	Construção do Prédio para Agroindústria UNED	288,00	131.899,77
	Construção do Prédio Salas de Aula	1.177,60	636.814,00
	Construção Rede Elétrica e redelógica ( serviços terceirizados)	m/linear	342.550,00
	Adaptação da Rede elétrica de alta e média tensão (serviços terceirizados)	m/linear	109.944,00
	Reforma da antiga biblioteca (serviços terceirizados)	175,68	115.691,39
	Reforma Banheiros Prédio Central	116,40	35.797,55
	Reforma da Lancheria ( serviços terceirizados)	72,07	16.905,98
	Reforma da coordenação do eixo Gestão e negócios ( serviços terceirizados)	156,00	63.821,84
	Cercamento das áreas decorrentes do temporal ( serviços terceirizados)	350,00	42.338,00
	Calçamento ( serviços terceirizados)	1.000,00	350.917,16
	SAO VICENTE DO SUL	Reestruturação rede elétrica	m/linear
Prédio para quarentenário de suínos		63,36	47.321,28
Passarelas de interligação entre os prédios pedagógicos		823,00	655.980,13
Ampliação de prédio para área de convivência dos alunos		1.742,80	389.360,50
Cabine de medição de energia em MT		13,40	28.591,86
Salas de Aulas Engenharias		624,00	820.631,78
Reforma prédio almoxarifado		248,20	54.618,93
Galpão de máquinas Fazenda-Escola		489,00	203.993,97
Reforma prédio Marcenaria		280,00	125.650,00
Ampliação de prédio para laboratórios didáticos		2.693,26	1.798.128,25
Instalações para suinocultura		1.282,77	878.992,61
Passarelas de acesso aos prédios do Campus SVS		424,57	186.963,55
Conclusão da ampliação do prédio Biblioteca		1.487,21	391.942,79
Conclusão prédio Garagem		1.051,21	196.996,18
Reforma moradia estudantil		2.284,20	879.044,29
Ampliação Biblioteca		1.487,21	927.134,06
Ampliação Prédio Garagem e Patrimônio		1.051,21	418.051,56
Reforma e Ampliação prédio para caldeira geradora de vapor		123,00	74.452,31
Conclusão da Ampliação de prédio para laboratórios		2.920,90	2.382.613,62
Rede de iluminação do Campus São Vicente do Sul		m/linear	70.281,94
Salas de aulas Zootecnia II		126,00	122.904,04
Reestruturação quadras poliesportivas(Projeto Segundo Tempo)		13.373,86	299.149,52
Pavimentação de vias internas ao Campus		2.290,00	111.765,50
Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio		0,00	878.992,11
Conclusão da reforma do prédio da marcenaria		280,00	89.821,82
Ampliação ginásio de esportes (academia)		123,42	179.586,32
Reforma prédio administrativo e auditório		747,00	400.050,29
Conclusão passarelas de acesso aos prédios Campus SVS		438,00	221.457,53
Bloco salas de aulas e Laboratórios Específicos		2.757,00	2.803.851,21
PANAMBI		PPCI da Quadra Poliesportiva	1.124,24
	Ginásio Poliesportivo	1.200,24	1.026.260,38
	Prédio Administrativo 1ª etapa	1.604,63	870.006,34
	Salas de Aula 2ª etapa	1.818,50	674.400,00
	Execução de Rede Lógica e de Telefonia	1.604,63	63.500,13
	Reestruturação da Rede Elétrica do Campus Panambi	3.423,13	74.916,54
	Construção de guarita/pórtico	130,90	304.271,97
	Prédio de Salas de Aula e Passarela	1.900,74	2.465.746,83

CAMPUS	OBRA/REFORMA	METRAGEM (m <sup>2</sup> )	VALOR (R\$)
	Construção Rede Elétrica UNED	m/linear	244.086,89
	Prédio Administrativo 2ª etapa	1.724,63	772.033,84
	Salas de Aula 1ª etapa	1.818,50	891.090,48
	Prédio Pós-Colheita	1.116,80	2.048.832,80
	Bloco de Laboratórios de Móveis e Edificações	931,01	458.704,43
	Const. e Inst. do Sist. de Abast. de Água e Prev. Incêndio	1,00	466.484,28
	Urbanização UNED	4.427,64	276.500,00
	Refeitório	1.010,83	2.104.962,01
	Ampliação da subestação da rede elétrica de alta tensão	m/linear	580.008,18
	Cercamento da área do campus	2.400,00	242.600,00
	Ampliação da rede elétrica do Prédio B	1.818,50	130.742,73
	JAGUARI	Pavimentação de vias	4.103,00
Passarela de interligação de prédios		68,00	37.713,00
Pórtico/guarita de vigilância		37,00	67.703,41
Bloco Salas de Aulas		1.190,06	835.158,04
Reforma prédio Administração		93,00	33.962,21
Reforma de prédio para almoxarifado		268,80	93.960,41
Execução de pavimentação de vias e passarelas		2.448,10	328.191,69
Agroindústria		161,55	127.494,70
Abrigo Caldeira		51,80	29.666,01
Rede de dados		m/linear	17.291,52
Alojamento para alunos (ampliação)		280,00	150.500,46
Alojamento		321,26	848.687,70
Subestação de energia		10,88	14.394,72
Execução de rede de energia elétrica		910,00	99.245,40
Reforma Laboratório de Ciências da Natureza		60,5	51895,85
SÃO BORJA	Construção de alojamentos	1.264,00	1.425.040,36
	Estação de tratamento de Esgoto	240,00	350.073,12
	Construção do 3º e 4º Piso - P. Salas de Aulas e Laboratórios	2.204,50	772.937,28
	Construção Laboratório de Gastronomia	1.007,47	833.657,29
	Construção das Cabines de Medição e R.T de Energia Elétrica	26.195,43	364.000,00
	Prédio de Salas de Aulas e Laboratórios - SB 2	4.464,74	2.738.892,75
	Execução de cercamento complementar	1045 m/linear	468.710,00
	Execução de pavimentação, iluminação e paisagismo	3.266,45	469.416,13
	Ginásio Poliesportivo	1.000,67	807.347,11
	Construção de prédio administrativo e pedagógico	1.590,33	1.224.149,42
	Refeitório	1.010,83	1.482.677,81
	Garagem e área de recebimento pred. Gastronomia	296,00	50.075,88
	Construção de prédio para almoxarifado	418,39	385.002,31
	Construção do Pórtico de Entrada e Passarela	140,95	272.997,06
	Constr. da Pavimentação, Rede de Drenagem Pluvial e Lógica	26.195,43	745.048,62
	Construção da Rede de Esgoto Cloacal e Rede de Água	1000 m/linear	46.964,96
	Reforma do piso e exaustão do ginásio	800	141.074,77
	Reforma da cobertura do prédio da gastronomia	1.007,47	90.431,43
SANTO AUGUSTO	Centro de Saúde	162,86	212.443,17
	Refeitório	910,93	1.301.577,04
	Garagem	195,70	95.653,19
	Reforma e Ampliação rede elétrica	590,00	425.761,53
	Almoxarifado	350,00	338.330,19
	Prédio de laboratórios	2.028,68	3.489.684,65
	Prédio Salas de Aulas	1.074,46	1.289.973,44
	Laboratório de Solos	105,00	194.776,48
	Ginásio Poliesportivo	1.884,99	2.218.597,28
	Salas de Aulas 100G	157,80	140.186,82
	Ampliação 100E	61,80	54.902,06
	Ampliação 100F	61,80	54.902,06
Ampliação prédio mecanização	385,00	225.133,85	

CAMPUS	OBRA/REFORMA	METRAGEM (m <sup>2</sup> )	VALOR (R\$)
	Prédios existentes anteriores a 2010	3.397,82	3.012.625,35
SANTA ROSA	Construção do Prédio eletromecânica	1.486,04	2.371.917,21
	Cabine de medição de energia elétrica	6,25	11.449,65
	Prédio da Biblioteca	1.445,57	2.623.164,42
	UNED - Salas de Aula 1ª etapa	1.818,50	666.526,97
	Urbanização UNED	4.819,40	323.000,00
	Ginásio Poliesportivo	1.451,72	1.827.181,04
	Prédio Administrativo 1ª etapa	1.604,63	870.006,34
	Prédio Administrativo 2ª etapa	1.724,63	774.940,72
	Construção da rede elétrica	931,01	472.800,00
	Bloco Laboratórios de Móveis e Edificações	931,01	472.800,00
	UNED - Salas de Aula 2ª etapa	1.818,50	534.182,41
	Guarita	139,39	268.371,02
	Refeitório	1.010,83	1.721.013,44
	Prédio de Salas de Aula e Passarela	1.914,56	2.623.222,86
	Sistema de Abastecimento de Água e Prevenção Incêndio	952,03	493.920,00
ALEGRETE	Construção de Laboratórios	1.633,27	2.590.333,47
	Sistema de Unidade de Beneficiamento de Sementes	426,90	984.353,26
	Construção de Centro de Atendimento à Comunidade Externa	253,00	342.910,18
	Construção do Laboratório de Apicultura	138,65	200.000,00
	Rede Elétrica	-	199.924,00
	Depósito de Agrotóxicos e Embalagens Vazias	49,35	133.062,45
	Prédio Administrativo, Anexo ao Auditório e Fachada	1.428,50	1.102.934,49
	Prédio Salas de Aula	3.695,43	5.355.744,46
	Prédio da Biblioteca	1.435,57	2.398.307,92
Ampliação e Modernização do Centro de Informática	936,96	1.491.066,98	
SANTO ÂNGELO	Rede elétrica interna	10.778,00	308.187,88
	Prédios Administrativo e Salas de Aula/Laboratórios	4.459,80	7.464.138,92
<b>TOTAL</b>		<b>226.436,70</b>	<b>110.973.694,01</b>

Fonte Coordenação de Engenharia/Simec obras

### Quadro 59 - Obras planejadas a serem executadas no Instituto Federal Farroupilha exercício 2016 e 2017

Ações de capital Prioritárias Instituto	Valor Ação (R\$)
JÚLIO DE CASTILHOS - Prédio adm de Júlio de Castilhos	2.285.749
SANTO ÂNGELO - Almoxarifado	350.000
SANTO ÂNGELO - Salas de Aula	2.500.000
SANTA ROSA - Rede energia elétrica	515.866
JAGUARI - Sala de Convivência	708.638
SÃO BORJA - Adequação gastronomia	95.782
SANTO ÂNGELO - Centro de Saúde	600.000
SÃO VICENTE DO SUL - Reestruturação refeitório	600.000
SANTO ÂNGELO - Centro de convivência	1.200.000
JÚLIO DE CASTILHOS - Prédio de Coordenação de Cursos Superiores	988.623
SANTO AUGUSTO - Prédio da Biblioteca	2.500.000
PANAMBI - Área de convivência	823.518
SANTO AUGUSTO - Salas de Aula	2.600.000
JÚLIO DE CASTILHOS - Salas de Aula	2.600.000
SÃO BORJA - Prédio de laboratórios	3.398.000
SANTA ROSA - Prédio de laboratórios	4.381.308
PANAMBI - Almoxarifado de química	250.000

JULIO DE CASTILHOS - Urbanização	<b>380.000</b>
URUGUAIANA - Centro convivência	<b>500.000</b>
<b>Total</b>	<b>27.277.483</b>

Fonte: Pró-reitoria de Administração

### 7.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha possui como alicerce as orientações da Instrução Normativa nº 4 de 12 de novembro de 2010 do Tribunal de Contas da União, que visa nortear a criação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação no âmbito Federal.

Dessa forma, a elaboração do PETI possui o intuito de orientar o planejamento institucional no que diz respeito a questões de Tecnologia da Informação (TI). O caráter estratégico fica evidenciado em seus objetivos e metas, os quais reforçam a importância da TI e garantem alinhamento às áreas de negócio da instituição.

Os objetivos estratégicos de TI têm por base dar suporte às áreas de negócio da instituição no cumprimento das metas do PPA 2012-2015. Também visa o atendimento de objetivos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) acordados na Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) 2013-2015.

Estes objetivos foram estabelecidos em reuniões e Comissões Específicas. Para melhor visualização, são expostos na sequência:

1. Padronizar o uso de Sistemas Integrados de Gestão;
2. Adequar de forma qualitativa e quantitativa do quadro de pessoal de TI;
3. Ampliar, atualizar, padronizar e manter a Infraestrutura física e lógica de TI;
4. Melhorar e ampliar os Serviços de TI;
5. Alinhar ações da área de TI com os processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
6. Promover o uso de políticas e estratégias de Segurança da Informação;
7. Aumentar a maturidade dos processos de governança de TI.

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do Instituto Federal Farroupilha, concebido para o período de cinco anos, contribuirá para o aperfeiçoamento do princípio de planejamento no âmbito da Tecnologia da Informação, uma vez que auxiliará o processo decisório e norteará as ações administrativas e gerenciais, procurando alcançar patamares cada vez mais elevados de desempenho das atividades inerentes à área de TI e da Instituição.

#### 7.3.1 Principais sistemas de informações

**Quadro 60 - Sistemas computacionais utilizados em 2015**

Sistemas utilizados	Detalhamento
<b>GLPI – Gestion Libre de Parc Informatique – IF Farroupilha</b>	<i>Software open-source</i> utilizado para gerenciamento de chamados no setor de suporte técnico de TI. Trabalhando integrado com o OCS temos uma solução completa de cada recurso de <i>hardware</i> dos computadores da Reitoria, bem como um sistema de atendimentos utilizado diariamente na instituição sempre que algum servidor necessita de auxílio técnico, instalação de algum <i>software</i> , ou solicitação de periférico para <i>upgrade</i> .
<b>Redmine – IF Farroupilha</b>	<i>Software open-source</i> utilizado para gerenciamento de projetos. Possui uma solução completa que acompanha diversas etapas desde a criação, percentual concluído, etapas e conclusão. Também é utilizado pela CGTI do IF-Farroupilha como um local de fácil visualização de férias, viagens e ausências justificadas. Possui uma <i>wiki</i> que é utilizada como diretório de documentos <i>How to</i> .
<b>Moodle – IF Farroupilha</b>	O ambiente <i>moodle</i> é utilizado no IF Farroupilha para disponibilização de documentos institucionais e de interesse geral. O E-tec do IF Farroupilha (Ensino a distância) também utiliza o moodle como ambiente virtual de aprendizagem nos cursos EaD.
<b>LimeSurvey</b>	<i>Software open-source</i> para elaboração dos mais variados questionários do IF Farroupilha.

	Pesquisa de satisfação dos cursos, sugestões para melhorias na infraestrutura, atendimento dos servidores, etc.
<b>Wordpress</b>	Aplicativo para criação e edição de conteúdo web. Utilizado no IF Farroupilha sempre que há necessidade de elaboração de páginas temporárias (por ex. concursos, processo seletivo) e que necessitam ser desenvolvidas com agilidade.
<b>Joomla</b>	Assim como o <i>Wordpress</i> , o <i>Joomla</i> é utilizado no IF Farroupilha para desenvolvimento e/ou edição de páginas. A escolha do software fica a critério da equipe de desenvolvimento considerando as vantagens e desvantagens de cada uma.
<b>SIGA</b>	O Sistema Integrado de Gestão Acadêmica começou a ser utilizado no IF Farroupilha assim como em diversas universidades e institutos federais do país. O SIGA divide-se em SIGA EDU (módulo educacional) e SIGA-ADM (módulo administrativo). O primeiro compreende a parte relacionadas a matrículas, cursos, disciplinas e tudo aquilo onde o foco seja especificamente o aluno. Já o SIGA-ADM é voltado a parte administrativa da instituição tal como controle de patrimônio, protocolo, diárias, cadastro de servidores, etc. Ambos sistemas estão atualmente em migração para o SIG.
<b>SIG</b>	O Sistema Integrado de Gestão foi recentemente licitado pelo IF Farroupilha com o objetivo de atender e aprimorar muitas necessidades do Instituto. O suporte técnico é fornecido pela empresa AVMB. O software possui diversos módulos para atender as diversas áreas do Farroupilha e atualmente encontra-se em implantação gradativa dos módulos conforme cronograma.

Fonte: Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI)

#### 7.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

O Quadro 61, denominado Gestão Ambiental, está organizado de forma a se obter um panorama geral sobre a adesão da unidade a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis.

**Quadro 61 - Gestão ambiental e sustentabilidade**

Aspectos sobre a gestão ambiental e sustentabilidade		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		X
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		X
<p>A comissão foi instituída e está em fase de finalização do Plano de logística Sustentável e a partir de 2015 e 2016 o plano estará em Vigência. Deve-se destacar, que apesar de o plano não estar em evidência o Instituto vem desenvolvendo várias ações que vão de encontro com IN bem como as demais legislações que tratam da Sustentabilidade. Podemos destacar:</p> <p>1) Os editais de material de consumo prevem mecanismos referente a ações de sustentabilidade;</p> <p>2) O Setor de licitações, juntamente com o setor de almoxarifado, faz a conferências dos materiais de acordo com o estabelecido no termo de referência proposto, verificando se o material está conforme as solicitações sustentáveis</p>			

solicitadas em edital.

3) Outras ações:

- i. O setor de licitações usa papel reciclado ou de origem comprovada com impressão em frente e verso.
- ii. Nos processos de licitações é solicitado que preferencialmente os documentos enviados sejam impressos em papéis reciclados observado as exigências de caráter de SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL constantes na IN 01/2010 , dentre os tais, os seguintes:
  - a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
  - b) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
  - c) Que os produtos utilizados no desenvolvimento do serviço não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- iii. Com relação ao item 4 – Não pode exigir nos processos licitatórios que os participantes possuam certidão (ISO), pois essa certificação gera ônus a empresa, desta forma, tal exigência pode gerar restrição entre os concorrentes.

Fonte: Pró-reitoria de Administração

É importante frisar, que o Instituto Federal Farroupilha, juntamente com seus campi vem ao longo do seu funcionamento, proporcionando aos discentes e servidores os materiais e condições mínimas exigidas para que os mesmos desenvolvam suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como o atendimento das atividades administrativas. Ao mesmo tempo, que ocorre o crescimento elevado do Instituto em diversas atividades e ações, os insumos básicos ao funcionamento tiveram um crescimento significativo quanto à quantidade consumida.

Para compensar o aumento da demanda, foram adotadas estratégias para a redução do valor despendido, como a readequação da demanda contrata de energia elétrica, construção de cisternas para coleta de água da chuva, principalmente para a prevenção de incêndios, lavagem de máquinas e equipamentos, e irrigação, e impressão frente e verso nos documentos oficiais. Também foram tomadas medidas de conscientização por parte dos gestores e servidores, tais como palestras educativas, cartazes de reeducação com o objetivo do consumo racional desses insumos.

Da mesma forma, o Instituto Federal Farroupilha, buscando atender as demandas apresentadas da IN SLTI/MPOG 10/2012, criou um grupo de trabalho responsável em desenvolver ações que visem a sustentabilidade da Instituição. A ação dessa Comissão primeiramente e desenvolver e criar plano de ação que vise o uso eficiente de recursos no âmbito da Instituição. Reflexo deste plano, estamos realizando licitação para regularização ambiental dos campi da instituição.

## 8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 8.1 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

**Quadro 62 - Tratamento de recomendações do OCI**

Recomendações do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201203361	2.2.1.1	OF n° 24845/2015/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR SA 201203361/015
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha			100906
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendamos a revisão dos pagamentos de aposentadoria e pensão gerados após a alteração do Plano de Carreira (julho 2008), de modo a verificar a existência de registros /pagamentos indevidos realizados por meio do SIAPE, providenciando, ainda, a correção imediata nos casos em que se identifiquem situações análogas à descrita.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
O procedimento foi realizado com o recálculo e as revisões dos pagamentos de aposentadorias e pensões			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Apresentação da memória de cálculo das revisões dos pagamentos de aposentadoria e pensões.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Concordamos e acatamos a recomendação.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201203361	2.2.1.2	OF n° 24845/2015/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR SA 201203361/008
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha			100906
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendamos ao gestor que implemente controle mensal dos valores a serem reembolsados pelo cessionário quando da cessão de servidores com ônus para o cessionário.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Para implementação da rotina mensal de cobrança dos valores a serem reembolsados é encaminhado ofício com GRU e a ficha financeira do servidor aos órgãos cessionários.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Observância à legislação.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Concordamos e acatamos a recomendação.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201203361	2.2.1.3	OF n° 24845/2015/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha			100906
<b>Descrição da Recomendação</b>			

Que se providencie o cadastro dos atos de admissão, aposentadoria e pensão no SISAC e encaminhe ao Controle Interno no prazo de 60 (sessenta) dias, conforme previsto no art. 7º da IN/TCU nº 55/2007			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Prosseguimento das ações recomendadas			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Encaminhados a documentação comprobatória à Controladoria Regional.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Concordamos e acatamos a recomendação.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
04	201203361	2.2.1.4	OF nº 24845/2015/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR SA 201203361/008
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha			100906
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Promova o registro no SPIUnet de todos os imóveis do Instituto.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-reitoria de Administração			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Os imóveis que reuniam condições de averbação, tiveram seus registros no SPIUnet. Os demais, em fase de execução, assim que adquirem a condição de averbação, serão incluídos no SPIUnet.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Observância da legislação.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Concordamos e acatamos a recomendação.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
05	201203361	2.2.1.4	OF nº 24845/2015GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR SA 201203361/015
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha			100906
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Promova a reavaliação dos imóveis que se encontram com a data da reavaliação vencida.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-reitoria de Administração			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Reavaliação dos imóveis realizada para posterior atualização no sistema SPIUnet			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Efetivo cumprimento da legislação			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Concordamos e acatamos a recomendação			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
06	201203361	2.2.1.5	OF nº 24845/2012/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR

			SA 201203361/015
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha			100906
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Adotar medidas suficientes com vistas a observar a ocorrência de uma das condições estabelecidas no artigo 35 do Decreto n/ 93.872/86 antes de utilizar recursos inscritos como Restos a pagar: I vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecida; II vencido prazo de que trata o item anterior, mas esteja em cursos a liquidação da despesa, ou seja de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor; III se destinar a atender transferências a instituições públicas ou privadas; IV corresponder a compromissos assumidos no exterior.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-reitoria de Administração			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A instituição manifestou que está regularizando as contas dos Restos a Pagar não Processados referentes aos exercícios descritos.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Efetivo cumprimento da legislação.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Concordamos e acatamos a recomendação.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
07	201203361	2.2.1.7	OF n° 24845/2015/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR SA 201203361/001
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha			100906
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendamos ao IF Farroupilha que promova a inclusão dos contratos apontados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, a fim de cumprir plenamente o estabelecido no § 1º do art. 19 da Lei n° 12.309/2010 e no art. 5º da IN SLTI/MPOG n° 01, de 08/08/2002.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-reitoria de Administração			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Realizou-se a correção do objeto e demais correções necessárias.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Observância da legislação e transparência da situação.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Concordamos e acatamos a recomendação.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
08	201203361	2.3.1.1	OF n° 24845/2015/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR SA 201203361/001
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha			100906
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Acompanhar, junto aos servidores a adoção de providências cabíveis e definitivas visando atualizar e regularizar a vinculação dos docentes às associações ou entidades sem finalidade lucrativa junto aos órgãos públicos competentes.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional			

<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A instituição criou uma comissão sindicante para apuração e regularização da vinculação dos servidores com entidades sem finalidade lucrativa, conforme processo nº 23.243.000558/2014-4			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Cumprimento da legislação.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Concordamos e acatamos a recomendação.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
09	201203361	2.3.1.2	OF nº 24845/2015/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR SA 201203361/009
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha			100906
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Acompanhar, junto aos servidores a adoção de providências cabíveis e definitivas visando atualizar e regularizar a vinculação dos docentes às empresas privadas e sociedades junto aos órgãos públicos competentes.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A instituição criou uma comissão sindicante para apuração e regularização da vinculação dos servidores com entidades sem finalidade lucrativa, conforme processo nº 23.243.000558/2014-4			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Cumprimento da legislação aplicável.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Concordamos e acatamos a recomendação.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
10	201203361	2.3.1.2	OF nº 24845/2015/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR SA 201203361/013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha			100906
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Apurar, no período em que os servidores referidos figuraram na qualidade de sócio-administrador, a infringência do regime de Dedicção Exclusiva, ou seja, o exercício de atividade privada, de caráter regular, não permitida no Decreto nº 94.664/87, artigo 15, e na Lei nº 12.772/2012, artigo 20.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A instituição expõe que as providências estão sendo tomadas visando à regularização definitiva da vinculação dos docentes a empresas ou sociedades.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Observância da legislação, evitando-se novas ocorrências.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Concordamos e acatamos a recomendação.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
11	201203361	2.3.1.2	OF nº 24845/2015/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR SA 201203361/013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	100906
<b>Descrição da Recomendação</b>	
Configurando o descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva, apurar as parcelas percebidas indevidamente a título de Dedicção Exclusiva e efetivar a reposição ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90, a qual deverá ser precedida, de acordo com o Enunciado AGU nº 63/2012, do devido processo legal em que sejam assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
A instituição expõe que as providências estão sendo tomadas visando à regularização definitiva da vinculação dos docentes a empresas ou sociedades.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Observância da legislação, evitando-se novas ocorrências.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Concordamos e acatamos a recomendação.	

Fonte: Auditoria Interna do IF Farroupilha.

## 8.2 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

### Quadro 63 - Medidas adotadas em caso de dano ao erário em 2015

Casos de dano Objeto de medidas administrativas internas	Tomada de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito <R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos *	Arquivamentos			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não comprovação	Débito <R\$ 75.000		
<b>02</b>								

Fonte: Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos

O lançamento feito no item “**Débito < R\$ 75.00**” é relativo a 02 informações sobre o desaparecimento de patrimônio de um campus do IF Farroupilha (datados de 20/11/2014 e 11/12/2014), ainda em processo de instauração de sindicâncias investigativas.

## 8.3 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

Este item tem por finalidade demonstrar informações relativas as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

A regra instituída pelo artigo quinto da Lei de licitações, a qual indica a necessidade o atender de forma estrita ordem cronológica dos pagamentos, é respeitada dentro das possibilidades de suficiências de saldo nas dotações orçamentárias empenhadas. Observa-se porém alguns fatores que dificultam a observação do cronograma de forma contundente, são elas:

a) O montante de financeiro disponibilizado para pagamento ao longo dos últimos dois exercícios foi sempre inferior ao total liquidado a pagar;

b) As liberações na grande maioria das vezes ocorrem uma vez por mês, geralmente com data base para coleta de informações dias anteriores ao final do mês corrente;

c) As liberações recursos provenientes do FNDE, através de fonte específica, demora mais que as demais fontes relativas ao orçamento consignado na LOA;

d) Não há segurança quanto ao montante de financeiro liberado, isso faz com que o gestor defina o que vai ser pago em função da continuidade dos serviços que envolvem terceirizados, em detrimento dos demais pagamentos. Isso para que os serviços não sejam paralisados e com isso prejudicaria principalmente as atividades de ensino;

e) Definição por parte da SPO/SETEC/MEC, de prioridades de pagamentos na seguinte ordem: 1) Despesas com assistência aos estudantes; 2) Despesas com energia elétrica, água e esgoto; 3) Demais despesas.

Quanto ao controle, o mesmo é realizado através das ferramentas de próprio sistema de operacionalização dos pagamentos (SIAFI), dos relatórios do Tesouro Gerencial e da constante orientação aos atores envolvidos no processo de execução orçamentária e financeira. Entende-se que a capacitação e orientação dos envolvidos possibilitam o entendimento do processo e consequentemente redução dos riscos.

Destaca-se que a instituição possui regulamento que institui procedimentos e regras no que se refere a compras, licitações e contratos, porém a base legal para esse ponto recai sobre o art. 5º da Lei 8.666/93.

#### 8.4 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Este item tem por finalidade fornecer informações sobre as revisões realizadas pela UPC em contratos firmados com empresas de segmentos que se beneficiaram da desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.

Destaca-se que fora realizada análise prévia dos contratos vigentes e encerrados no âmbito institucional. Gerou-se dúvidas sobre a interpretação dos contratos relativos a obras e as empresas relacionada a TI, o que precisará de análise mais profunda e qualificada. A instituição deverá desenvolver o estudo referente a revisão dos contratos.

#### 8.5 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Neste tópico apresenta-se informações relevantes sobre as despesas com ações de publicidade e propaganda, contemplando a classificação correspondente a despesa, bem como a apresentação dos principais resultados.

##### **Quadro 64 - Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação Orçamentária	Valores Empenhados	Valores Pagos
Institucional	-	-	-
Legal	2031.20RL.26420.0043	753.623,16	545.623,96
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório de gestão consiste no conjunto de documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, relativos à gestão organizacional. Sua elaboração visa possibilitar uma visão sistêmica da conformidade e do desempenho da gestão, bem como facilita e auxilia na transparência da gestão, por meio da disponibilização de informações à sociedade.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha tem como missão promover a educação profissional, científica e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Em 2015, a instituição atuou para dar continuidade e cumprimento ao planejamento estratégico definido no PDI 2014-2018. Assim, foram realizadas ações que possibilitaram ampliar o atendimento aos discentes, tornar as rotinas de trabalho administrativo mais eficientes, aumentar a oferta de cursos e vagas oferecidos pelo Instituto e realizar investimentos em infraestrutura e equipamentos.

É importante registrar que, durante a execução das ações planejadas para o exercício, a instituição enfrentou algumas dificuldades como contingenciamento orçamentário e ajustes no planejamento e execução orçamentária devido a fenômenos naturais (temporais e vendavais). Mas, ainda assim, a instituição conseguiu superá-las e podemos destacar algumas conquistas como o bom desempenho alcançado na avaliação de cursos superiores, bem como no Recredenciamento Institucional e a elevação do Índice Geral dos Cursos de nível superior, com a obtenção do Conceito 4.

Dentre as conquistas de 2015, também registramos o processo de migração do Campus Frederico Westphalen, da UFSM, para o IF Farroupilha, e a implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG), que possibilita a integração dos dados e processos do IF Farroupilha, em um único sistema.

O Relatório de Gestão, por ser um documento de autoavaliação da instituição, além de prestar contas aos órgãos de controle também serve como uma importante ferramenta de gestão, pois muitas decisões da Instituição são tomadas a partir dos resultados apresentados no relatório.

Assim, com a apresentação do Relatório de Gestão, o Instituto Federal Farroupilha realiza sua prestação de contas, referente ao exercício de 2015, e atende sua obrigação junto aos órgãos de controle interno e externo, conforme previsto no art. 70 da Constituição Federal e considerando as demais normativas e orientações expedidas pelo Tribunal de Contas da União.

Santa Maria/RS, 29 de março de 2016.

CARLA COMERLATO JARDIM  
**Reitora**

## **ANEXOS**





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 26/02/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	115.951.362,25	104.645.144,12			
Bens Imóveis	116.044.776,31	104.712.171,24			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-93.414,06	-67.027,12			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	<b>413.473,84</b>	<b>584.169,17</b>			
Softwares	409.981,56	527.046,89			
Softwares	704.472,20	624.627,20			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-294.490,64	-97.580,31			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.492,28	57.122,28			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.492,28	57.122,28			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>162.970.715,04</b>	<b>156.116.221,91</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>162.970.715,04</b>	<b>156.116.221,91</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>3.810.412,51</b>	<b>50.212.728,99</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>35.594.110,03</b>	<b>68.555.602,40</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>159.160.302,53</b>	<b>105.903.492,92</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	-	<b>-38.138.354,72</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>		-	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>127.376.605,01</b>	<b>125.698.974,23</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>13.949.639,87</b>	<b>6.402.376,28</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>5.514.054,17</b>	<b>9.050.690,86</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	13.949.639,87	6.402.376,28	Execução dos Atos Potenciais Passivos	5.514.054,17	9.050.690,86
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	117.946,00	117.946,00	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	13.814.436,00	6.267.172,41	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	10.606,34	10.606,34
Direitos Contratuais a Executar	17.257,87	17.257,87	Obrigações Contratuais a Executar	5.503.447,83	9.040.084,52
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>13.949.639,87</b>	<b>6.402.376,28</b>	<b>TOTAL</b>	<b>5.514.054,17</b>	<b>9.050.690,86</b>



EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-1.481.490,56</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-30.302.206,96</b>
Educação	-31.136.136,48
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-342.194,58
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.193.884,66
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-17.760,56
<b>TOTAL</b>	<b>-31.783.697,52</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.446.811,00</b>	<b>2.446.811,00</b>	<b>983.004,63</b>	<b>-1.463.806,37</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>224.144,00</b>	<b>224.144,00</b>	<b>394.977,48</b>	<b>170.833,48</b>
Receitas Imobiliárias	121.524,00	121.524,00	199.543,87	78.019,87
Receitas de Valores Mobiliários	102.620,00	102.620,00	195.433,61	92.813,61
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receitas Agropecuárias</b>	<b>399.969,00</b>	<b>399.969,00</b>	<b>168.060,41</b>	<b>-231.908,59</b>
Receita da Produção Vegetal	173.591,00	173.591,00	86.513,71	-87.077,29
Receita da Produção Animal e Derivados	226.378,00	226.378,00	81.546,70	-144.831,30
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
<b>Receitas Industriais</b>	<b>83.807,00</b>	<b>83.807,00</b>	<b>47.184,87</b>	<b>-36.622,13</b>
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	83.807,00	83.807,00	47.184,87	-36.622,13
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>1.728.312,00</b>	<b>1.728.312,00</b>	<b>306.963,52</b>	<b>-1.421.348,48</b>
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>10.579,00</b>	<b>10.579,00</b>	<b>65.818,35</b>	<b>55.239,35</b>
Multas e Juros de Mora	-	-	5.862,22	5.862,22
Indenizações e Restituições	6.197,00	6.197,00	36.749,22	30.552,22
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	4.382,00	4.382,00	23.206,91	18.824,91
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>2.446.811,00</b>	<b>2.446.811,00</b>	<b>983.004,63</b>	<b>-1.463.806,37</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Internas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO</b>	<b>2.446.811,00</b>	<b>2.446.811,00</b>	<b>983.004,63</b>	<b>-1.463.806,37</b>
<b>DÉFICIT</b>			<b>223.233.526,81</b>	<b>223.233.526,81</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.446.811,00</b>	<b>2.446.811,00</b>	<b>224.216.531,44</b>	<b>221.769.720,44</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	<b>1.059.935,00</b>	<b>1.059.935,00</b>	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	946.000,00	946.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	113.935,00	113.935,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>159.019.350,00</b>	<b>210.572.621,00</b>	<b>209.085.612,12</b>	<b>198.477.658,72</b>	<b>192.541.719,42</b>	<b>1.487.008,88</b>
Pessoal e Encargos Sociais	103.402.719,00	152.923.394,00	150.134.641,94	150.134.641,94	150.134.641,94	2.788.752,06
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	55.616.631,00	57.649.227,00	58.950.970,18	48.343.016,78	42.407.077,48	-1.301.743,18
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>24.968.584,00</b>	<b>25.528.519,00</b>	<b>15.130.919,32</b>	<b>6.674.936,97</b>	<b>4.713.814,04</b>	<b>10.397.599,68</b>
Investimentos	24.968.584,00	25.528.519,00	15.130.919,32	6.674.936,97	4.713.814,04	10.397.599,68
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>183.987.934,00</b>	<b>236.101.140,00</b>	<b>224.216.531,44</b>	<b>205.152.595,69</b>	<b>197.255.533,46</b>	<b>11.884.608,56</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>183.987.934,00</b>	<b>236.101.140,00</b>	<b>224.216.531,44</b>	<b>205.152.595,69</b>	<b>197.255.533,46</b>	<b>11.884.608,56</b>
<b>TOTAL</b>	<b>183.987.934,00</b>	<b>236.101.140,00</b>	<b>224.216.531,44</b>	<b>205.152.595,69</b>	<b>197.255.533,46</b>	<b>11.884.608,56</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.005.918,93</b>	<b>6.590.891,81</b>	<b>6.650.337,97</b>	<b>6.563.285,93</b>	<b>484.645,37</b>	<b>548.879,44</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.005.918,93	6.590.891,81	6.650.337,97	6.563.285,93	484.645,37	548.879,44
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.155.462,30</b>	<b>10.540.826,33</b>	<b>10.184.391,36</b>	<b>9.748.364,43</b>	<b>223.208,99</b>	<b>1.724.715,21</b>
Investimentos	1.155.462,30	10.540.826,33	10.184.391,36	9.748.364,43	223.208,99	1.724.715,21
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.161.381,23</b>	<b>17.131.718,14</b>	<b>16.834.729,33</b>	<b>16.311.650,36</b>	<b>707.854,36</b>	<b>2.273.594,65</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>110.996,07</b>	<b>4.320.084,25</b>	<b>4.140.248,48</b>	<b>22.170,76</b>	<b>268.661,08</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	905.110,23	905.110,23	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2016 PÁGINA 4

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	110.996,07	3.414.974,02	3.235.138,25	22.170,76	268.661,08
DESPESAS DE CAPITAL	194.757,79	881.105,89	809.642,60	0,01	266.221,07
Investimentos	194.757,79	881.105,89	809.642,60	0,01	266.221,07
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>305.753,86</b>	<b>5.201.190,14</b>	<b>4.949.891,08</b>	<b>22.170,77</b>	<b>534.882,15</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>983.004,63</b>		<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>224.216.531,44</b>	-
<b>Ordinárias</b>	<b>25.163,70</b>		<b>Ordinárias</b>	<b>35.291.988,75</b>	-
<b>Vinculadas</b>	<b>962.321,56</b>		<b>Vinculadas</b>	<b>188.924.542,69</b>	-
Educação	177,00		Educação	145.307.556,40	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)	378.740,52	-
Operação de Crédito			Operação de Crédito	42.325.675,34	-
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		-
Doações			Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	962.144,56		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	672.570,43	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recursos Vinculados a Fundos	240.000,00	-
Demais Recursos			Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-4.480,63				-
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>265.572.222,01</b>		<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>47.802.882,56</b>	-
Resultantes da Execução Orçamentária	230.742.170,61		Resultantes da Execução Orçamentária	31.497.884,78	-
Cota Recebida			Cota Concedida		-
Repasse Recebido	199.244.285,83		Repasse Concedido		-
Sub-repasse Recebido	31.497.884,78		Sub-repasse Concedido	31.497.884,78	-
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa			Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos			Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida			Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido			Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido			Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	34.830.051,40		Independentes da Execução Orçamentária	16.304.997,78	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	33.246.178,81		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	16.279.657,08	-
Demais Transferências Recebidas			Demais Transferências Concedidas		-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.583.872,59		Movimento de Saldos Patrimoniais	25.340,70	-
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-		Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>27.442.242,36</b>		<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>21.736.286,63</b>	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	7.897.062,23		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	4.949.891,08	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	19.063.935,75		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	16.311.650,36	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	474.745,19		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	474.745,19	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	6.499,19		Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2016 PÁGINA 2

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade			- Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Varição Cambial			- Varição Cambial		-
Valores para Compensação			- Valores Compensados		-
Valores em Trânsito			- Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX			- Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão			- Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	6.499,19				
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>3.205.267,55</b>		- <b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>3.447.035,92</b>	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.205.267,55		- Caixa e Equivalentes de Caixa	3.447.035,92	-
<b>TOTAL</b>	<b>297.202.736,55</b>		- <b>TOTAL</b>	<b>297.202.736,55</b>	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>309.655.252,54</b>	-
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>723.720,14</b>	-
Venda de Mercadorias	168.060,41	-
Vendas de Produtos	47.190,19	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	508.469,54	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>195.477,47</b>	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	43,86	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	195.433,61	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>269.451.322,51</b>	-
Transferências Intragovernamentais	265.572.222,01	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.879.100,50	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>39.218.957,93</b>	-
Reavaliação de Ativos	4.431.228,13	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	29.143.366,02	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	5.644.363,78	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>65.774,49</b>	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	65.774,49	-
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>306.496.786,54</b>	<b>-</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>153.943.812,42</b>	<b>-</b>
Remuneração a Pessoal	121.774.761,03	-
Encargos Patronais	22.819.218,03	-
Benefícios a Pessoal	9.293.702,26	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	56.131,10	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>5.666.612,96</b>	<b>-</b>
Aposentadorias e Reformas	4.606.817,88	-
Pensões	1.059.795,08	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>43.376.873,45</b>	<b>-</b>
Uso de Material de Consumo	4.077.438,69	-
Serviços	33.743.142,88	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.556.291,88	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>16.216,74</b>	<b>-</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	14.249,27	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	1.967,47	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>50.986.367,77</b>	<b>-</b>
Transferências Intragovernamentais	47.802.882,56	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	3.183.485,21	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>45.557.033,16</b>	<b>-</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.057.052,07	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	52.289,24	-
Incorporação de Passivos	6.732.745,66	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	37.714.946,19	-
<b>Tributárias</b>	<b>111.285,26</b>	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	39.804,41	-
Contribuições	71.480,85	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>6.838.584,78</b>	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	6.541.512,33	-
Subvenções Econômicas	56.605,20	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	240.467,25	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>3.158.466,00</b>	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 26/02/2016	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>15.513.589,44</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>267.036.471,02</b>	<b>-</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>983.004,63</b>	<b>-</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	199.543,87	-
Receita Agropecuária	168.060,41	-
Receita Industrial	47.184,87	-
Receita de Serviços	306.963,52	-
Remuneração das Disponibilidades	195.433,61	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	65.818,35	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>266.053.466,39</b>	<b>-</b>
Ingressos Extraorçamentários	474.745,19	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	265.572.222,01	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	6.499,19	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-251.522.881,58</b>	<b>-</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-179.513.419,39</b>	<b>-</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-6.325.656,94	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-173.187.762,45	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-23.731.834,44</b>	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-23.675.229,24	-
Outras Transferências Concedidas	-56.605,20	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-48.277.627,75</b>	-
Dispêndios Extraorçamentários	-474.745,19	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-47.802.882,56	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-15.271.821,07</b>	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
<b>DESEMBOLSOS</b>		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-15.271.821,07	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-15.247.386,07	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
	-24.435,00	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>241.768,37</b>	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>3.205.267,55</b>	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>3.447.035,92</b>	-